

# **Dissertação de Mestrado**

**Léo Antonio Perrucho Mittaraquis**

**AS ORDENS RELIGIOSAS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SERGIPE DEL  
REY: uma ausência pedagógica**

**Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.**

**São Cristóvão – Sergipe  
Abril/2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AS ORDENS RELIGIOSAS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SERGIPE DEL  
REY: uma ausência pedagógica**

**Léo Antonio Perrucho Mittaraquis**

**São Cristóvão – Sergipe  
Abril/2010**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M685o Mittaraquis, Léo Antonio Perrucho  
As ordens religiosas e as práticas educativas em  
Sergipe Del Rey : uma ausência pedagógica / Léo  
Antonio Perrucho Mittaraquis. – São Cristóvão, 2010.  
103f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de  
Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-  
Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de  
Sergipe, 2010.

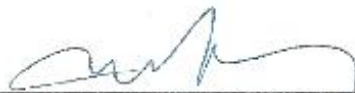
Orientador: Prof. Dr Jorge Carvalho do Nascimento.

1. Educação – Sergipe – Período colonial. 2.  
Pedagogia. 3. Ordens religiosas. 4. Catequese. I. Sergipe  
Del Rey. II. Título.

CDU 37.02:2(813.7)

"AS ORDENS RELIGIOSAS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SERGIPE:  
DEL REY: UMA AUSÊNCIA PEDAGÓGICA"

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM  
07 DE JUNHO DE 2010



PROF. DR. JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO



PROF. DR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO SILVA



PROF. DR. MIGUEL ANDRÉ BERGER

SUPLENTE

*Aos meus pais, Léo Mittaraquis e Vilma Perrucho Mittaraquis, por me ensinarem com força, elegância e delicadeza a amar o conhecimento (arte e ciência); pela dedicação, apoio, estímulo e valor; pelas orações e bênçãos.*

*A Socorro, pela união e pelo amor.*

## **Agradecimentos**

O ritual de agradecimento se apresenta, nesses momentos, como uma atividade agradável, emocionante e, também, ingrata. É quando nos lembramos das pessoas amigas que mais nos apoiaram, principalmente naqueles momentos mais difíceis. E é quando fatalmente, sob o constante e exaustivo clima de urgência, esquecemo-nos de alguém. Mas há de se correr o risco.

Portanto, agradeço, imensamente, de coração, ao Professor Doutor Jorge Carvalho do Nascimento. A ele dedico minha gratidão por toda a vida. Jamais esquecerei os gestos de gentileza, as palavras tranquilas, as correções justas e seguras, mas, especialmente pela oportunidade que me foi dada. Manifesto pelo professor minha legítima admiração diante de sua inteligência e habilidade incomum de ensinar e orientar, de seus gestos marcados pela generosidade.

Agradeço à Professora Ester Fraga Vilas-Boas do Nascimento, pelas palavras de confiança, pela alegria manifestada em nossos encontros, pela inteligência e capacidade.

Sou especialmente grato ao pesquisador Luis Antonio Barreto, inteligência generosa a manter as portas do seu instituto sempre abertas. Espírito sempre acessível.

Meu agradecimento mais do que especial à Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas pela amizade, pelo apoio, por saber ouvir e pelas palavras tranquilizadoras. Receba minha sincera gratidão e imenso carinho.

Sinto-me grato e privilegiado por contar com a amizade e o apoio do “nosso” amigo Edson e da amiga Geovânia, presenças competentes no NPGED.

Devo também agradecer à Professora Doutora Eva Maria Siqueira Alves pela crítica zelosa ao texto produzido para a qualificação, crítica esta que me foi muito útil.

Incluo nos agradecimentos meus amigos Victor, Gilvan, Marcus, Adelson, Paulo Costa, Salomão, Genivaldo, Gilberto e Selminha. Amizades iniciadas na UFS e que resistem às intempéries existenciais.

Agradecimento especial a Júnior Aragão, amizade de mais de vinte anos. Grato pela confiança. Sinto-me em dívida pela sua presença sempre generosa, por permitir que eu dividisse meu tempo entre a empresa e as obrigações acadêmicas. Estão carinhosamente incluídos meus companheiros de trabalho e amigos: Nelson, Gabriel, Daniel, Josué e Almeida. Grato pela confiança e demonstrações de amizade. Lembro aqui, também, de Paulo

Brito, com quem divido a preferência pelos bons vinhos, bons charutos, boa comida e outros essenciais prazeres da vida, além das conversas de alto nível sobre os mais diversos assuntos.

Manifesto minha gratidão, meu respeito e meu carinho por Brandão, meu grande amigo e livreiro. Homem de bem que gosta de ajudar, de prestar um favor. Devo-lhe bons momentos em que consolidamos a mútua afeição, inclusive em circunstâncias particularmente difíceis.

Grato a Jones e a Duval (Duda), pela boa vontade e atenção.

Vale registrar aqui meus agradecimentos a Luís, Roberto (e sua capacidade de compreender como poucos o que é a Literatura) e “Fúria”. O trio que leva em frente o fantástico Sebo Coquetel da Cultura. Quantos títulos maravilhosos descobri lá e que me foram essenciais ao longo da pesquisa.

Meus agradecimentos a Wagner Ribeiro e a Marcelo Ribeiro, escritores do mais alto calibre, pelo apoio.

Dedico, *in memoriam*, a Newman Sucupira. Uma amizade interrompida. A quem tanto devo. Com quem passei momentos inesquecíveis.

Dedico esta dissertação aos meus irmãos, Eduardo, Loena e Leonardo, e aos nossos encontros possíveis.

Gratidão, admiração e alegria diante dos três primeiros na linha dos semideuses, meus filhos: Álida, Álisson e Ívina. Motivos de orgulho. A eles, meu amor e minha amizade.

Aos cachorros que encontro nas manhãs, pelas ruas. Essa felicidade deliciosamente gratuita. Sempre uma festa para meu espírito.

Agradeço à D. Izabel, sogra mais que querida, por me acolher, pelas demonstrações de carinho, pela força e pela fé que sabe demonstrar.

Grato à minha muito querida Maria do Socorro Lima, pelo carinho, pela presença, pelo estímulo, pela crença em meu potencial acadêmico, pela compreensão, dedicação, pela troca frutífera de idéias, pela parceria, pela coragem de estar ao lado, pelo amor. Por tudo isso meu reconhecimento, meu amor e lealdade.

*É, pois, um saber que poderá, que deverá proceder por acúmulo infinito de confirmações, requerendo-se umas às outras. E por isso, desde suas fundações, esse saber será movediço. A única forma de ligação possível entre os elementos do saber é a adição. Daí essas imensas colunas, daí sua monotonia.*

**Michel Foucault**



## RESUMO

Ao longo da história do Ocidente, uma mentalidade, ou seja, um conjunto de manifestações (crenças, maneira de pensar, disposições psíquicas e morais), que caracterizam tanto uma coletividade, como um indivíduo foi consolidada em diversos aspectos, mas, principalmente nos que se referem à formação religiosa e intelectual, vale dizer, um conjunto de conhecimentos e habilidades específicos a determinados campos de atividade prática e espiritual, baseados na filiação a um sistema específico de pensamento ou crença que envolve uma posição filosófica, ética, metafísica. A esta, mentalidade deu-se o nome de cristianismo. No âmbito dessa doutrina, inúmeras linhas de pensamento foram desenvolvidas. Interessa, como objeto no presente estudo, o pensamento das Ordens religiosas no tocante às práticas pedagógico-catequéticas. Mais especificamente, na perspectiva de um recorte cronológico e topológico: séculos XVI, XVII e XVIII, no território de Sergipe, período colonial, adotando-se uma visão crítica quanto o verdadeiro grau de envolvimento das ordens com as práticas educacionais no citado período. Para tanto, intitulou-se assim este objeto de estudo e pesquisa: **As ordens religiosas e as práticas educativas em Sergipe Del Rey**: uma ausência pedagógica.

**Palavras-chave:** Cristianismo, Ausência, Catequese, Pedagogia, Ordens Religiosas, Sergipe Colonial.

## **ABSTRACT**

Throughout Western history, a mentality, ie, a set of events (beliefs, thinking, mental and moral rules), featuring both a collective, as an individual was consolidated in several respects, but mainly in that refer to the religious and intellectual formation, ie, a set of knowledge and skills specific to certain fields of practice and spiritual, based on membership of a particular system of thought or belief that involves a philosophical position, ethics, metaphysics. At this mentality gave the name of Christianity. Under this doctrine, numerous lines of thought were developed. Interest as an object of this study, the thought of religious orders with respect to pedagogical and catechetical practices. More specifically, the prospect of a cut chronological and topological sixteenth, seventeenth and eighteenth centuries, the territory of Sergipe, colonial period, adopting a critical view about the true extent of involvement of orders with the educational practices in that period. To do so, was titled as this object of study and research: The religious orders and educational practices in Sergipe Del Rey: an educational absence.

**Keywords:** Christianity, Absence, Catechism, Education, Religious Orders, Sergipe Colonial

## **LISTA DE INSTITUIÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS**

APES – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

INSTITUTO TOBIAS BARRETO DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SE

IHGB – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA BAHIA

IHGS – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

## SUMÁRIO

**Introdução.....01**

### **CAPÍTULO I**

**UMA GENEALOGIA NECESSÁRIA .....10**

### **CAPÍTULO II**

**A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL COLONIAL E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS – UMA VISÃO GERAL .....60**

### **CAPÍTULO III**

**LEITURA E ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS QUADROS REPRESENTATIVOS DA PRESENÇA DAS ORDENS RELIGIOSAS EM SERGIPE (SÉCULOS XVI, XVII E XVIII). RECORTE TOPOLÓGICO: SERGIPE. RECORTE CRONOLÓGICO: (SÉCULOS XVI, XVII E XVIII). ORDENS RELIGIOSAS: JESUÍTAS, CARMELITAS, FRANCISCANOS E BENEDITINOS .....81**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....97**

**Referências Bibliográficas.....98**

**Anexos: quadros (dados coletados em manuscritos e livros)**

## Introdução

O conjunto de métodos que asseguram a adaptação recíproca do conteúdo informativo aos indivíduos, (ou seja, a pedagogia) traz em seu âmbito, sob a perspectiva histórica mesma, a concepção de uma estreita relação entre Educação e Ordens Religiosas (congregação religiosa cujos membros, após proferirem os votos solenes, vivem sob a observância de uma determinada regra). Esta afirmação não está calcada numa mera inferência lógica de um raciocínio, mas, sim, em uma seqüência contínua de fatos, estes conseqüentes da grande revolução que foi o advento do Cristianismo.

Conforme se depreende das informações coligidas mediante leitura e análise de fontes bibliográficas e de fontes primárias (obras dedicadas à história do pensamento cristão, documentos escritos produzidos nos séculos XVI, XVII e XVIII, na capitania de Sergipe Del Rey) apresenta-se como altamente questionável a concepção mais geral que se mantém sobre as ordens religiosas e sua presença no campo educacional: uma presença atuante, poderosa, sistemática, tendo em vista, inclusive, um elemento comum a todas elas: a salvação das almas, a aproximação do indivíduo e da comunidade com as Sagradas Escrituras, das quais o conteúdo, por sua natureza mesma, não é apenas reproduzido oralmente, na forma de mero relato, mas, sim, com o intuito transformador, conversor.

A educação e o pensamento cristão sempre andaram de mãos dadas. E ainda que, conforme a visão cristã que se tivesse do mundo, o modo de educar divergisse, a formação da criança, futuro cristão, sua preparação pedagógica estava proposta desde os primeiros tempos desse movimento revolucionário, o Cristianismo.

Essa observação não se dá no vazio, como resultado duvidoso de uma especulação gratuita que se baseia numa lógica das conseqüências e implicações, isto é: se o discurso é religioso, se este discurso religioso é um discurso cristão, o discurso pedagógico-catequético se encontra presente.

Esta linha correlativa procede em vários momentos, ao longo da história, e encontra guarida numa produção acadêmica, vale dizer, num discurso que se pretende, pelo menos, identificado com o raciocínio que se realiza por meio de movimento seqüencial, que vai de uma formulação conceitual a outra, segundo um encadeamento lógico e ordenado, buscando seu suporte na cientificidade.

Diante dessa realidade histórica afirmada por extensa bibliografia, (principalmente a que trata da História da Educação a partir da Idade Média, o qual, longe do que comumente se pensa, não foi o tempo de pura ignorância e grande violência), apresenta-se o problema do

qual se acerca o presente estudo: As práticas pedagógico-catequéticas se afirmaram, foram reformuladas durante o Renascimento e são amplamente mantidas na modernidade. Os processos de colonização, principalmente os levados adiante pelas Coroas Portuguesa e Espanhola não acontecem sem a presença marcante da Igreja. O Brasil colonial foi um território conquistado pela espada e pela Palavra. Registra-se um sem número de estudos sobre as práticas educacionais das Ordens Religiosas.

Assim sendo, por que, na capitania de Sergipe Del Rey, ao contrário de outros lugares, não se apresenta um quadro de práticas educacionais amplas e sistemáticas mediante a presença de representantes das ordens religiosas católicas? Esta é questão formulada e escolhida como ponto de partida para a construção das hipóteses.

Esta questão é apresentada, isto é, chega-se à mesma a partir da constatação de que em mais de quatrocentos documentos produzidos entre os séculos XVI e XVIII, na capitania de Sergipe Del Rey, ou seja, no período colonial, apenas dois, destes documentos, citam uma única ordem religiosa (Companhia de Jesus), relacionando-a com a prática pedagógica catequética. Mesmo assim, constituem-se, estes documentos, em solicitações para que a Companhia de Jesus instale hospícios, e não há sinal de outros documentos subseqüentes que provem que os pedidos foram atendidos.

A dificuldade em se localizar documentos sobre a presença não é uma afirmação isolada nesta dissertação. A aridez inerente a dados que se referem ao período colonial de Sergipe é explicitamente testemunhada pelo pesquisador Luiz Mott:

Verdade seja dita, raríssimas tem sido os não-sergipanos a se interessar pela história desta simpática e atraente região nordestina. Embora vizinha e em muitos aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais, semelhante, para não dizer igual à antiga capitania da capital da colônia, salta à vista do estudioso a disparidade existente na documentação (fontes primárias) e no interesse por parte dos cientistas sociais estrangeiros e nacionais, no que se refere à Bahia, de um lado, e Sergipe, do outro. No Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), por exemplo, enquanto que a Capitania da Bahia dispõe de centenas de caixas (e códices), os documentos relativos à Sergipe Del Rey mal necessitam de três humildes caixas. Não só na quantidade, mas, também, na ancianidade, os documentos existentes nos Arquivos Públicos da Bahia e de Sergipe são da mesma forma dessemelhantes: enquanto que no Arquivo de Salvador há manuscritos datados desde o século XVI, em Aracaju a “pacotilha” mais antiga refere-se ao tempo das lutas pela Independência.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986, p.14.

Eis um testemunho fundamental que ilustra bem os obstáculos diante dos quais se encontra o pesquisador que se acerca do objeto tratado no presente estudo. Ou seja: trabalhasse mais com a ausência, com a negatividade, do que com a possibilidade de informação oferecida pelo documento localizado e analisado. O discurso documental calcado, no que se refere à pesquisa sobre a presença das ordens religiosas na Capitania de Sergipe Del Rey, é o da lacuna documental não preenchida. Contudo, as pesquisas levam à conclusão de que talvez não falem informações sobre as práticas educativas das ordens religiosas no período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII) da história de Sergipe pela perda de documentos. Mais provavelmente tais práticas não se deram (ou ocorreram em espaço restrito e e durante pouco tempo), o que produz um paradoxo: a Tradição Cristã se encontra, desde suas origens, intimamente ligada às práticas pedagógicas. O levantamento genealógico produzido por este estudo e que constitui o respectivo primeiro capítulo demonstra esse fato. Eis o paradoxo: ausência de dados que comprovem, ou, pelo menos, indiquem uma prática pedagógico-catequética por parte das ordens religiosas instaladas na Capitania de Sergipe Del Rey; eis o problema: se não há indícios de que práticas educativas foram aplicadas pelas ordens, qual o *status* pedagógico da colônia nos três séculos observados?

Este problema insere-se no campo de interesse do Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, pois, as linhas teórico-metodológicas que sustentam o presente estudo são as adotadas pelo grupo no qual esta produção acadêmica encontra seu *locus* de pertencimento, sendo este mesmo o campo de interlocução sob a perspectiva epistemológica da História Nova e da História Cultural.

No campo histórico em que a presente produção se inscreve, as referências se ampliam em número e em possibilidades: a História Nova e a História Cultural. Quanto à primeira, impõem-se tarefas definidas por Jacques Le Goff num tom de arregimentação:

1<sup>a</sup>. *Uma nova concepção de documento*, acompanhada de uma nova crítica desse documento. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade”; 2<sup>a</sup>. *Um “retratamento” da noção de tempo*, matéria da história. Aqui, também, pesquisar quem tinha poder sobre o tempo, sua medida e sua utilização; Demolir a idéia de um tempo único e linear; 3<sup>a</sup>. *O aperfeiçoamento de métodos de comparatismo* pertinentes, que possibilitem comparar apenas o que é comparável. Por exemplo, a propósito do feudalismo, evitar uma definição demasiado ampla, que coloque sob um mesmo rótulo realidades demasiado distantes no tempo e no espaço [...].<sup>2</sup>

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 76 -77.

Le Goff propõe um desmonte, uma desarticulação do documento para que este revele as condições mediante as quais foi produzido. No caso do presente estudo, no tocante à pesquisa que resulta nesta dissertação, o exercício paleográfico que ora se procede em documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII, relacionados à Capitania de Sergipe Del Rey, tem esta atitude como uma das práticas na pesquisa. Le Goff propõe que se mantenha o questionamento sobre quem, no passado, monopolizava as condições propícias à produção de documentos que, com o passar do tempo, alçaram o *status* de documentos com valor para a história. Na pesquisa em curso, a proposta do teórico francês é contemplada com a detecção (mediante documentação em análise) da presença de agentes estruturantes, representantes dos campos político, religioso e militar, principalmente.

Quanto a História Cultural, esta carrega a complicação de ser percebida ainda como um campo com nomenclatura semovente. A junção dos termos (História e Cultura) está longe de ser recente. Segundo Peter Burke, em 1926 Johan Huizinga ministrou uma palestra em Utrech intitulada *A tarefa da história cultural*.<sup>3</sup> Burke reforça essa condição do campo afirmando que:

A história cultural não é uma descoberta ou uma invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (*Kulturgeschichte*) há mais de 200 anos. Antes disso havia histórias separadas da filosofia, da pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante. A partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações.<sup>4</sup>

A História Cultural, mais precisamente a Nova História Cultural (NHC) é um campo onde referências, nem sempre percebidas como tais, são consideradas como fontes importantes de pesquisa e que, mediante estas, torna-se possível aplicar novos olhares sobre os acontecimentos, levando em conta gestos e liturgias, por exemplo:

Os historiadores, especialmente os empiricistas ou “positivistas”, costumavam sofrer de uma doença caracterizada por levar tudo ao pé da letra. Vários não eram suficientemente sensíveis ao simbolismo. Muitos tratavam os documentos históricos como se fossem transparentes, dando pouca ou nenhuma atenção à sua retórica. Muitos descartavam certas ações humanas, tais como abençoar com dois ou três dedos como “mero” ritual “meros” símbolos, assuntos sem importância. Na última geração, os historiadores culturais e também os antropólogos e também os antropólogos culturais demonstraram as fraquezas dessa abordagem positivista. Qualquer

---

<sup>3</sup> BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 234.

<sup>4</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, p. 15.



que seja o futuro dos estudos históricos, não deve haver um retorno a esse tipo de compreensão literal.<sup>5</sup>

O conjunto das questões que aqui podem ser levantadas, isto é, a problemática estabelecida implica em proposições a partir das quais se poderá deduzir um determinado conjunto de conseqüências, ou seja, a hipótese, a saber: a presença das ordens religiosas em Sergipe, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, no que diz respeito às práticas educativas, isto é, às atividades pedagógico-catequéticas se apresenta numa condição de baixa relevância, vale dizer, tais atividades se revelam pouco desenvolvidas. Foram iniciadas (por uma ou duas ordens, no máximo), é certo, mas não ampliadas, em quase nada contribuindo no âmbito da história da educação em Sergipe.

A hipótese levantada no presente estudo é que, sob o peso de interesses outros da Coroa Portuguesa e das próprias ordens religiosas e tendo Sergipe sido mantido em condições de total dependência da Bahia, as ações voltadas para a exploração econômica, pacificação dos gentios e de instalação de colonos, foram priorizadas em detrimento das práticas pedagógico-catequéticas, rompendo-se com o discurso educador característico da Igreja desde o seu surgimento.

## Objetivos

O objetivo geral é estabelecer as significações histórico-culturais das atividades pedagógicas das ordens religiosas na então recém-formada sociedade colonial sergipana: propostas e contribuições. Mais especificamente: apontar para a irrelevância das práticas pedagógico-catequéticas em Sergipe Del Rey no período estudado (séculos XVI, XVII e XVIII). Para tanto, assim intitulou-se o projeto de pesquisa: **As ordens religiosas e as práticas educativas em Sergipe Del Rey: uma ausência pedagógica.**<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, p. 15.

<sup>6</sup> Crer-se que o trecho de carta, datada de 7 de setembro de 1575, escrita pelo Padre Inácio de Toloza ao padre geral, transcrita na íntegra pelo historiador Felisbello Freire em seu livro **História de Sergipe**, e que é reproduzida a seguir ilustra satisfatoriamente o título concebido para o objeto de pesquisa: Logo começou o padre a ensinar-lhe a doutrina pela manhã, a tarde e a noite. Um índio de nossas aldeias ia tangendo a campainha por toda a aldeia e assim acodiam muitos diante da casa, donde o padre os ensinava as cousas de nossa santa fé e o irmão tomou cargo da escola dos moços, que foram a princípio cincoenta e depois e depois chegaram até cem e em breve tempo sabiam as orações e a um que principalmente era enviado, acudia também com alguns brancos que estavam de allí a algumas seis léguas, consolando-os com dizer-lhes missa e confessando-os e um dia volvendo para esta aldeia de S. Tomé os consolou Deus Nosso, porque estando em roda della, ouviram grandes vozes diante da casa, onde moravam e era uma moça da escola de S. Sebastião que o padre havia deixado, para que vigiasse pelas casas e que estava ensinando a doutrina aos meninos da aldeia e depois os fazia persignar e santificar por si a cada um, e isto fez todo o tempo que estiveram ausentes, que foram nove dias. TOLOZA,

Mesmo a carta de Toloza, ainda que comente sobre uma atividade pedagógica realizada pelo jesuíta Gaspar Lourenço, não aponta para uma sistemática (ou seja: de forma organizada, direcionada e continuada), para a constância desse exercício.

Quanto aos objetivos específicos, entendemos que nosso fim é: compreender como foram definidas, pelos religiosos, as estratégias de ação no processo de estabelecimento da ordem entre os colonos; em que perspectiva os representantes das ordens religiosas são percebidos pela sociedade embrionária de então numa região ainda em processo de colonização; como respondem a esta sociedade através do discurso pedagógico-catequético.

Nessa perspectiva, o presente estudo pretende:

a) apontar indícios que sugerem uma participação quase nula das ordens religiosas nas práticas educacionais em Sergipe Colonial (séculos XVI, XVII, XVIII);

b) contribuir para a reflexão sobre o real papel da Igreja Católica, mediante as Ordens reconhecidas por esta, nas práticas educativas no espaço e no tempo delimitados.

O material produzido não pretende avançar, nesse primeiro momento, muito além disso. A insuficiência de documentos que atestem ampla prática pedagógico-catequética em Sergipe Del Rey orientou as atenções do presente estudo para a ausência, para a negatividade. O corpo mesmo, a materialidade da dissertação, pouco densa, no que diz respeito, por exemplo, à quantidade de páginas é consequência da aridez documental. Mas optou-se, também, em não simplesmente enxertar dados que não propiciassem, de forma clara e objetiva, validação dos argumentos apresentados.

## Referencial teórico

Como aporte teórico, pretende-se buscar apoio, para entendimento do objeto, na perspectiva da História Nova e da História Cultural aplicada à História da Educação. Buscando a compreensão do conceito de ambas as correntes, lança-se mão, em relação à primeira, do que diz Jacques Le Goff, sobre como a História Nova percebe significações de poder no simbólico e no imaginário<sup>7</sup> – termos extremamente íntimos ao objeto de interesse da pesquisa. Além disso, Le Goff aponta o sentido em que a História Nova se realiza:

---

Inácio de. In: FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 72.

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 5.

considerando todos os documentos que podem representar as sociedades, observando a especial necessidade de se incluir como fonte, os documentos artísticos e literários.<sup>8</sup>

A respeito da segunda corrente, de acordo com Peter Burke, abre um amplo leque de campos (e outros campos dentro desses). O que posiciona o presente estudo diante de uma realidade epistemologicamente complexa. Segundo o historiador inglês, o termo, cunhado no século XVIII, fragmentou-se<sup>9</sup>, fazendo com que estudiosos defendam a história de “setores” e, como diz Burke, dificultando imensamente a definição do que seja História Cultural<sup>10</sup>. Ainda mais se aceitamos a ampliação do termo para Nova História Cultural. Crer-se, contudo, que ambas as correntes nos auxiliarão, dentro das nossas limitações, a construir o *corpus* hipotético, isto é, a estrutura documental e teórica que legitima a existência do objeto pesquisado.

No mesmo sentido, ainda que se leve em conta especificidades, segue-se o subsídio de outros autores, a saber: Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Marc Bloch, Michel de Certeau, Michel Foucault, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Roger Chartier.

No que concerne à formação do pensamento cristão e sua presença na História da Educação, num contexto mais geral, recorre-se aos filósofos da Antiguidade Clássica (Aristóteles e Platão citados por Franco Cambi) e do Medievo. Buscamos aporte, também em Etienne Gilson, filósofo e medievalista francês, e Philotheus Boehner, fundador e primeiro diretor do Instituto da Universidade de São Boaventura (Estado de Nova Iorque).

Para a análise da natureza mesma do objeto de estudo e pesquisa, valer-se-á dos seguintes teóricos e historiadores (ligados à História e à História da Educação): Felisbello Freire, Franco Cambi, Frederic Eby, João Adolfo Hansen, John W. Malley, José Maria de Paiva, Jorge de Souza Araújo, Leonor Lopes Fávero, Luiz Antonio Barreto, Maria Thetis Nunes, Padre Antônio Vieira, Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida, Padre Leonel Franca, Rafael de Bivar Marquese, Rômulo de Carvalho, Serafim Leite, Vigário Philadelpho Jonathas de Oliveira.

## **Metodologia**

No que concerne à metodologia, esta se apresenta como sendo do tipo bibliográfico e documental. Recorreu-se a extensa bibliografia, esta constituída de estudos que tratam desde o

---

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 77.

<sup>9</sup> O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras. (BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 10).

<sup>10</sup> BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

surgimento do Cristianismo, após a queda do Império Romano do Ocidente e, concomitantemente, as práticas pedagógicas inerentes ao movimento, seus representantes mais importantes; a consolidação e a evolução dessas práticas, compreendendo o estudo até a Idade Moderna. Inclui-se, também, na bibliografia os autores que tratam da História da Educação no Brasil e, mais especificamente, em Sergipe.

Quanto à massa documental, recorre-se, principalmente aos documentos digitalizados pelo Projeto Resgate, documentos estes pertencentes ao Arquivo Histórico Ultra Marino (AHU), os quais determinaram *a priori* a hipótese formulada no presente estudo. Realiza-se a triagem documental a partir da tipologia disponível (Avisos, Bilhetes, Cartas, Certidões, Consultas, Despachos, Ementas, Pareceres, Provisões Régias, Representações, Requerimentos, Termos de Crédito). Documentos similares foram também localizados no IHGS, no IHGB e no APES.

### **Procedimentos metodológicos**

Esta pesquisa combina dois tipos: documental e bibliográfica. Recorreu-se aos arquivos e bibliotecas públicos, arquivos e bibliotecas de instituições religiosas, instituições de pesquisa documental. Descreveu-se, analisou-se e explicou-se os conteúdos contidos nas fontes que foram levantadas. Como fundamentação teórica dos procedimentos metodológicos orientados para esta pesquisa recorre-se à concepção de documento/monumento proposta por Jacques Le Goff, o qual aponta para a modificação dos modelos de metodologia aplicada ao reconhecimento de fontes:

Hoje o *método* seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para, além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos de *coleção* (cf. *pesos e medidas, moeda*), os tipos de *habitação*, a *paisagem*, os fósseis (cf. *fóssil*) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (cf. *animal, homem*). Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. *verdadeiro e falso*), trata-se de pôr á luz as condições de produção (cf. *modo de produção, produção/distribuição*) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. *poder e autoridade*).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003, p. 525.

Sob essa perspectiva metodológica é que será desenvolvida a pesquisa, levando-se em consideração todas as possibilidades de informações potencialmente contidas nas fontes pertinentes ao objeto pesquisado.

## Capítulo I

### Uma genealogia<sup>12</sup> necessária.

#### As aproximações de dois termos e suas implicações no campo da Educação

O termo *pedagogia*<sup>13</sup> vem do grego *paidós* (criança) e *agogé* (condução). O pedagogo, no sentido em que o termo foi absorvido pela língua latina e, posteriormente, pelas afiliadas, é aquele, portanto, que conduz crianças em seu processo formativo-educacional.

Quanto ao termo *catequese* (de *katêkhésis*, palavra grega), este pode ser compreendido como a explicação dada, usualmente na forma oral, sobre conteúdo de cunho religioso, ou seja, a prática de instruir sobre a doutrina de uma religião.

Aproximando-se ambos os termos, estabelece-se, concomitantemente, o avizinhamento dos respectivos campos<sup>14</sup>: educacional e religioso. Nos limites desta

---

<sup>12</sup> Toma-se, aqui, o termo *genealogia*, a partir da perspectiva nietzscheana-foucaultiana. Este primeiro capítulo realiza uma abordagem genealógica, sem precisar inícios históricos, senão sugerindo interações entre ocorrências de maior ou menor magnitude. Evita-se a visão positivista – pretensa identificadora de *origens*. Não se percebe um encadeamento linear conseqüente, mas, sim, a dinâmica de campos diversos. “A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus ‘monumentos ciclópicos’ não a golpes de ‘grandes erros benfazejos’ mas de “pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo”. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da *origem*”. (FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p. 12).

<sup>13</sup> Julga-se, aqui, útil observar que, para a prática educativa, quando direcionada ao adulto, o termo mais adequado seria *andragogia*, um termo mais preciso, quando nos referimos à educação (ou condução) de adultos.

<sup>14</sup> Observe-se que as aproximações dos campos não significam combinações harmônicas. Na verdade, os conflitos são inerentes à constituição dos *campos* os quais, em Bourdieu, devem ser compreendidos, numa noção mais geral, como: [...] Espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião têm leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja insensato, e com que, desde já, possamos servir-nos do que aprendemos sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogarmos e interpretamos outros campos, superando assim a antinomia mortal entre a monografia ideográfica e a teoria formal e vazia). Sempre que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda de hoje ou da religião na Idade Média, descobrimos propriedades específicas, próprias de um campo particular, ao mesmo tempo em que fazemos progredir o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias. (BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Edições Fim de Século/Sociedade Unipessoal, 2003, p. 119). Educar e salvar são termos que, historicamente, se originam de condições culturais (no caso aqui levado em consideração: cultura grega e cultura cristã) essencialmente divergentes. O próprio termo *cultura*, em seu valor histórico-etmológico inerente ao presente estudo, carrega distorções de significado, fenômeno comum no processo civilizador. Segundo Werner Jaeger: Hoje estamos habituados a usar a palavra cultura não no sentido de um ideal próprio da humanidade herdeira da Grécia, mas antes numa acepção bem mais comum que a estende a todos os povos da Terra, incluindo os primitivos. Entendemos assim por cultura a totalidade das manifestações e formas de vida que caracterizam um povo. A palavra converteu-se num simples conceito antropológico descritivo. Já não significa um alto conceito de valor, um ideal consciente. (JAEGER, Werner. **Paidéia** – A

dissertação, os termos são igualmente delimitados ao relacioná-los diretamente com a *cultura* cristã. Tal operação não é livre de dificuldade. É concernente à construção mesma do objeto de pesquisa, processo que, segundo Pierre Bourdieu:

[...] Não é coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.<sup>15</sup>

Não obstante Bourdieu tratar, na obra citada, das atribuições enfrentadas pelo pesquisador no campo das ciências sociais, estas se revelam similares no campo geral da pesquisa, ou seja, nos espaços estruturados onde se dão as atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico.

Para que se possa produzir o devido *constructo*, desenvolvendo a averiguação sistemática no campo da História da Educação (com o objetivo de identificar relações de poder nos quais se reconhece idéias, valores e crenças, estas concernentes ao discurso pedagógico-catequético), percebe-se a necessidade de se efetuar a análise dos termos em questão: *pedagogia e catequese*.

É certo que já se abordou nas linhas supra estes termos aos quais se impõe, por força da problemática da pesquisa, uma correlação. Entretanto é preciso aprofundar o diálogo com o objeto, vale dizer, buscar o entendimento das condições histórico-sociais do tempo e do espaço que favoreceram a manifestação de seus discursos, e não necessariamente de suas origens. O que redundaria em buscar referenciais teóricos e históricos especificamente

---

formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 7-8). A posição tomada por Jaeger é compreensível. Contudo, vale observar que o termo *cultura* ainda suscita inquietações que ultrapassam os limites do campo antropológico, não obstante manter as referências. É o que se percebe em Chartier: Na verdade, o que se deve pensar é como todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, portanto, as representações constitutivas do que se pode chamar de uma “cultura”, quer seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado. O mais grave na aceção habitual da palavra cultura não é tanto o fato de que recobre geralmente apenas as produções intelectuais ou artísticas de uma elite, mas que leva a supor que o “cultural” não se investe senão em um campo particular de práticas ou de produções. Pensar diferentemente a cultura e, portanto, o próprio campo da história intelectual, exige concebê-la como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nas condutas aparentemente menos culturais. [...] Portanto, é uma nova articulação entre *cultural structure* e *social structure* que se deve construir sem nela projetar nem a imagem do espelho, que faz de uma o reflexo da outra, nem a da engrenagem, onde cada uma das engrenagens repercute o movimento primordial que afeta o primeiro elo da cadeia. CHARTIER, Roger. **À beira da falésia** – A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 59-60.

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 27.

direcionados ao tema. Estes trazem os acontecimentos de uma longínqua época, de eventos memoráveis que evidenciaram as particularidades de um novo período. Inclui-se, indiscutivelmente, a interpretação. O discurso contido na bibliografia é a materialização de diversos olhares, os quais, mesmo em um mesmo campo, divergem quanto à perspectiva. Diversos são os pesos e as medidas. Na tentativa de lidar com essa flutuabilidade de valores busca-se um *locus* teórico-metodológico. No campo histórico em que a presente produção se inscreve, as referências se ampliam em número e em possibilidades: a História Nova e a História Cultural.

O documento, compreendido, tecnicamente como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte”<sup>16</sup> quer que se busque em Foucault, mais especificamente em *A Arqueologia do Saber*, a noção de documento/monumento.<sup>17</sup> O historiador francês insiste, também, sobre a necessidade de: “Delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram”.<sup>18</sup> Le Goff defende igualmente que uma nova metodologia de apreensão cronológica dos acontecimentos seja aplicada, levando mais em consideração sua possibilidade de produção de efeitos na história do que a indicação do dia ou da época da sua ocorrência. Por fim, insiste em que se evite produzir paralelos de forma excessivamente arbitrária, identificando elementos aparentemente similares entre classificações de sistemas econômicos, políticos e sociais espacial e temporalmente distantes.

---

<sup>16</sup> RODRIGUES Alexandre Manuel Esteves. **Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Brasília – DF: Ed. Arquivo Nacional, 2004, p.65.

<sup>17</sup> O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para encontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. Digamos, para resumir, que a história em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 8-9).

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 76 -77.



As três recomendações do autor de *O Deus da Idade Média* devem certamente ser levadas em consideração. E, crer-se neste trabalho, que a bibliografia consultada, a qual não só analisa, relata, mas, também, reproduz documentos é, tanto quanto antigos pergaminhos, um corpo de documentos que, mediante o discurso dos autores, reproduzem (e reorientam) o discurso dos antigos documentos dos quais os estudiosos se valem no estabelecer de suas teses. Assim, em um primeiro momento, as informações apreendidas das obras consultadas devem: sofrer o questionamento quanto à intencionalidade dos discursos reproduzidos; serem analisadas quanto à densidade histórica, evitando valorar pela simples datação que obedece a seqüência arbitrária de começo meio e fim; somente aproximadas quando de fato estabelecerem um diálogo que se sustente por convergências apoiadas em referências afins de época e lugar, e os aspectos histórico-sociais a estes inerentes.

Para a presente pesquisa em andamento, tal prática proposta (o descarte de certas ações humanas) teria um efeito engessador. Os detalhes apontados por Burke na citação podem ser percebidos em Werner Jaeger. Sua obra, *Cristianismo e paidéia grega*, onde o autor relata ao mesmo tempo em que analisa a gênese da doutrina cristã, a profunda influência que esta recebeu da cultura grega.<sup>19</sup>

Desde el momento em que desperto la conciencia histórica moderna, en lá segunda mitad del siglo XVIII, los eruditos en teología cayeron en la cuenta – al analizar y describir el gran proceso histórico que se inició com o nacimiento de la nueva religion – de que los factores que determinaron la forma final de la tradicion cristiana, la civilización griega ejerció una influencia profunda em la mente cristiana.<sup>20</sup>

Jaeger prossegue em seus estudos sobre a íntima relação que se deu entre a *paidéia* grega e a doutrina cristã recém-surgida, tomando como referência a produção filosófica de São Clemente Romano:

El documento literário más antiguo de la religion cristiana. Al que es posible fijar una fecha poço posterior al tiempo de los apóstoles es la *Carta de San Clemente Romano a los coríntios*, escrita em la última década del siglo I. Es interesante notar el cambio sufrido por la mentalidade cristiana em los treinta años transcurridos desde la muerte de San Pablo, que había escrito a esta misma Iglesia de Corinto a fim de poner fin a las disputas entre sus grupos y a las diferencias em su interpretacion de la fé cristiana.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo y paidéia grega**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 10.

<sup>20</sup> JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo y paidéia grega**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 10.

<sup>21</sup> JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo y paidéia grega**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 26.

A produção desse documento por São Clemente Romano, tem como intenção demonstrar o quão desastroso seria a permanência dos conflitos entre as facções religiosas. Contudo, não é este o ponto de interesse imediato para a pesquisa. No processo de definição e abordagem do objeto em estudo, é significativo compreender que São Clemente Romano se vale, para compor seus argumentos, da *antiga arte retórica*<sup>22</sup>. Segundo Jaeger, o religioso se utiliza das normas que regem a eloquência política. O tom apaziguador do discurso epistolar de São Clemente Romano busca referências na retórica dos educadores políticos que atuaram largamente durante a época clássica da *polis* grega.

### **A genealogia da pedagogia da catequese**

Opta-se, aqui, portanto, iniciar o exercício de elaboração da genealogia da *pedagogia da catequese* pelo encontro ocorrido entre o denominado *cristianismo primitivo* e a *paidéia grega*.

O objeto de pesquisa aqui trabalhado – a não existência de uma sistemática aplicada à pedagogia da catequese como práticas educativas realizadas pelas ordens religiosas em Sergipe Del Rey – requer, antes de se debruçar diretamente sobre ele, que se elabore uma linha histórica (não necessariamente contínua) que se percebe nas primeiras manifestações cristãs, na antiguidade.

E a obra de Jaeger é fundamental para o entendimento desse processo. E, por isso, dá-se continuidade nas considerações sobre a mesma aqui: o discurso clementino é um discurso voltado tanto para a ordem política como, e principalmente, para a salvação, ou seja, para a ascensão<sup>23</sup> (ascese; *áskesis*: exercício prático) moral da alma. É o discurso de *um saber*. Este é *um saber para a verdade*. Sobre este aspecto, diz Foucault: “Não é por referência a uma instância como a lei que a *áskesis* se estabelece e desenvolve suas técnicas. A *áskesis* é na realidade uma prática da verdade. A *áskesis* não é uma maneira de submeter o sujeito à lei: é uma maneira de ligar o sujeito à verdade”.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo y paidéia griega**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 26.

<sup>23</sup> No pensamento filosófico grego, ascese (*áskesis*) deve ser compreendida como um conjunto de práticas e disciplinas caracterizadas pela austeridade e autocontrole do corpo e do espírito, que acompanham e fortalecem a especulação teórica em busca da verdade. A doutrina cristã adotará o termo como significando a soma de práticas austeras, comportamentos disciplinados e evitações (*evitatio, ónis*) morais prescritos aos fiéis, tendo em vista a realização de desígnios divinos e leis sagradas.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.383.

Contudo, não significa que o sujeito deva desconhecer às leis do mundo, senão identificá-las com as leis eternas, ou seja, as primeiras devem se submeter às últimas. Segundo Jaeger, São Clemente Romano compreende a ordenação do mundo a partir das práticas éticas e políticas determinadas pelas leis divinas, estas que são mais bem compreendidas a partir de uma *filosofia cosmológica*.<sup>25</sup> Segundo Jaeger:

La *paideia* griega habia hecho lo mismo, pues siempre hacia derivar sus reglas sobre la conducta humana y social de las leyes divinas del universo, a las que daba el nombre de “naturaleza” (*physis*). Los interpretes cristianos debieron recordar que este concepto griego de la naturaleza no es idéntico ao naturalismo em sentido moderno, sino más bien casi opuesto. Este aspecto cósmico del problema de la paz em el mundo humano parece ante los ojos del lector no solo en el famoso capítulo 20 de la carta; em los capítulos siguientes se mantiene la misma perspectiva, aunque a veces se la combina con la aplicación práctica de este punto de vista al caso em question. Esto no hace que, a los ojos de un griego, las reflexiones acerca de los principios sean menos filosóficas, pues la teoría y a la vida deben marchar siempre juntas, y solo cuando se las comprende em esta forma puede el filósofo sostener que él imparte la *paidéia* verdadera.<sup>26</sup>

O exemplo de relações mantidas entre a doutrina cristã e a *paidéia* grega buscado em Jaeger, notadamente na obra *Cristianismo primitivo y paidéia griega*, legítima, crer-se, esta complexa operação de levantamento das origens do discurso pedagógico cristão.

A *paidéia* cristã pode, em termos gerais, ser entendida como uma apropriação e recharacterização (o que, perspectivamente, pressupõe um redirecionamento) da *paidéia* grega, juntamente com a cultura romana, isto é, uma reconfiguração do pensamento clássico adaptado às exigências de fundamentação e consolidação do que poderíamos denominar uma nova concepção de mundo e, por conseguinte, uma revolucionária compreensão sobre como as práticas educativas deveriam ser elaboradas e aplicadas.

Ao pretender-se, aqui, comentar uma expressão constituída por dois termos, sendo o primeiro de origem grega (o que significa dizer: produto da cultura grega), crer-se ser recomendável a apresentação deste: *paidéia* significa, segundo a professora de história da filosofia e de filosofia política, Marilena Chauí:

Educación ou cultivo das crianças, instrução, cultura. O verbo *paideûn* significa: educar uma criança (*paîs-paidós*, em grego), instruir, formar, dar formação, ensinar os valores, os ofícios, as técnicas, transmitir idéias e

<sup>25</sup> JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo y paidéia griega**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 33.

<sup>26</sup> JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo y paidéia griega**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 33-34.

valores para formar o espírito e o caráter, formar para um gênero de vida, da mesma família é a palavra *paidéia*, ação de educar, educação, cultura.<sup>27</sup>

Uma palavra, vários significados, os quais, ainda que com sentidos semelhantes (não necessariamente iguais), remetem ao desconforto provocado pela multiplicidade possível de interpretações. Cabe aqui, diante disso, ater-se às delimitações. Talvez por isso Werner Jaeger alerte que *paidéia* é um termo de difícil definição, pois,

Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura e educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com o que os gregos entendiam por *paidéia*.<sup>28</sup>

Este é um problema que, em vista da natureza do presente estudo, deve-se mencionar. Contudo, não será aqui que se deitará sobre o termo um olhar filológico. No que concerne ao objeto sob análise, o termo grego *paidéia*, no espectro de definição proposto por Chauí, atende plenamente às necessidades desta dissertação. Mais ainda quando adjetivado pelo termo de (origem latina), *cristã*. Assim, tem-se a *paidéia cristã* como um campo para a formação do educador e do educando (agentes sociais), visando o viver na cidade dos homens e o fazer por merecer a cidade de Deus.<sup>29</sup>

No tratamento do objeto proposto, recorreu-se, além de outras, também a duas obras consideradas, diante dos objetivos dessa pesquisa, essenciais: *História da Educação na Idade Média*, de Ruy Afonso da Costa Nunes (1979), e *História da Pedagogia*, de Franco Cambi (1999).

O livro de Nunes, tomando-o, primeiramente, na totalidade, é, antes de tudo, uma cruzada contra a visão preconceituosa, comumente nutrida, em relação ao medievo, na tentativa, segundo o autor, “de deixar o leitor atento a outros dislates que ocorram mundo afora sobre assuntos do período medieval”.<sup>30</sup> No capítulo em questão, Nunes vale-se do exemplo negativo de Roger Clausse, autor de *Critique materialiste de l’éducation*, citado por Arnoud Clausse (o sobrenome é o mesmo), que afirma, com evidente intenção redutora, ser a Idade Média um período dominado por “concepções ascéticas”.

<sup>27</sup> CHAUI, Marilena. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002, p. 507.

<sup>28</sup> JAEGER, Werner. **Paidéia – A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.1.

<sup>29</sup> O reconhecimento da intimidade historicamente construída entre educação e religião é manifesto em diversos autores, seja direta ou indiretamente. É o caso de Chartier: É o que ocorre com a religião ‘popular’. Por um lado, é bem claro que a cultura folclórica que lhe serve de base foi profundamente trabalhada pela instituição eclesiástica, que não apenas regulamentou, depurou, censurou, mas também tentou impor à sociedade inteira a maneira como os clérigos pensavam e viviam a fé comum. A religião da maioria foi, portanto, molda por esse intenso esforço pedagógico visando fazer cada um interiorizar as definições e as normas produzidas pela instituição eclesiástica. (CHARTIER, Roger. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 9).

<sup>30</sup> NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 99.

Nunes rebate esse argumento observando que “também se pode afirmar da Renascença e dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX que tiveram e têm concepções ascéticas”.<sup>31</sup> O ascetismo, em maior ou menor grau, não é, necessariamente, uma característica predominante apenas no pensamento medieval. É próprio da conduta do místico (no caso, do cristão) em qualquer época, ainda que se devam observar as contingências.

A posição bem definida e esclarecedora de Nunes tem como objetivo combater, com as armas do conhecimento, a visão obscurantista<sup>32</sup> com a qual é percebido o período medieval, justamente por não concordar em absoluto com tal entendimento: a Idade Média como tempo de trevas e de retrocesso, um entendimento deveras equivocados. Logra trazer à luz aspectos significativos das práticas educativas de então.

Na verdade, as concepções pedagógicas que tomarão corpo ao longo do medievo ocidental cristão, mais especificamente, do século V ao século XII, devem ser percebidas já na antiguidade cristã, ou seja, nos últimos momentos do Império Romano, quando pensadores de então se voltam para uma nascente visão de mundo em que se encontra latente o germe do que num futuro próximo seria conhecido como Cristianismo<sup>33</sup>. Esse fato (ainda que se possa levar em conta uma relativização possível, de acordo com a perspectiva histórica aplicada) é bem ilustrado por Nunes, o qual afirma que

Desde o fim do mundo antigo e o início da Idade Média, por conseguinte, os monges concorreram para a transmissão do legado cultural antigo aos povos germânicos das cristandades medievais. De um lado, foram os principais propagandistas da religião cristã na Europa, tendo evangelizado os anglosaxões, os teutões, os escandinavos, os eslavos e os húngaros. Por outro lado, transmitiram-lhes, também, as obras literárias e as concepções filosóficas e educacionais dos romanos, especialmente através do benfazejo labor dos copistas que asseguraram a preservação dos livros antigos.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> NUNES, Ruy Afonso da Costa. História da educação na Idade Média. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 99.

<sup>32</sup> Se pudéssemos contemplar a doutrina cristã e a história da Igreja com um olhar isento de qualquer preconceito, nos veríamos obrigados a expressar algumas conclusões contrárias às idéias geralmente aceitas. Mas evidentemente, reduzidos desde os nossos primeiros dias ao jugo do hábito e dos preconceitos, contidos pelas impressões da nossa infância na evolução natural do nosso espírito e determinados na formação do nosso temperamento, acreditamos estar obrigados quase a considerar como um delito a escolha de um ponto de vista mais livre, a partir do qual possamos emitir um julgamento não partidário e de acordo com a época, a respeito da religião e do Cristianismo. (Nietzsche, Friedrich. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005, p. 59).

<sup>33</sup> Entretanto, é certo, como é possível observar nas primeiras linhas desta dissertação, que as manifestações desse movimento recuam um pouco mais no tempo. A educação dos jovens, levando-se em consideração o que nos diz Jaeger, remonta aos sofistas, estes que: estabeleceram os fundamentos da pedagogia, e [que] ainda hoje a formação intelectual trilha, em grande parte, os mesmos caminhos. (JAEGER, Werner. **Paidéia – A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 348-349).

<sup>34</sup> NUNES, Ruy Afonso da Costa. História da educação na antiguidade cristã. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 100.

O processo de fortalecimento desse pensamento voltado, ao mesmo tempo, para a educação visando o cotidiano (as artes liberais) e a ascensão espiritual, pois, além do ideal clássico, “impunha-se sobranceiro o propósito de se plasmar o perfeito cristão”<sup>35</sup>, encontra campo vasto no vácuo deixado pela decadência da cultura romana, isto é, no enfraquecimento dos parâmetros impostos por essa cultura no que diz respeito inclusive aos aspectos políticos e econômico-administrativos, o que solapa, conseqüentemente, a idéia do homem público, do homem nobre e forte. A força será outra, autorizada pela Divindade através da fé e da graça. A força, inclusive, para se perceber fraco e humilde, reconhecendo as limitações da carne e investindo na potência espiritual, no poder de redenção através da salvação da alma.<sup>36</sup>

Outro tipo de Homem será pensado e formado daí por diante. A educação, sob o entendimento cristão do que seja a vida abordará, como dissemos, duas realidades, a mundana e a espiritual. Claro que, pela natureza mesma do movimento histórico-cultural de gradativa prevalência do pensamento cristão, a segunda realidade deverá receber especial atenção, pois se trata nada mais, nada menos, da salvação (ou, se no incorrer impiedoso de graves erros, da danação) eterna. Quanto a esta finalidade, característica de uma revolução de cunho religioso, visando a *re-formação* do sujeito humano, Nunes diz que, buscando o ideal estado de graça,

Esse era, e ainda é, o supremo objetivo educacional do povo cristão. Do ponto de vista pedagógico, como vimos em nosso livro *História da Educação na Antiguidade Cristã*, Santo Agostinho legou aos educadores medievais os princípios pelos quais eles se pautaram quanto à organização dos estudos: os jovens devem dedicar-se ao aprendizado das artes liberais e mecânicas e à filosofia, a fim de aproveitarem ainda mais no estudo da Sagrada Escritura que ensina o que é preciso saber e praticar para alcançar a vida eterna e feliz.<sup>37</sup>

A passagem do Mundo Antigo para o que seria, na Renascença, denominado Idade Média, como uma conflituosa época de transição, assistiu ao desaparecimento das

---

<sup>35</sup> NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na antiguidade cristã*. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 100.

<sup>36</sup> A filosofia grega chegara a conceber a unidade do divino como unidade de urna esfera que admitia essencialmente em seu próprio âmbito urna pluralidade de entidades, forças e manifestações em diferentes graus e níveis hierárquicos. Portanto, não chegara a conceber a unicidade de Deus e, conseqüentemente, nunca havia sentido como um dilema a questão de se Deus era uno ou múltiplo. Desse modo, permaneceu sempre aquém de urna concepção monoteísta. Somente com a difusão da mensagem bíblica no Ocidente é que se impôs a concepção do Deus uno e único. E a dificuldade do homem em chegar a essa concepção demonstra-se pelo próprio mandamento divino "não terás outro Deus além de mim" (o que significa que o monoteísmo não é, em absoluto, urna concepção espontânea), e pelas contínuas recaídas na idolatria (o que implica sempre urna concepção politeísta) por parte do próprio povo hebreu, através do qual foi transmitida essa mensagem. E, com essa concepção do Deus único, infinito em potência, radicalmente diverso de todo o resto, nasce urna nova e radical percepção da transcendência, derrubando qualquer possibilidade de considerar qualquer outra coisa como "divino" no sentido forte do termo. (REALE, Giovanni. **História da filosofia: patrística e escolástica**: São Paulo: Paulus Editora, 2003 p.11).

<sup>37</sup> NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978, p.100.

instituições, inclusive as voltadas para a educação, como no caso de Roma, onde o ensino público “se desmantelou após as invasões dos bárbaros, embora o declínio fosse gradual e o cultivo das letras não desaparecesse completamente, pois, apesar das invasões germânicas, as escolas continuaram a existir”.<sup>38</sup> Todavia a época é decididamente outra: a Igreja busca uma presença consolidada e, diante do desaparecimento das instituições oficiais, surgem, “entre o fim do século IV e o começo do século V, as *escolas paroquiais*, sob administração exclusivamente eclesiástica. Aliás, antes mesmo da desagregação do Império Romano, o ensino oficial entrara em declínio”.<sup>39</sup>

O surgimento das escolas medievais cristãs foi, também, uma resposta à necessidade de se atender a necessidade de formação dos desejosos em entrar para a vida religiosa. Uma estrutura foi, aos poucos, cuidadosamente elaborada, com o intuito de estabelecer as normas para a educação de jovens, compreendendo serem estes partícipes de um meio onde a fé estabelecia as referências para o exercício de um *ethos* diametralmente diverso do exercido na antiguidade clássica:

O nível elementar desse ensino era representado pelas escolas paroquiais e o superior, pelas episcopais. A escola paroquial funcionava na igreja matriz da paróquia ou na casa paroquial, e a escola episcopal alojava-se na igreja catedral ou na residência do bispo. Aliás, desde os primórdios da Igreja, no período patrístico, os bispos tratavam de formar ao seu lado os colaboradores do seu ministério pastoral, assim como os concílios e os sínodos orientais e ocidentais foram legislando a respeito dos requisitos para a ordenação sacerdotal e para a imposição dos ministérios.<sup>40</sup>

Mas, se o *ethos* diante do mundo e do espírito deveria ser – sob a ótica cristã – outro que não o da antiguidade clássica, vale dizer, que não o defendido pela cultura greco-romana, nem por isso a produção artístico-filosófica foi totalmente relegada ao esquecimento. É certo que, como afirma Nunes, não obstante ser recomendado aos jovens o estudo da filosofia, na educação monástica o pensamento filosófico não adquiriu peso.<sup>41</sup> O que não seria verdade afirmar, também segundo Nunes, sobre as escolas episcopais, principalmente na Inglaterra, se nos basta como exemplo a Cantuária, onde Teodoro de Tarso, erudito formado nas letras profanas e nas sagradas, chegou em 668, propagando o conhecimento da literatura e da língua grega, pois foi naquele lugar que a cultura helenística encontrou terreno fértil.

<sup>38</sup>NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 101.

<sup>39</sup> NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 102.

<sup>40</sup>NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 103.

<sup>41</sup>NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978 p. 110.

Assim, o que se vê é, como se afirmou antes, não uma negação absoluta da cultura clássica, senão uma transformação e adaptação de suas propostas na construção de sistemas visando a compreensão do mundo, ainda que, nesse processo, impere a aceitação do *Mistério*, buscando-se entender e aceitar a *Palavra*. Nesse sentido, a *paidéia* grega torna-se referência para a *paidéia* cristã. Esta, contudo, estabelece outra leitura do mundo, onde o campo educacional é um espaço essencial para a representação de uma prática educativa jamais pensada. Ainda que Nunes não trate, explicitamente, da idéia de uma *paidéia* cristã, seus estudos, riquíssimos em informações e análises, oferecem os lastros exigidos pelo caráter teórico com o qual se acerca, nesta dissertação, do objeto.

Essa torção radical das perspectivas do homem diante da natureza, de si mesmo, do outro e do insondável, resultará num novo *ethos* pedagógico. Para compreender-se melhor esse processo, recorre-se, então, a Franco Cambi:

Com a difusão do cristianismo, depois, com sua legitimação político - religiosa sob Constantino, virá certamente criar-se uma significativa ruptura também no terreno educativo: os cristãos depreciam a retórica e a cultura dos pagãos em geral, atacam as escolas que transmitem uma literatura contrária ao espírito cristão e orientada para valores diferentes dos evangélicos.<sup>42</sup>

Pode-se, então, afirmar, em um primeiro momento, o repúdio incondicional manifestado pelo cristão em relação à cultura pagã. Evite-se, entretanto, de cometer-se um erro crasso: esquecer que a cultura cristã, para rebater a pagã, teve de conhecer a produção desta última. As formas adotadas para realizar a crítica negativa às obras foram definidas a partir da leitura dos pagãos.

Segundo Cambi, vê-se, agora, diante de um mundo concebido, no sentido de apreensão, de uma forma totalmente nova. O homem, como pensado na antiguidade clássica, converte-se. Crê, então, em um só Deus,<sup>43</sup> sabe-se limitado e dependente, e não deve exercer a força arbitrariamente, pois, acima de suas decisões, de seus atos, existe o Juiz, e a este nada escapa. Eis a nova realidade. O tempo revela-se como finito, haverá um fim do mundo e um julgamento. É preciso, portanto, preparar-se.

Esse homem é um sujeito voltado para a igualdade e para a solidariedade. Vê grande valor na pobreza e na castidade. O trabalho braçal também é visto de uma maneira

---

<sup>42</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 118.

<sup>43</sup> “Não consta com certeza se Platão e Aristóteles atinarem ao monoteísmo puro. Aos olhos dos pensadores cristãos a unicidade de Deus já não oferece problema. “Ouve, Israel, o Senhor é nosso Deus e único Senhor” (Mc 12,29), respondeu Cristo ao doutor da lei que lhe perguntava pelo primeiro e maior mandamento. Como se vê, Jesus contenta-se em reiterar uma noção familiar aos judeus e uma verdade básica de sua religião”. (BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p.16).



diversa de como foi valorado no mundo antigo. Ganhar o pão com o suor do rosto é condição essencial para se pertencer à comunidade cristã. Segundo Cambi, eis um tempo em que se abole “qualquer desprezo pelos trabalhos ‘baixos’, manuais, e se coloca num plano de colaboração recíproca os patrões e os escravos, os serviçais, os empregadores e os dependentes”.<sup>44</sup>

O mundo cristão é constituído por tempos e espaços mantidos pelos ditames contidos no Evangelho. A Igreja, sua representação maior, se fortalece administradas pelos dedicados agentes sociais, os padres. Representação revolucionária, pois é, não obstante manter algumas referências, uma proposta de ruptura. Uma cultura que firma outro papel para o crente na sociedade. Uma sociedade em que valem os “vínculos espirituais entre os iguais e não as relações hierárquicas, assimétricas, de domínio e de imposição ou as identidades étnicas e locais, superadas aqui na universalidade da mensagem”.<sup>45</sup>

No cenário revolucionário cristão, as práticas educativas exercem um papel essencial. São mesmo o suporte teórico e empírico da nova mentalidade. Os padres da Igreja têm reconhecido o seu poder de formar. Fazem-se necessários no processo de evangelização que deve disseminar-se pelo mundo. A perspectiva pedagógica, até então legitimada pelas escolas pagãs, visa, agora, um conhecimento que tem por finalidade a salvação espiritual a partir e em direção a um único ponto: um só Deus. Ciente disso, a fé deve irmanar-se ao intelecto em busca do conhecimento. E se é possível contar com outros dois pontos de apoio (família e Igreja), pode-se notar a seguinte expectativa:

Toda sociedade enquanto religiosamente orientada tornar-se educadora; mas mudam também os ideais formativos (à *paidéia* clássica contrapõe-se a *paidéia christiana*, centrada na figura do Cristo) e os próprios processos de teorização pedagógica, que se orientam e se regulam segundo o princípio religioso e teológico (e não segundo o antropológico e teórico). A revolução do cristianismo é também uma revolução pedagógica e educativa, que durante muito tempo irá marcar o Ocidente, constituindo uma das suas complexas, mas fundamentais matrizes.<sup>46</sup>

As representações revolucionárias no campo educacional da Alta Idade Média estão presentes, já como práticas de formação, isto é, práticas educativas encontradas nos mais antigos documentos cristãos. Naquele momento, não é ainda precisamente uma proposta pedagógica que se delineia, senão um *ethos* que é proposto a partir de uma compreensão diversa da presente na antiguidade clássica. Há uma substituição de termos, vale dizer, a

<sup>44</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 121.

<sup>45</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 122.

<sup>46</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 123.

linguagem (manifestada como sermão, diferenciando-se do conceito clássico de discurso) recorre a palavras que trazem uma qualificação distinta, representando um novo papel na comunidade cristã, pois o cristão deve ser formado e educado num sentido oposto ao do mundo antigo<sup>47</sup>. O que antes era visto como sintomas negativos, como ser frágil e tolerante, é então valorizado e deslocado para o centro das ações humanas que se pretendem sintonizadas com os preceitos do cristianismo.

As práticas educativas, para que sejam percebidas como atos manifestos das representações revolucionárias, linhas de ação da *paidéia* cristã, sustentam-se sobre quatro pilares, isto é, segundo Cambi, sobre quatro textos:

Os *Evangelhos*, como sendo aspectos fundamentais da educação cristã: é projetada e guiada por um mestre-profeta (como Cristo), que fala contra os hábitos correntes e quer provocar uma catástrofe interior, uma renovação espiritual, através de uma mensagem que inquieta e desafia a tradição e a indiferença subjetiva; as *Epístolas de São Paulo*, uma visão da mensagem cristã: mais dramática, mais inquieta, mais disciplinar, passada pelo filtro da cultura hebraica e da helenístico-romana; o *Apocalipse*: tensão escatológica na história e da regeneração final do homem, temas que iluminam um caminho educativo próprio das comunidades cristãs; os *Atos dos Apóstolos*, traz em seu centro a ação educativa das primeiras, e até mesmo primeiríssimas, comunidades cristãs.<sup>48</sup>

Sobre estes pilares, os padres, como autores de uma proposta formativo-educativa, encontram suportes para elaborar e aplicar outro segmento da *paidéia* cristã: o eixo pedagógico. Segundo Cambi:

No período que vai da morte de Cristo à época constantiniana, a Igreja vai organizando suas próprias práticas educativas e sua própria teorização pedagógica, sob o influxo, sobretudo, da cultura helenística, mas também da evolução das comunidades cristãs.<sup>49</sup>

Na evolução das comunidades cristãs revela-se, então, a partir dos ensinamentos de Cristo, uma atenção especial com relação às crianças. O eixo pedagógico se define, ainda que isso não signifique que a Igreja centrará toda sua atenção na educação infanto-juvenil. O

---

<sup>47</sup> Quanto à compreensão sobre o papel do exercício cristão da palavra (sermão), seu valor de conversão, a partir de uma perspectiva sociocultural revolucionária, é significativo o entendimento de Foucault: Há uma escrita fundamental: a do Texto. E é em relação a [ela] que toda palavra do mestre deverá ordenar-se. Ainda que referida a esta a palavra fundamental, também é certo que a palavra do mestre será encontrada, na espiritualidade e na pastoral cristãs, sob diferentes formas e com uma multiplicidade de ramificações. Haverá a função de ensino propriamente dita: ensinar a verdade. Haverá uma atividade de parênese, isto é, de prescrição. Haverá também uma função que será a de diretor da consciência, a função [ainda] do mestre da penitência e confessor que não é a mesma do diretor de consciência. (FOULCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 p. 436).

<sup>48</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 123-125.

<sup>49</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p.125.

que se procura destacar aqui é que uma espécie de puericultura incipiente se anuncia. Pois se a família passa a ser vista como célula-mãe de uma sociedade voltada para o culto a Deus, é de se esperar que as crianças sejam percebidas de maneira um tanto especial. Sobre isso, comenta Cambi:

Entrementes, fixam-se também algumas práticas educativas ligadas à práxis comunitária, relativas à família (que se modela pelo amor recíproco e dedicação aos filhos, embora os “governe” com autoridade), relativas à Igreja que vê encarnar-se nas crianças o estado de graça (segundo os apelos de Cristo que convidava a tornar-se criança e deixar vir a ele os pequeninos, segundo a idéia de que o batismo renova a alma, fazendo-a voltar à “pureza” infantil) e relativas ao papel que as crianças ocupam na própria comunidade (onde são, ao mesmo tempo, valorizadas e marginalizadas).<sup>50</sup>

Contudo, as práticas revolucionárias no campo educacional deveriam visar uma amplitude bem maior, através do que Cambi chama de ação educativa, deslocando o poder civil do centro das decisões, substituindo-o como instituição reguladora formativa e administrativa. A *paidéia* cristã pressupõe, em suas práticas revolucionárias, uma mentalidade de governo (caracterizado por duas linhas: uma religiosa e outra civil), isto é, na ação educativa inclui-se a disposição de agir como instituição maior, fundamentada em um corpo doutrinário que a autoriza a impor normas de conduta à comunidade, exercitando “um pensamento jurídico e teológico modelado pela tradição helenístico-romana”.<sup>51</sup> Isso nos leva a concluir que não há um rompimento total dos laços com a cultura filosófica greco-romana, os educadores retomam esse conhecimento, reorganizam-no sob a luz das Sagradas Escrituras. Portanto, ainda que pese uma ação de ruptura, as marcas do mundo clássico permanecem. E ao tratar do que fica do pensamento clássico, Cambi recorda que *Logos* e *Verbum* têm, na origem, o mesmo sentido:

A começar já dos Evangelhos (do IV), a marca da cultura grega se fixa dentro do discurso cristão (“*In principio erat Verbum et Verbum erat apud Deum et Deum erat Verbum*”): é o começo do Evangelho de São João, onde *Verbum* transcreve a noção helênica de *Logos*, mas é, sobretudo, no tempo dos Apologistas (que defendem o cristianismo das acusações mais variadas: idolatria, subversão, etc.) e, depois, dos Padres (os intérpretes teóricos e orgânicos da mensagem cristã) que se inicia a simbiose entre cristianismo e helenismo.<sup>52</sup>

Cambi cita como um dos principais agentes promotores de aproximações entre a visão de mundo helenística (mais especificamente o platonismo) com o pensamento cristão:

<sup>50</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p.126.

<sup>51</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p.126 -127.

<sup>52</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p.128

São Justino. Este experimentou diretamente aspectos dessa proposta aproximativa<sup>53</sup>. Como filósofo, aproximou Platão de Cristo, defendendo o pensamento cristão como a forma mais elaborada de ascese em direção a Deus, o que significa uma aceitação, dentro do processo de inovação, de valores próprios da antiga cultura helênica, pois, segundo o santo, além da fé (o simples e direto ato de crer) é possível e recomendável que razão esteja a serviço do conhecimento das coisas divinas. É sabido, porém, que nem todos concordavam com a opinião de São Justino. Segundo Cambi, um aluno do santo, Taciano da Síria,

Exprime uma forte oposição à cultura grega, em todas as suas formas (desde a retórica – que serve à injustiça e à calúnia – até a arte – que descreve “batalhas, os amores dos deuses, a corrupção da alma” – e a filosofia – que é saber litigioso e arrogante, ávido e fantasioso), referindo-se à tradição gnóstica (animística e demonística na concepção do cosmos, racionalista na de Deus).<sup>54</sup>

Posições antagônicas, como a de Taciano, não são as que prevalecem. A *paidéia* grega, como dissemos, permanecerá presente na *paidéia* cristã, ainda que não devamos afirmar uma solução de continuidade. Mas o fato é que a *paidéia* cristã é outra maneira de se buscar a formação e a educação do homem, não tão diversa, em vários aspectos, da predecessora. O que não deve causar surpresa se é sabido, ao menos, que ambas as propostas de *paidéia*, a da antiguidade clássica e a que surge no início da Idade Média têm muito em comum: são partes do que se entende como sendo a cultura ocidental. O ocidente é certamente cristão. Nesse contexto, as práticas revolucionárias educativas se revigoram, avançam em direção à constituição de um Estado devidamente organizado. É essa a defesa de Clemente de Alexandria, em sua *Epístola aos Coríntios*, juntamente com Orígenes. Esses dois sábios

Deram vida à *paidéia* cristã, reinterpretando em sentido cristão a *Bíblia* e relendo a filosofia grega à luz de Platão, mas também unindo filologia e interpretação. Clemente, com seu *Paedagogus*, coloca como modelo a *paidéia* helênica, mas também afirma que esta só se realiza plenamente no cristianismo.<sup>55</sup>

Por causa dessa relação quase que simbiótica (a *paidéia* grega revive através da *paidéia* cristã, a qual, por sua vez, se mantém a medida que cultiva aspectos da educação clássica), algo como uma apropriação de uma proposta de método significando, ao mesmo

---

<sup>53</sup> É em *O Espírito da Filosofia Medieval*, de Étienne Gilson, no capítulo dedicado à Noção de Filosofia Cristã, que encontra-se menção sobre o santo sábio cristão, o qual, no seu Diálogo com Trífon, trata de seu processo de conversão à Filosofia, exemplificando-o através dos diálogos que mantém com estóicos, pitagóricos e platônicos ao longo de sua caminhada para se tornar filósofo. (Ver: GILSON, Etienne. **O espírito da filosofia medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2006).

<sup>54</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 128

<sup>55</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 129.

tempo, o reconhecimento de sua importância, é que foi possível inserir, tomando como referência a tradição filosófica, a idéia de formação e educação conforme compreendida no mundo antigo. A *paidéia* grega foi, sem dúvida, valorizada pelos intelectuais cristãos<sup>56</sup>.

Mas, diante da doutrina cristã, revelou-se incompleta, fragmentada, realizando-se somente em contato com o cristianismo tido como a verdade total. Nesse contato, é que a filosofia cristã se configura, como também sua proposta pedagógica, ambas buscando a legitimação da fé, sob a direção da Igreja, fundamentando uma consistente aliança entre crença e conhecimento, ainda que a primeira não se submeta completamente à racionalização, pois existirão sempre as verdades inerentes ao Mistério, inacessíveis pela via da razão.

Não se deve esquecer de que a *paidéia* cristã é uma metodologia de ensino (seja para a vida cotidiana, seja para as inquietações do intelecto) voltada para a salvação. É certo que, ao lado da fé, também existem no homem a ciência e a arte. Estas, contudo, sob uma perspectiva pedagógica cristã, não são fins, mas apenas meios auxiliares, inúteis se não guiados pela luz esclarecedora da Palavra. Ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que a construção de uma *paidéia* cristã foi um ato de resposta a um momento de transição: um mundo (o antigo) se finava, sendo esse fim representado pela queda do Império Romano do Ocidente; outro mundo surgia, e neste, um novo homem e uma nova forma de conceber o poder divino se anunciava. Nesse contexto, por conseguinte, a educação precisa responder às necessidades concernentes à uma reelaboração do *ethos*: uma nova visão religiosa pressupondo nova idéia de formação. Quanto a isso, nos diz Cambi:

O diálogo entre pensamento grego e cristianismo fundou a primeira tradição filosófica da nova religião e tocou, em particular, o âmbito da teorização pedagógica que incorporou e transcreveu a noção de *paidéia*, embora a experiência cristã deixasse conviver ao lado uma visão educativa rigorista e anti-intelectual, de inspiração rigidamente religiosa. A ruptura cristã também em pedagogia foi sensível, mas as categorias que vinham organizando aquela experiência mantiveram uma profunda continuidade com a reflexão clássica que operou durante toda a Idade Média e depois na própria Idade Moderna.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Crer-se ilustrar bem esse argumento recorrendo à figura portentosa de Santo Agostinho. Sobre sua prática educativa, afirma Cambi: O projeto educativo de Santo Agostinho, pensado em tempos dramáticos e por um pensador fortemente inquieto, permaneceu – na sua mescla de platonismo, filosofia plotiniana e cristianismo paulino – como um dos grandes modelos da pedagogia cristã, ao qual se continuou a recorrer durante séculos (pense-se em Lutero, no jansenismo, em Rosmini) e que desfraldou – pela primeira vez em toda a sua altura/complexidade – a bandeira da educação cristã, destacando suas diferenças radicais em relação aos itinerários da *paidéia* clássica: seu caráter pessoal, sua dramaticidade, sua oscilação entre cultura e ascese, sua referência a um Mestre supremo (Cristo, modelo de humanidade sublime), sua colocação dentro da história como responsável pelas suas culpas e expectativas, com espírito, ao mesmo tempo, penitente e profético. (CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**, p. 138).

<sup>57</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 130

Afirma-se, aqui, pois, uma análise da formação de um projeto pedagógico revolucionário que visou redimensionar o espírito, desenvolvendo valores relacionados à interioridade, ao mesmo tempo em que formou mentalidades no entendimento da realidade exterior e mundana, concebendo esta como necessária, mas temporária, pois, a *paidéia* cristã se propôs, sistematicamente, a remeter o sujeito em direção ao Mistério que legitima a poderosa, constante e salvadora presença do Divino.

A pedagogia da catequese se manifesta no cenário formado pelas ocorrências que constituíram todo o processo que resultou no fim da Antiguidade. Nasce no seio de um movimento revolucionário, o Cristianismo. Entre o fim do mundo antigo e o início do medievo, deu-se um rearranjo estrutural no campo histórico-educacional (no quadro histórico-social), processo este que forneceu as condições propícias a um novo ideal, isto é, a um objeto de mais alta aspiração, de forma a orientar as práticas educativas.

O Cristianismo primitivo se vê diante da necessidade de se afastar da visão pedagógica greco-romana. Assim, um sentimento contrário se manifestou entre a visão de mundo helênica e a cristã. Situação de conflito que, até então, mantinha-se, pode-se dizer, latente. Mas a ruína da cultura antiga permitiu que se divisassem os valores constitutivos do campo educacional, onde se dava, em maior ou menor grau, conforme o momento, o embate entre os agentes representantes de ambas as linhas de pensamento. Os aspectos morais e religiosos passaram a sobrepor as referências intelectuais e estéticas. A fragmentação cultural do mundo antigo (grego e romano) foi, paradoxalmente, o motor dessa revolução pedagógica, voltada para a salvação da alma.

### **O temor do Senhor como referência na pedagogia da catequese**

Como já foi observado, o objetivo desse estudo é apresentar os primeiros resultados de um *constructo* elaborado com o intuito de fundamentar as bases referenciais para a constituição e investigação da realidade de interesse: a ausência de uma sistemática ampla no campo da *pedagogia da catequese* praticada pela Igreja Católica, mediante seus representantes, religiosos partícipes de ordens diversas, durante o período colonial na capitania de Sergipe Del Rey.

Eis o objeto de pesquisa, defendendo a hipótese de que a prática pedagógico-catequética, segundo análise da bibliografia e da documentação produzida no período estudado (fontes primárias) consultadas, não se deu em relevância.

Na continuidade desse levantamento genealógico da educação catequética é que se vislumbrou o *temor do senhor* como um princípio pedagógico nas práticas educativas dos

padres apostólicos na antiguidade cristã. Este se ambienta no processo histórico-cultural<sup>58</sup> de ruptura (ao fim do mundo antigo) entre o pensamento cristão (cristianismo primitivo) e a visão de mundo estético-intelectual pagã. É uma quebra de continuidade<sup>59</sup> diretamente relacionada à queda do Império Romano do Ocidente<sup>60</sup>. Eis uma nova norma de proceder, isto é, de conduta.

Stan-Michel Pellistrandi, ao observar que os adeptos na nova crença tinham por regra evitar objetos e palavras que evocassem a mitologia, as futilidades dos idólatras<sup>61</sup>, cita Clemente de Alexandria:

Nossos sinetes devem ser ornamentados com uma pomba ou um peixe, ou um navio com as velas abertas, ou uma lira como o fez Policrato, ou a âncora que Seleuco fez gravar na sua pedra. Se um pescador está representado, lembrar-nos-á o apóstolo e as crianças resgatadas pela água. Mais guardai-vos de reproduzir ídolos: porque mesmo olhá-los é proibido. Não queremos, também, nem gládio, nem arco, nós que procuramos a paz; nem taça, nós que devemos observar a temperança.<sup>62</sup>

Observe-se, contudo, de que o presente recorte temporal, entre os séculos II e V, de interesse para nosso estudo, comporta, também, eventos que constituem parte do processo de desintegração do *modus vivendi* romano em seus aspectos político, econômico e religioso. Para a maioria dos historiadores (incluindo os que se dedicam à história da educação), a ruína

<sup>58</sup> Afirma Eliade: Sei muito bem que estamos lidando com fenômenos religiosos e que, pelo simples fato de serem fenômenos, ou seja, de se manifestarem, de se revelarem a nós, são cunhados como uma medalha pelo momento histórico que os viu nascer. Não existe fato religioso “puro”, fora do tempo. (ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 27).

<sup>59</sup> O que entendemos (ainda que o conceito de interrupção seja perfeitamente aceitável nas práticas historiográficas) como quebra da continuidade tem mais a ver com a mudança de paradigma, no que diz respeito ao papel do indivíduo na sociedade, enquanto cumpre sua vida terrena. Os cristãos se mostram desconfiados, até mesmos agressivos diante do pensamento pagão greco-romano. Porém, como diz Cambi: Os cristãos escrevem, discutem e criticam a cultura pagã, portanto eles se formam culturalmente através do ensino das escolas de onde extraem as técnicas – oratórias, filosóficas – com as quais irão se opor ao mundo helenístico: até reconhecer a utilidade da cultura antiga e da própria paidéia grega e romana. (CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 118).

<sup>60</sup> Por outro lado, devemos, evidentemente, levar em conta as observações de Braudel e Pantlagean: A via espiritual e intelectual da Europa está colocada sob o signo violento da mudança. Ela ama, cria rupturas, as descontinuidades, as tempestades, sempre em busca de um mundo melhor. BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 309; Também é verdade que, embora de temas como o da feiticeira ou do calendário e de suas festas surjam continuidades evidentes, o cristianismo inaugura uma nova época no sistema europeu de representações sociais maiores para lá dos defuntos e do invisível dos vivos, entre os quais se instituíram vínculos específicos, e nas relações do homem com seu corpo. (EVELYNE, Pantlagean. **A História do imaginário**. Org. Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 400).

<sup>61</sup> Preocupados antes de tudo em se incorporar a uma história que era ao mesmo tempo uma revelação, atentos para não serem confundidos com os “iniciados” das diversas religiões de mistérios e das múltiplas gnosés que pululavam no fim da Antiguidade, os Padres da Igreja foram obrigados a isolar-se nesta posição polêmica: a negação de todo “paganismo” era indispensável para o triunfo da mensagem de Cristo. (ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 157).

<sup>62</sup> PELLISTRANDI, Stan-Michel. **O cristianismo primitivo**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978, p. 73.

total dessa unidade política que abarcou e dominou tantos territórios (e seus povos) se deu ao final da primeira metade do século V<sup>63</sup>. É o que lemos em Ruy Afonso da Costa Nunes:

A idade média foi a expressão imprópria<sup>64</sup> aplicada ao período de mil anos que se iniciou no Ocidente com a derrocada do Império Romano em 476, quando se deu a queda de Roma sob o reinado de Rômulo Augústulo, enquanto em Bizâncio se mantinha o Império Romano do Oriente que se prolongaria até a queda de Constantinopla sob os ataques dos turcos em 1453.<sup>65</sup>

Tendo demonstrado o cuidado com as referências cronológicas, volta-se o estudo para o tema. A primeira hipótese é que um tipo de sentimento foi produzido e estimulado a partir de determinadas ações pedagógicas as quais representam a intenção de iniciar as crianças no processo de familiaridade com a *Palavra*. A segunda hipótese, portanto, é a seguinte: no desempenho da função do ensino apostólico-pedagógico, historicamente situado na antiguidade cristã, o estado afetivo a que o catecúmeno era levado, caracterizou-se pela digna submissão e serenidade diante do poder divino. O que permite elaborar a terceira hipótese: durante período que Luzuriaga denomina de primeira época (entre os séculos II e V), as práticas educativas se deram na emergente comunidade cristã primitiva, entre uma Igreja ainda incipiente e a família. Esse espaço de tempo configura-se como nosso recorte, não só pela delimitação conveniente, mas, também, pelo fato de ser justamente a fase em que as práticas educativas (sobre as quais se debruça no presente estudo) ocorreram.<sup>66</sup>

Entre o fim do mundo antigo e o início do medievo, deu-se um rearranjo estrutural no *campo histórico-educacional*<sup>67</sup> (no quadro histórico-social), processo este que forneceu as condições propícias a um novo ideal, isto é, a um objeto de mais alta aspiração, de forma a

<sup>63</sup> Significativa é a descrição que faz Cahill da chegada de imensa leva: No último e frio dia de dezembro, no ano de 406, segundo a nossa cronologia, o Reno congelou, fornecendo a ponte natural que centenas de milhares de homens, mulheres e crianças famintas tanto aguardavam. Tratava-se da barbari – para os romanos, uma indistinta e mesclada massa de estranhos, em nada aterrador, apenas uns desordeiros, um estorvo, algo com o que não se deseja lidar, isto é, não-romanos. Para eles próprios, presume-se, os bárbaros eram mais do que isso, mas como os iletrados deixam poucos registros, só podemos conjecturar a opinião que tinham de si mesmos. CAHILL, Thomas. **Como os irlandeses salvaram a civilização** – A heróica contribuição da Irlanda entre a Queda de Roma e o surgimento da Europa Medieval. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999, p. 21.

<sup>64</sup> O historiador Roberto Lopez, no prefácio da sua obra **Nascimento da Europa**, refere-se à Idade Média como ‘essa grande caluniada’ e considera o termo Idade Média como o mais desastrado dentre inúmeros rótulos apostos pelos historiadores a cortes arbitrários do passado. (NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na idade média**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979, p. 9).

<sup>65</sup> NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 9.

<sup>66</sup> LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 71-72.

<sup>67</sup> Recorre-se aqui, no caso, ao conceito de campo proposto por Bourdieu, não obstante o sociólogo emprestar ao termo um significado contingente. No caso do campo religioso, crer-se poder reproduzir, aqui, a seguinte concepção: Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos e instituições, podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um habitus religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social. (BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 57).



orientar as práticas educativas. Os primeiros pedagogos cristãos perceberam que “a literatura e as escolas da civilização antiga forneciam os baluartes mais sólidos para o paganismo”.<sup>68</sup> As práticas religiosas entre gregos e romanos tomavam os conceitos políticos como valores principais. A prática pedagógica cristã primitiva, por seu lado, através dos padres apostólicos, radicalizou distinções que resultaram na separação da religião e política. Diz-nos Monroe:

A ética e a moralidade, agora em íntima conexão com a religião, passaram a exercer uma influência sem precedentes sobre as massas. Com esta nova reestruturação da religião, da ética e da política sobrevieram ainda outros reajustamentos de interesse vital para a educação. A religião perdeu a sua afinidade anterior com a cultura estética e com a literatura; a filosofia, a sua íntima conexão, por meio da ética, com a vida prática. Esse novo caráter moral e religioso da educação, que excluía as fases estéticas e intelectuais tão essenciais para a educação do mundo clássico, persistiu por muitos séculos.<sup>69</sup>

O afastamento da religião em relação à política, já é anunciado algum tempo antes, no decurso que resultou na consolidação do pensamento primitivo cristão, e é observado por Fustel de Coulanges:

Mas, pouco a pouco, como já vimos, a sociedade se modificou. O direito e o governo se transformaram ao mesmo tempo em que a religião. Já nos cinco séculos que precedem o cristianismo, a aliança não era mais tão íntima entre a religião, de uma parte, e o direito e a política, de outra. Os esforços das classes oprimidas, a decadência da casta sacerdotal, o trabalho dos filósofos, o progresso do pensamento haviam abalado os velhos princípios de associação humana. Fizeram-se incessantes esforços para libertar o homem do império da antiga religião, à qual o homem não podia mais crer; o direito e a política, como a moral, haviam-se pouco a pouco desembaraçado de seus laços.<sup>70</sup>

Revelam-se muito importantes as questões aqui levantadas, haja vista que a temática oferece possibilidades de entendimento quanto às origens das práticas educativas catequéticas produzidas pela Igreja e o significado destas, este percebido nas representações próprias da tradição ocidental cristianizada e que cumprem um papel crucial na consolidação da nossa cultura, referências essenciais nos processos de pesquisa no âmbito da história da educação. Tal referência atua como um meio amplificador da problematidade, isto é, densifica o conjunto de problemas concernentes ao objeto: como uma tradição pedagógico-catequética, tão bem fundamentada e com um amplo raio de ação, estando presente em

<sup>68</sup> MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p. 96.

<sup>69</sup> MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p. 96.

<sup>70</sup> COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Vol. II. São Paulo: Editora das Américas, 1961, p. 192.

diferentes culturas, é relegada a segundo plano, enquanto os representantes das ordens religiosas (que se fizeram presentes em Sergipe Del Rey) privilegiam a política, o comércio e o acúmulo de riquezas, a ponto da documentação da época apresentar pouquíssimas citações sobre colégios, métodos, cotidianos relacionados às práticas educacionais? <sup>71</sup>

Diante dessa realidade, reitera-se, no presente estudo, a necessidade de se produzir uma genealogia da *pedagogia da catequese* proposta pela Igreja Católica. Este capítulo apresenta-se, pois, como justificativa do estranhamento que moveu o aspirante a pesquisador. Alinhando-se ao pensamento nietzscheano-foucaultiano, <sup>72</sup> pretende-se, neste capítulo, proceder a uma investigação da história com o objetivo de identificar as relações de poder, campo fértil para idéias, valores e crenças que operam como suportes da prática pedagógico-catequética da Igreja Católica.

O termo pretender afigura-se como o mais adequado, no entendimento deste estudo, pois o termo *origem*, isto é, um ponto inicial de uma ação ou coisa que tem continuidade no tempo e/ou no espaço, não se apresenta como uma realidade necessária. <sup>73</sup> A situação mais próxima a isso é a percepção, por parte do pesquisador (mesmo e principalmente num exercício genealógico), dos motores que sugerem ações que se manifestam como resposta. Tal limitação hermenêutica <sup>74</sup> é observada por Certau, quando observa que

Mesmo remontando incessantemente às fontes mais primitivas, perscrutando nos sistemas históricos e lingüísticos a experiência que escondem ao se desenvolverem, o historiador nunca alcança a sua origem, mas apenas os estágios sucessivos da sua perda. <sup>75</sup>

<sup>71</sup> Michel de Certau ilustra bem esta inquietação eleando as seguintes questões: A relação entre história e teologia, inicialmente, é um problema interno da história. Qual é o significado histórico de uma doutrina no conjunto de um tempo? Segundo quais critérios compreendê-la? Como explicá-la em função dos termos propostos pelo período estudado? Questões particularmente difíceis e controvertidas, quando não nos contentamos com uma pura análise literária dos conteúdos ou da sua organização e quando, por, outro lado, recusamos a facilidade de considerar a ideologia apenas como um epifenômeno social, suprimindo-se a especificidade da afirmação doutrinária. (CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 33).

<sup>72</sup> A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da *origem*. (FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. 12).

<sup>73</sup> A história desconhece os inícios absolutos. Não obstante, a história assinala certos períodos que, em virtude de sua excepcional fecundidade, lhe servem como pontos de partida. (BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004, p. 227).

<sup>74</sup> Esta aplicada aos textos (bibliográficos e documentais), compreendida, segundo Emerich Coreth, como: declarar, interpretar ou esclarecer e, por último, traduzir. Apresenta, pois, uma multiplicidade de acepções, as quais, entretanto, coincidem em significar que alguma coisa é tornada compreensível ou levada à compreensão. (CORETH, Emerich. **Questões fundamentais da hermenêutica**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1973, p. 1).

<sup>75</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 33.

Assim é que o presente estudo opera com possibilidades, a partir da interpretação dos eventos, buscando não uma continuidade, mas, a constância do discurso (que o olhar da pesquisa deve estranhar),<sup>76</sup> vale dizer, de dada perspectiva aplicada ao mundo.

### **Temor: sentido doutrinal e pedagógico**

O termo, *temor*, deve ser compreendido como um sentimento de profundo respeito e obediência. Jamais no sentido de terror, de pavor irracional. Em suas raízes etimológicas, o termo pressupõe um estado de *reverência*.

Com efeito, o temor a Deus, o “temor do Senhor” é sentimento esperado naqueles que inspiram seus atos na sabedoria, pois “O temor ao Senhor é o princípio da sabedoria. Os insensatos desprezam a sabedoria e a instrução”<sup>77</sup>; isto é, “O temor ao Senhor é o princípio da Sabedoria e o conhecimento do Santo é a inteligência”.<sup>78</sup>

Ao citarem-se os Provérbios, busca-se com isso não só ilustrar as condições em que se percebe o tema, mas, também, demonstrar que se reconhece o texto bíblico como documento histórico. Percepção esta validada em Le Goff:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem.<sup>79</sup>

---

<sup>76</sup> O discurso destinado a dizer o outro permanece seu discurso e o espelho de sua operação. Inversamente, quando ele retorna às suas práticas e lhes examina os postulados para renová-las, o historiador descobre nelas imposições que se originaram bem antes do seu presente e que remontam a organizações anteriores, das quais, seu trabalho é o sintoma e não a fonte. Da mesma forma que o "modelo" da sociologia religiosa implica (entre outros) o novo estatuto da prática ou do conhecimento no século XVII, também os métodos atuais trazem, apagadas como acontecimentos e transformadas em códigos ou em problemáticas de pesquisa, antigas estruturas e histórias esquecidas. Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza [Pg. 046] que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida. (CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 46).

<sup>77</sup> Provérbios 1, 7. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais mediante versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1999.

<sup>78</sup> Provérbios 1, 9. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais mediante versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1999.

<sup>79</sup> LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.36.

No campo educacional da Antiguidade cristã, os agentes formadores cristãos, os Padres Apostólicos, servir-se-ão do termo no intuito de orientar os educandos pelo caminho da retidão, da piedade. Segundo Ruy Afonso da Costa Nunes,

Quando examinamos os escritos dos Padres Apostólicos, os primitivos documentos cristãos, compostos depois do *Novo Testamento*, verificamos que todos se referem da mesma maneira à educação. Tanto a *Didaqué*, como a *Carta de São Clemente aos Coríntios*, a *Carta de São Policarpo aos Filipenses* e a *Carta de Barnabé*, contém idêntica expressão: educar os filhos no temor do Senhor, no temor de Deus.<sup>80</sup>

O temor de Deus é, no pensamento educador dos padres apostólicos, um princípio pedagógico, portanto pressupõe métodos que visem à adaptação<sup>81</sup> do indivíduo ao discurso proposto, isto é, nesse caso, ao conteúdo da doutrina: o medo deve dar lugar à reflexão, à meditação constante na *Palavra*. Processo conseqüente do se tornar ciente da necessidade de união do conhecimento com a fé, ciência e crença, na compreensão distintiva que sabe, diante do caminho bifurcado, escolher qual das direções leva à redenção através das práticas de piedade e justiça, o que implica no cumprimento rigoroso dessas práticas. Eis então a condição de temor – essência da educação cristã.

A educação e a instrução das crianças à luz das Sagradas Escrituras, orientação proposta pelos Padres Apostólicos, se voltou para as coisas do espírito (condição de imaterialidade, incorporeidade, pura inteligência, consciente de si; pertença do campo religioso, espaço estruturante da Igreja), esclarecendo aos catecúmenos, isto é, àqueles que recebiam as noções preliminares da doutrina, durante o processo de admissão entre os fiéis, quanto a nítida separação entre o que pertenceria à cidade dos homens e os assuntos próprios da cidade de Deus. A educação, sob a perspectiva da Igreja primitiva, é uma transmissão de saber revestida de um significado preciso, rigoroso, que não supõe ampliação (senão renovação), mantendo-se aferrado a um princípio. O exercício pedagógico se dá nesse sentido:

<sup>80</sup> NUNES, Ruy A. da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 19.

<sup>81</sup> Não é intenção deste estudo edulcorar aspectos das práticas educativas dos Padres Apostólicos. É certo que o princípio dessa pedagogia está fundamentado na idéia de um Deus de amor, de caridade, dação. Contudo, o discurso apostólico, como qualquer outro (raciocínio de uma formulação conceitual a outra, segundo um encadeamento lógico e ordenado), está longe de caracterizar-se pelo desinteresse, mas, sim, pretende uma conformação do aprendiz, o catecúmeno, vale dizer, representa, oralmente, um dado poder. Sendo um discurso moral, pressupõe valores, prescrições e restrições, isto é, regulamentos sobre a conduta. Assim, vale recorrer, aqui, a Foucault, em *A Ordem do Discurso*. Diz o autor: Sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. (FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 9).

É preciso tomar cuidado, pois para a Igreja antiga o termo tem um sentido mais estrito e mais profundo: trata-se essencialmente da educação religiosa, isto é, de uma parte, da iniciação dogmática: quais são as verdades em que precisamos acreditar para sermos salvos; e, por outra parte, da formação moral: qual é a conduta que convém ao cristão?<sup>82</sup>

O “temor do Senhor” é mais que uma expressão semanticamente carregada. É a condição de referência que mantém o discurso de separação entre o mundo profano e o mundo espiritual. E a distinção se dá, também, na observância dos ensinamentos. O cristão compromete-se em se manter afastado do que era considerado como leviandade própria das práticas pagãs. O catecúmeno apreende as lições através de arrazoados que lhe apontam as impressões simbólicas (peixe, âncora, pomba) permitidas e as proibidas (gládio, taça). A pedagogia dos padres apostólicos significou uma forma de reação contra o que o cristão entendia como sendo uma sociedade totalmente corrompida. Nos estertores da até então predominante cultura pagã greco-romana, a educação oferecida pela Igreja primitiva possibilita alternativas ao ensino meramente estético-intelectual. Padrões de vida, de relacionamentos sociais, incluindo valores morais, sofrem alterações. A história do Ocidente na forma que se passa a conhecer – e comunidades dela fazendo parte como produto cultural – se estabelece<sup>83</sup>. Um novo estado ideal de evolução material, social e cultural para o qual se volta então a humanidade. E, no que concerne a educação, observa Monroe:

Durante mil anos a educação ia agora caracterizar-se pela ausência de elementos intelectuais. A Igreja primitiva estava lançada na reforma moral do mundo, na destruição do estado social já descrito; por esta razão ela voltava toda a sua atenção para a educação moral dos seus próprios membros e desse modo para a regeneração da sociedade.<sup>84</sup>

A Igreja primitiva tomou como norte o pensamento paulino. A *paidéia* cristã bate à porta dos lares, buscando preservar sua essência sagrada, seu compromisso verbal transcendente. Portanto, de acordo com Marrou, essa educação afasta-se do método profano, que reconhece a escola como local propício ao ensino. A pedagogia será aplicada pela Igreja, e alcançará o seio da família:

<sup>82</sup>MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na antiguidade**. São Paulo: Ed. Heder/Edusp, 1966, p. 479.

<sup>83</sup>Para a Igreja, as estruturas romanas representam apenas um modelo, uma base de apoio, um instrumento para se afirmar. Religião com vocação universal, o Cristianismo hesita em se fechar nos limites de uma dada civilização. Ele será, sem dúvida, o principal agente de transmissão da cultura romana ao Ocidente medieval, mas em vez de uma religião fechada a Idade Média Ocidental conhecerá uma religião aberta, e o diálogo destas duas faces do Cristianismo dominará a *idade intermediária*. (LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005, p. 21).

<sup>84</sup>MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p. 100.

Educar cristamente os filhos, fazê-los participar do tesouro da fé, inculcar-lhes uma sã disciplina em matéria de vida moral é o dever fundamental dos pais: aí há algo mais do que encerrava a tradição romana: o cristianismo depende aqui essencialmente da tradição judia, que aquela prolonga e na qual a tônica posta sobre o papel da família na formação da consciência religiosa era muito acentuada.<sup>85</sup>

Segundo Marrou, o meio cristão é compreendido como o ambiente *natural* em que se deve formar a alma da criança. Leva-se em consideração o exemplo dado pelo adulto, ainda que, ressalva o autor, não se exclua a tarefa cuidadosa da pedagogia religiosa. Na patrologia grega encontrar-se-á um paladino da pedagogia cristã: o padre apostólico São João Crisóstomo, que elaborou um tratado sobre educação infantil, onde exige que os pais se obriguem a educar seus filhos através das Sagradas Escrituras. Mas (já se disse) o ambiente familiar não contempla *in totum* às necessidades inerentes aos procedimentos pedagógicos. Esses devem obedecer a uma seqüência contínua de ações. Uma sistemática que compreende, em seus primórdios, a necessidade da educação cristã depender diretamente de um corpo social organizado sob a orientação de uma autoridade eclesiástica. Quanto a isso, observa Marrou:

Por mais importante que seja este papel da família, ele é apenas subsidiário: o essencial da educação religiosa é representado pela iniciação doutrinal que o neófito recebe da Igreja antes de ser batizado. Morfologicamente, o cristianismo é uma religião de mistérios: caráter bem apagado hoje, em virtude de tudo o que subsiste, em nosso mundo paganizado, da cristandade medieval (em nossas igrejas, de portas abertas, não importa quem entre e um pagão pode assistir nela ao mistério eucarístico), mas que era bem claro na Antiguidade cristã.<sup>86</sup>

O catecumenato, um tempo de iniciação no sentimento de respeito pelos Mistérios (não, necessariamente, na revelação), é o meio em que se dá a conversão no cristianismo; e deve ser, para os fins desta dissertação, seriamente observado. É uma transformação de valores (crenças e costumes). Os neófitos necessitam de apoio da comunidade cristã, a qual os estimula em seu empenho na mudança. Segundo Pellistrandi,

No século II, leigos tomam o lugar dos instrutores, algumas leituras e conferências completam a formação. Mas no século III, com o aumento do povo de Deus e dos que aspiram a ele pertencer, uma preparação mais estruturada é posta em prática: a catequese.<sup>87</sup>

<sup>85</sup> MARROU, Henri-Iréné. História da educação na antiguidade. São Paulo: Editora Heder/Edusp, 1966, p. 480.

<sup>86</sup> MARROU, Henri-Iréné. História da educação na antiguidade. São Paulo: Editora Heder/Edusp, 1966, p. 480

<sup>87</sup> PELLISTRANDI, Stan-Michel. O Cristianismo primitivo. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978, p. 131-132.

Mais do que palavras de apoio, de boas-vindas, a catequese exercita a exortação (isto é, a orientação para que os convertidos ajam de acordo com suas consciências e sob o signo da justiça, na explicação oral, sermonística e metódica quanto aos mistérios da fé) ao “temor do Senhor”. Para os padres mais radicais, como no caso de Tertuliano (160-225 a.D.), convertido ao cristianismo em 197, não se nasce já cristão, mas, sim, aprende-se a sê-lo.

O século II vê a Igreja empenhar-se em, aos poucos, fazer com que o discurso pedagógico cristão ultrapasse o seio familiar e as reuniões comunitárias para alcançar as escolas, onde estão as crianças e os jovens, futuros indivíduos constituintes de uma nova forma de viver; e seus mestres se encontram entre os “muitos filósofos e sofistas [que], cansados de uma religião inteiramente desprovida de espiritualidade, passam para o cristianismo”.<sup>88</sup> E esses intelectuais não abdicam da investigação em nome do conhecimento. Na verdade, exibem seu saber com orgulho. É claro, portanto, que o saber oriundo das fontes pagãs não desaparece, simplesmente. Ocorrerão, assim, conflitos, a partir de suas maneiras de elaborar sistemas de compreensão do mundo, comenta Pellistrandi: “Não se trata, portanto, de que as crianças cristãs abandonem a escola romana. Porém, estudarão as obras greco-latinas desvencilhando-se do paganismo de seus autores”.<sup>89</sup>

No “temor do Senhor”, como princípio pedagógico, a criança será valorizada, e é o Evangelho o guia de conduta que afasta os iniciantes dos hábitos pagãos ainda subsistentes entre os membros das comunidades, como o poder de preservar a vida ou condenar a morte, poder este conferido ao pai pelo Direito Romano. O cristianismo primitivo modifica essa relação, buscando substituir o *poder* pelo *cuidado* paterno para com os filhos. Segundo Pellistrandi: “a Igreja procura principalmente despertar nos pais a consciência de uma responsabilidade educadora”.<sup>90</sup>

Sob a égide de uma prática pedagógica que se orienta pelo “temor do Senhor”, a educação cristã, conforme Pellistrandi e Marrou, orientará a valorização da criança. O que implicou na modificação de perspectivas quanto à sua formação. A disposição e a ordem dos elementos essenciais que constituíram a organização familiar greco-romana são profundamente modificadas. O pai torna-se um educador, devendo resguardar em justas proporções a sua autoridade, reproduzindo a “pedagogia divina”.<sup>91</sup> E quando o rebento entra

---

<sup>88</sup> PELLISTRANDI, Stan-Michel. O Cristianismo primitivo. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978, p.201.

<sup>89</sup> PELLISTRANDI, Stan-Michel. O Cristianismo primitivo. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978, p.202.

<sup>90</sup> PELLISTRANDI, Stan-Michel. O Cristianismo primitivo. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978, p.228.

<sup>91</sup> PELLISTRANDI, Stan-Michel. O Cristianismo primitivo. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978, p.230.

em contato com a escola clássica, as recomendações são claras. Eis, sobre esse cuidado, o que colhemos em Marrou:

A criança, o adolescente cristão será educado, como os pagãos, na mesma escola clássica; receberá sempre o “veneno” que são Homero, os poetas, o cortejo insidioso das figuras da Fábula, as tórbidas paixões que elas patrocinam ou encarnam. Conta-se, para imunizá-la, com o contraveneno representado pela educação religiosa que lhe é dada, fora da escola, pela Igreja e pela família: sendo sua consciência religiosa devidamente esclarecida e formada, a criança saberá efetuar as correções e as distinções necessárias<sup>92</sup>

O “temor do Senhor”, como princípio pedagógico nas práticas educativas dos Padres Apostólicos na Antiguidade Cristã, é referência necessária à formação de um espírito discernente, isto é, o catecúmeno, no caminho de salvação, saberá corrigir o rumo sempre que necessário, percebendo as diferenças, sabendo das exigências às quais deve se submeter num claro esforço de renúncias. Clemente de Alexandria<sup>93</sup>, São Jerônimo<sup>94</sup>, Tertuliano<sup>95</sup> São Basílio<sup>96</sup>: eis, entre outros, homens de fé, padres apostólicos, mas, também, práticos educadores que se dedicaram à defesa e propagação uma *paidéia* aplicada conforme a Lei de Deus, cientes de que, no campo em que se dão as práticas educativas ao fim do mundo antigo, na emergência do pensamento cristão, o educador deverá ser o dirigente que aponta o percurso ao longo do qual *espírito* e *cultura*, em comunhão, serão os instrumentos auxiliares nessa espécie de exercício salmódico que levará o *indivíduo* à sabedoria.

---

<sup>92</sup> MARROU, Henri-Iréné. História da educação na antiguidade. São Paulo:Ed. Heder/Edusp, 1966, p. 490-491.

<sup>93</sup> Educado na filosofia grega e convertido ao cristianismo, foi um dos reitores da importante Escola de Alexandria. Ao mesmo tempo escreveu o primeiro tratado cristão de educação, O Pedagogo, no qual trata de conciliar os estudos humanísticos e científicos com a fé cristã, subordinando-os, naturalmente, a ela. Para ele o mestre é logos, que quando dirige os homens para a virtude se chama logos pedagogo e quando ensina a verdade, logos didáscalo. (LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 73-74).

<sup>94</sup> Distinguiu-se na educação, além da ação monástica, pelas duas cartas que escreveu sobre a educação das meninas, e revelam o tipo de educação feminina do cristianismo primitivo, embora seguisse freqüentemente a idéias e os métodos de Quintiliano. (LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 75).

<sup>95</sup> Ninguém sentiu nem analisou melhor o caráter idolátrico e imoral da escola clássica: até o ponto de proibir o ensino aos cristãos como uma profissão incompatível com a fé, do mesmo modo que a de fabricante de ídolos ou a de astrólogo. Mas, como é inconcebível renunciar aos estudos profanos, sem os quais os estudos religiosos se tornariam impossíveis (é realmente necessário, para começar, aprender a ler), admite, como uma necessidade, que a criança freqüente, como aluna, a mesma escola que proíbe ao mestre. (MARROU, Henri-Iréné. **História da educação na antiguidade**. São Paulo: Editora Heder/Edusp, 1966, p. 490).

<sup>96</sup> São Basílio dirige-se a jovens, seus próprios sobrinhos, que concluem seus estudos; procura simplesmente, como queria Tertuliano, formar-lhes o julgamento cristão, capacitá-los a tirarem o melhor partido de sua erudição: a formação cristã adita-se a uma educação humanista que ela não instruiu, não submeteu, previamente, a suas exigências próprias. (MARROU, Henri-Iréné. **História da educação na antiguidade**. São Paulo: Editora Heder/Edusp, 1966, p. 491).



## Uma luz nas práticas educativas na Idade Média: Santo Agostinho

No prosseguimento dos estudos e pesquisas voltados para o objeto dado, a saber, a *pedagogia da catequese*, intenta-se, agora, debruçar-se sobre as práticas educativas agostinianas, isto é, o pensamento pedagógico de Santo Agostinho, Bispo de Hipona, padre, filósofo cristão e educador. Decidiu-se incluir neste estudo o pensamento pedagógico agostiniano como um testemunho a mais visando consolidar a sensação de estranhamento quanto a ausência de práticas pedagógicas em Sergipe Del Rey. Recorre-se aqui, novamente, ao argumento de que, na visão de mundo da Igreja, salvação e pedagogia andaram sempre juntas. O estranhamento, pois, procede diante da linha interrompida.

A importância de Agostinho na história da Educação é incontestável. Seu pensamento floresce justamente no momento em que as visões de mundo, pagã e cristã, parecem superar o estado de contestação recíproca, vertendo para uma fusão, ainda que aspectos próprios a cada uma produzam situações de conflito, sendo as polêmicas perfeitamente aceitáveis, pois, impõem-se devido a natureza mesma de um processo histórico no qual inclui o confronto entre correntes interpretativas do que entende-se ser a totalidade integrada e coerente na qual habitam todos os objetos materiais (realidade mundana), como, também, a realidade transcendente, espiritual, ou seja, imaterial.

A ocasião, para que, no âmbito do pensamento contemplativo, na busca de compreensão de si mesmo e (ainda que sob uma significação minimizada) da realidade circundante, se manifestasse e prevalecesse o pensamento agostiniano é bem dimensionada por Franco Cambi:

Após o grande conflito do século IV entre paganismo e cristianismo, que alinha de cada lado os intelectuais mais ilustres e mais decididos (como Símaco<sup>97</sup> e Ambrósio<sup>98</sup>) e que conclui com a vitória política e ideológica do

---

<sup>97</sup> *Quintus Aurelius Symmachus* (345-405 d. C.), prefeito de Roma em 384, um nobre romano e eminente administrador e orador, cuja eloquência Macróbio se refere para qualificá-la de *pingue et floridum* [fecundo e brilhante], reconhecido como tal por Santo Ambrósio. Suas cartas foram coligidas por seu filho em dez livros. Sua obra mais conhecida é a *Relatio* ou exposição que como prefeito de Roma ele dirigiu ao jovem imperador Valentiniano II em 384, defendendo as antigas instituições religiosas contra as incursões cristãs e recomendando insistentemente a devolução ao edifício do Senado do Altar da Vitória (removido por ordem de Graciano) como um símbolo de grandeza histórica de Roma. Sua recomendação, que F. W. Hall classificou de “talvez a defesa mais nobre jamais feita de um credo agonizante”, enfrentou a oposição vigorosa e bem-sucedida de Santo Ambrósio. (HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 463).

<sup>98</sup> Santo Ambrósio (340-397) foi doutor da Igreja. Nasceu em Tréveros (Trier), educou-se em Roma. Por volta de 372 foi governador da Ligúria e em 374 foi nomeado, a instâncias populares, bispo de Milão. Distinguiu-se por sua luta contra o arianismo e por sua oposição a todas as heresias, tendo convencido o imperador Graciano da necessidade de manter uma ortodoxia estrita. Suas pregações exerceram grande influência e foram uma das

cristianismo; após a complexa simbiose operada entre cristianismo e pensamento greco-helenístico; após o amplo desenvolvimento realizado na religião cristã por obra dos Padres<sup>99</sup>, orientais e ocidentais, estava maduro o tempo de dar vida a uma síntese completa do pensamento cristão que exprimisse seus fundamentos teóricos na trilha do pensamento grego e pusesse em evidência seus elementos éticos, antropológicos, políticos e históricos dotados de nítida autonomia e diferença presentes na visão cristã do mundo.<sup>100</sup>

Guiando-se pelo histórico de Cambi, Santo Agostinho, em seu florescimento, localiza-se no extremo de um processo complexo, e representa o prosseguimento do pensamento patrístico, consolidando aspectos inerentes a este, certamente, mas, principalmente, elaborando uma síntese, isto é, tomando os princípios da filosofia de Platão no âmbito do pensamento cristão, reunindo os elementos constitutivos, organizando-os criteriosamente num todo congruente. “Com ele, a patrística experimenta transformação importante. (...) O ponto de partida de sua Pedagogia é a situação aflitiva em que o homem se encontra. Tem que decidir, muitas vezes, em frente a objetos antagônicos. A resposta coerente está na disciplina cristã”.<sup>101</sup>

Em Santo Agostinho, a verdade – compreendida como a correspondência, adequação ou harmonia passível de ser estabelecida, por meio de um discurso ou pensamento, entre a subjetividade cognitiva do intelecto humano e os fatos, eventos e seres da realidade objetiva – foi buscada não somente para satisfazer sua mente, mas para preencher seu coração, pois, só assim, ele poderia alcançar a felicidade.<sup>102</sup>

Assim, verdade e formação não podem ser sob nenhuma hipótese, desassociadas. O conhecimento das verdades espirituais, este percebido como essencial à salvação da alma, pressupõe a ação do conhecer, do compreender a partir da sensibilidade, intuição e experiência. A verdade toma, então, em Santo Agostinho, valor absoluto: os atos plenos de retidão, não podem ser percebidos nesse valor sem que sejam *verdadeiramente* orientados. Cambi não hesita em nos apresentar a condição da verdade agostiniana:

causas, se não a principal, da conversão de Santo Agostinho. Embora tendendo decididamente aos aspectos pastorais e morais da religião, ele não desdenhou por completo, como às vezes se indicou, a tradição filosófica grega. (MORA, Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Tomo I (A-D). São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 105).

<sup>99</sup> Os Padres da Igreja foram os principais representantes dos passos iniciais dados pelo Cristianismo (primeiros cinco séculos de nossa era) em direção à sua consolidação como religião universal. Combateram ardentemente a descrença e o paganismo através de uma defesa argumentativa teológica da fé cristã contra seus oponentes. Eis o movimento renovador da Patrística.

<sup>100</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP. 1999, p.135.

<sup>101</sup> ROSA, Maria da Glória de. **A história da educação através dos textos**. São Paulo: CULTRIX, 1999, p. 101.

<sup>102</sup> MORA, Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Tomo I (A-D). São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 98.

Segundo Santo Agostinho, a verdade ilumina a consciência e se manifesta nela (“*Noli foras ire, in te ipsum redi; in interiore homine habitat veritas*”) (Não saias, volta para dentro de ti mesmo; a verdade mora dentro do homem), vencendo toda dúvida e opondo-se a todo ceticismo, mas a verdade, além de interior, é também transcendente: impõe-se como presença no intelecto, mas não é criada por este. Razão e fé, discurso e visão estão, assim, intimamente entrelaçados no conhecimento humano e a verdade é descoberta como algo que “existe em si” e que “quando é descoberta, nos renova”, nos ilumina.<sup>103</sup>

O *status* dessa verdade, tida como um princípio divino que, em sua perfeição e poder absolutos, está situado além da realidade sensível, insinua-se desde cedo nas perquirições levadas a efeito por Santo Agostinho, de modo escrupuloso. Tal investigação qualificada não se remete a Deus, é claro. Mas é o pensador que institui um método inquisitivo no tribunal de sua própria consciência, numa tentativa de autoconhecimento, obedecendo a uma indagação rigorosa dirigida a si mesmo, enquanto concomitantemente respostas lhe são reveladas por meio da *Graça*, isto é, através do auxílio espiritual divino. No que concerne às práticas no campo da Educação, e como o conceito de verdade agostiniana opera neste, vale-se, aqui, do depoimento de Agostinho em *Confissões*, obra redigida entre 397 e 398 da nossa era; mais notadamente, segundo o entendimento desse trabalho de pesquisa, o Livro I<sup>104</sup>, por apresentar justamente o relato de seus primeiros anos, suas primeiras experiências sensíveis e inteligíveis em direção ao conhecimento.

Trata-se aqui do referido livro a partir do momento em que Agostinho tece considerações sobre o aprendizado da fala. A idéia de verdade, nessa parte da obra, relaciona-se diretamente com o tempo, este, no caso, como a distinção de períodos da vida:

Seguindo o curso da minha vida, não é verdade que da minha infância passei à puerícia? Ou antes, não foi esta que veio ate mim e sucedeu à infância? A infância não se afastou. Para onde fugiu então? Entretanto ela já não existia, pois eu já não era um bebê que não falava, mas um menino que principiava a balbuciar algumas palavras.<sup>105</sup>

A aprendizagem da fala não é dada propriamente através das pessoas com as quais o pequeno Aurélio Agostinho<sup>106</sup> convive. Novamente, o conceito de verdade se impõe e revela através d’Aquele que, segundo o filósofo e educador é Formosura infinita que tudo forma e ordena pela Sua lei:

<sup>103</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP. 1999, p.136.

<sup>104</sup> Recorreu-se ao volume da Coleção Os Pensadores, dedicado a Santo Agostinho, edição de 2000, o qual traz **Confissões**.

<sup>105</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. **Col. Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 46.

<sup>106</sup> Nome de batismo de Santo Agostinho.

Dessa época já eu me lembro, e mais tarde adverti como aprendera a falar. Não eram pessoas mais velhas que me ensinavam as palavras, com métodos, como pouco depois o fizeram para as letras. Graças à inteligência que Vós, senhor, me destes, eu mesmo aprendi, quando procurava exprimir os sentimentos do meu coração por gemidos, gritos e movimentos diversos dos membros, para que obedecessem à minha vontade. Não podia exteriorizar tudo o que desejava, nem ser compreendido por aqueles a quem me dirigia.<sup>107</sup>

A verdade divina é revelada através da percepção de que uma condição em que se desenvolve a capacidade de apreender e organizar os dados de uma situação, isso é, basicamente, o que se pode entender como inteligência, como faculdade de conhecer, compreender e aprender. É evidente que, na perspectiva pedagógica agostiniana, o termo *inteligência* é lavrado sob uma condição filosoficamente conotativa, ou seja: o termo traz atributos implícitos ao seu significado, e estes ultrapassam os vínculos diretos e imediatos que porventura possam sugerir ter com os objetos da realidade. Agostinho não reconhece nas pessoas mais velhas que, direta ou indiretamente, participam de sua formação, a habilidade em ensiná-lo a falar. Essa possibilidade deu-se por interferência direta de Deus. Ora, sabe-se que Santo Agostinho, entre tantos outros atributos, reconhece que Deus é a mesma verdade.<sup>108</sup> A inteligência é, então, em Santo Agostinho, um ato de *Graça* divina, um gesto da verdade que faz o filósofo cristão iniciar seu caminho pela senda do conhecimento.

A verdade, o que seja verdade, tem, na compreensão de Agostinho, duas realidades: uma sensível e outra inteligível. Há uma verdade mundana que se manifesta nos fatos corriqueiros, sejam estes banais ou de gravidade. No campo das práticas educativas, no domínio desse âmbito, é dado ao aspecto físico (arquitetura e ornamentos) um valor e um poder simbólico<sup>109</sup>, e este é o ponto que se contrapõe à verdade transcendente:

É verdade que nas escolas de gramática há cortinas pendentes das portas, mas servem mais de cobertura aos erros do que de honra aos seus segredos. Não gritem contra mim estes mestres – que eu já não temo – enquanto Vos patenteio, meu Deus, todos os desejos da minha alma, e enquanto descanso na repreensão dos meus perversos caminhos para amar a retidão dos vossos! Não se levantem contra mim esses vendedores e compradores de gramática, pois se os interrogar e lhes propuser uma dificuldade acerca da veracidade

<sup>107</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 46

<sup>108</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 52.

<sup>109</sup> O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 14).

do poeta ao narrar que Enéias<sup>110</sup> veio a Cartago, os néscios responderão que não sabem, os instruídos negarão a autenticidade do fato.<sup>111</sup>

O proceder sem artificialismos ou elementos ensaiados ou estudados, o que é percebido como natural e sincero, isto é, o ato espontâneo é considerado por Agostinho, sob certo aspecto, como um estado de verdade. O inclinar-se por iniciativa própria traz em si a legitimidade. É certo que a espontaneidade pode se manifestar tanto em direção ao bem como ao mal (em sua gradação), e o Doutor de Hipona sabe muito bem disso. Assim, é que ele trata de ambas as possibilidades, e como essas devem ser entendidas sob um olhar pedagógico esclarecido pela Inteligência. Agostinho enfrenta grandes dificuldades para aprender a língua grega: “Por que aborrecia eu também a literatura grega, que entoava tais ficções? Homero teceu habilmente essas fábulas, e é dulcíssimo na sua frivolidade, ainda que para mim, menino, fosse amargo”.<sup>112</sup>

A dificuldade se manifesta de forma ainda mais intensa pelo fato do futuro filósofo ser obrigado, sob a pressão correcional de instigadores, a aprender o que, mais tarde, Agostinho denominará de *graeca grammatica*. Já com o latim, Agostinho não se viu em situação tão árdua. Aprendera de bom grado. Nesse sentido, a verdade se revela na pedagogia agostiniana representada pelo ato de aprendizagem que se dá independente da influência coativa. O que o faz refletir e concluir: “Disso ressalta com evidência que, para aprender, é mais eficaz uma curiosidade espontânea do que um constrangimento ameaçador”.<sup>113</sup>

Não obstante manifestar sua repulsa ao rigor extremo dos métodos de ensino, os quais chegam a níveis próximos do de uma tortura, Agostinho concorda que o castigo tem suas virtudes educativas, ainda mais quando servem aos desígnios do Senhor:

Contudo, esta violência refreia, graças às vossas leis, que, desde as férulas dos mestres até as torturas dos mártires, sabem dosar as suas tristezas salutares, para nos chamarem a Vós, do meio das doçuras perniciosas com que nos íamos afastando.<sup>114</sup>

---

<sup>110</sup> Enéias. No grego, *Aineas*; no latim, *Aeneas*. Filho de Anquises e de Afrodite e membro do ramo mais novo da família real de Tróia. Suas aventuras são narradas por mais de um escritor da antiguidade clássica. Mas é com Virgílio que seu nome alcança maior significação na literatura universal através da epopéia *Eneida*, composta em doze cantos. Ver HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.190; Quanto aos motivos que levam Enéias à Cartago, ver Livro I, p. na edição da *Eneida* publicada pela Editora Cultrix, em 1981, traduzida diretamente do latim pelo professor Tassilo Orpheu Spalding.

<sup>111</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 52.

<sup>112</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 53

<sup>113</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 52.

<sup>114</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 54.

As leis divinas, no pensamento agostiniano, são também dotadas de qualidades pedagógicas. Em *Confissões*, o santo filósofo rememora<sup>115</sup> seus primeiros passos na rotina do conhecimento. E como foi importante, sob os “olhos” de Deus, passar por algumas experiências, no que concerne ao seu processo individual de formação:

Vós, senhor, sois o meu rei e o meu Deus. A Vós consagro tudo quanto de útil aprendi em criança. A Vós consagro tudo o que digo, escrevo, leio e conto porque, quando aprendia vaidades, Vós me disciplináveis, perdoando-me depois os pecados de deleite nelas cometidos. É verdade que nessas frivolidades aprendi muitas coisas úteis. Mas poder-se-iam aprender em estudos sérios, conscienciosos! Seria esta a via segura pela qual deveriam encaminhar as crianças.<sup>116</sup>

É significativo como a realidade puericultural se impõe no discurso de Santo Agostinho. Há uma *via segura* pela qual se deve conduzir os pequenos aprendizes. As *vaidades* e as *frivolidades* certamente oferecem a oportunidade de, através delas, obter certo conhecimento. Contudo, uma aprendizagem realmente fundamentada, isto é, validada pela ciência da verdade a ser seguida implica num compromisso que ultrapassa a mera busca de sensações e sentimentos aprazíveis. Incluindo a presunção intelectual. Supõe mesmo superar o discurso ornamentado, bem apresentado, que agrada aos mestres, os quais, por sua vez, enaltecem, elogiam os alunos. Agostinho alerta quanto aos perigos desse círculo vicioso no qual ele mesmo se viu preso, submisso que estava ao duro castigo ou à avaliação excessivamente lisonjeira:

Propunha-se-me uma tarefa de muita preocupação para meu espírito por causa dos louvores e descrédito ou receio de ser açoitado: que dissesse as palavras de Juno encolerizada e cheia de dor por não poder “afastar da Itália o rei dos troianos”. Bem sabia que Juno nunca proferira tal coisa, mas obrigavam-nos a seguir, errantes, as pegadas das ficções dos poetas, e a repetir em prosa o que o poeta cantara em verso. Recebia maiores louvores o aluno que, segundo a dignidade da personagem figurada, exprimisse, mais fortemente e com maior verossimilhança, os sentimentos de ira e de dor, revestindo as frases com palavras muito apropriadas.<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup> Ao contrário da pedagogia atual, que não valoriza e até chega a desprezar a memória, Agostinho e todos os grandes medievais sabiam reconhecê-la como o tesouro por excelência, como um precioso dom de Deus. A memória, muito mais do que a mera faculdade natural de ‘lembrar-se’ ou o exercício de habilidades mnemônicas, era vista como a base de todo o relacionamento humano com a realidade. (**Cultura e educação na Idade Média**. LAUAND, Luiz Jean. Org. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.9).

<sup>116</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 54.

<sup>117</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 56.

Entre as verdades intelectuais, ressalta a verdade, esta investe a aprendizagem de um sentido transcendente, eterno e universal. Pouca valia terá a reprodução de trechos de epopéias tendo em vista apenas o reconhecimento solene de mestres e colegas. Santo Agostinho expõe-se a uma severa autocrítica pedagógica enquanto se confessa:

Que me aproveitou tudo aquilo? Que me aproveitou, ó Vida verdadeira e meu Deus, ter sido mais aclamado que os contemporâneos e condiscípulos, quando recitava? Não é tudo isso fumo e vento? Não havia outra coisa em que exercitar a língua e o talento? <sup>118</sup>

Para Santo Agostinho o ônus representado pelos ferozes castigos corporais é um alto e injusto preço: não vale o fomento da vaidade intelectual, a qual, segundo o pensador, é rasteira e não contribui para o crescimento do espírito. Agostinho questiona se não haveria outra via a seguir. Os limites próprios das sensações e do entendimento mundano obnubilam a consciência no sentido da percepção aproximada do Absoluto:

Vede, ó Senhor Deus, e reparaí benigno, segundo é vosso costume, como os filhos dos homens observam diligentemente as regras da ortografia e das sílabas, recebidas dos primeiros mestres e desprezam as leis eternas da salvação eterna, de Vós recebidas. <sup>119</sup>

A pedagogia agostiniana ensaia uma metodologia de formação intelectual voltada para o resgate da alma. O filósofo educador não admite – inspirado que é pela Graça – o aprendizado impenitente. Este gera uma profunda e grave inversão de valores: buscam-se muito mais o respeito às regras ortográficas do que à origem divina da vida, da humanidade. A luxúria se manifesta também na sedução pelo *logos*. E o homem se culpará menos pela morte do semelhante do que diante da possibilidade de cometer um erro gramatical:

Vede este homem, procurando a glória na eloquência, diante de um homem, o juiz, e, na presença de um grande número de homens, atacar o inimigo com ódio violentíssimo. Como evita com toda a vigilância dizer algum erro de linguagem, como não aspira o *h* de “*inter homines*” (entre os homens), pronunciando “*inter omnes*”! Mas não tem cuidado de vigiar o furor da sua alma, que o arrasta a tirar um homem de entre os homens. <sup>120</sup>

O desvio de conduta (dentro da interpretação teológica agostiniana), a inversão de valores, são radicalmente incompatíveis com a verdade. Esta é o objeto maior do conhecer,

<sup>118</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 56-57.

<sup>119</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 57.

<sup>120</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 58.

sim, mas o exercício de apreensão, que deve ser certo e claro, consagra-se, por isso mesmo, como uma prática do homem em reconhecer-se no outro, isto é, em aceitar o semelhante como um irmão sob o poder do mesmo Pai<sup>121</sup>. A busca do conhecimento não deve negar a fé e tudo o que implica essa crença religiosa que, em si mesma, independe de ser fundada em argumentos racionais, mas, que, através do conhecer, da aprendizagem, alcance racionalmente a verdade.

O caminho da retidão moral e da fé deve ser trilhado desde a infância. O aperfeiçoamento espiritual não prescinde de uma orientação pedagógica. Pode-se até mesmo dizer que se confundem. Agostinho toma consciência disso, portanto é também preciso que se confesse sobre suas ações na fase pueril. O filósofo não se exime a pintar um terrível quadro de sua própria infância: “Jazia eu, pobre criança, à beira deste abismo de corrupção. A luta desta arena era aquela onde eu mais temia cometer um barbarismo de expressão do que acautelá-lo-me, se o cometesse, da inveja que sentia contra aqueles que o evitavam”.<sup>122</sup>

Atento às exigências do discurso, ou seja: o empregar procedimentos enfáticos, o valorizar a pomposidade, no mero intuito de persuadir e de exibir-se, o aluno Aurélio apresenta um comportamento desregrado no que diz respeito à verdade – esta representação axiomática de Deus, indemonstrável, e que se revela de forma direta e imediata – que realmente ilumina e esclarece, pois é seduzido pela sensação prazerosa de ser admirado e benquisto entre seus pares. O conhecimento sem fé, sem entendimento de que o intelecto é dádiva divina<sup>123</sup>, torna-se vão e vazio, firmado apenas na aparência ilusória:

Digo e confesso, diante de Vós, meu Deus, estas fraquezas que me angariavam aplausos daqueles cuja simpatia equivalia para mim a viver cheio de honra. Não via a voragem de luxúria para a qual era atirado, longe da vossa vista.<sup>124</sup>

Aventurar-se a conhecer e exercer, talvez precocemente, este conhecimento abstendo-se da fé é inverter o sentido do caminho da salvação. Na pedagogia agostiniana, a fé legítima

---

<sup>121</sup> Com a unidade de Deus, a unidade da raça humana apareceu aos espíritos; e desde então passou a ser necessidade da religião proibir o homem de odiar outros homens. (COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Vol. II. São Paulo: Editora das Américas, 1961, p. 195).

<sup>122</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 58.

<sup>123</sup> Agora, o conhecimento ocorre com o espírito humano sendo iluminado por Deus. As verdades e conceitos superiores são irradiados por Deus em nosso espírito. Paralelamente, é preciso observar que, especialmente em seus escritos de maturidade, Agostinho reconhece, ao lado daquele saber baseado na iluminação divina, a existência de um outro campo de conhecimento cuja fonte é a experiência. Esse campo certamente permanece como uma província menor do saber, e tanto antes como depois, Agostinho pensa que todo saber, no sentido próprio e rigoroso da palavra, provém da razão humana ou, melhor dizendo, da iluminação divina. (HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 51-52).

<sup>124</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 59.



é a que admite humildemente que o saber se revela na razão, porém, é certo que provém de Deus. Ciente disso, é que Agostinho, mais de uma vez, entre os relatos sobre seu tempo de aprendiz, proclama sua crença. Como cristão penitente, “revela” a Deus os próprios pecados, visando a sua absolvição. A formação pedagógica pela qual passou, não obstante as limitações de seus mestres, o levou, em nome da verdade, a se fazer publicamente conhecidos os atos admitidos pelo filósofo como censuráveis, e que ele próprio cometeu.

Aplicando em si mesmo com grande severidade, o peso dos princípios morais em que inquestionavelmente cria, Agostinho apresenta-se a Deus reconhecendo a si como a coisa mais corrupta aos olhos do Senhor. O aluno, o não iluminado, se amava demonstrar conhecimentos, não gostava menos de se entregar ao jogo e a outras frivolidades, e de mentir aos mestres e aos pais. Aquele aluno será o futuro filósofo e educador que se confessa. E para sê-lo, aceitou ser inundado pela verdade provinda do Altíssimo. E a verdade se revela através do sentimento ou conhecimento que o permite vivenciar e experimentar a totalidade de seu mundo interior. Segundo Hessen, para Agostinho,

A verdade já não estava mais ancorada num reino de realidades supra-sensíveis, num mundo espiritual de objetos, mas sim numa consciência, num sujeito. O característico do conhecimento já não consiste mais numa focalização do mundo objetivo, mas num voltar-se para aquele sujeito supremo. Não é o objeto, mas desse sujeito supremo que a consciência cognoscente recebe seus conteúdos. É por meio desses conteúdos superiores, desses princípios e conceitos fundamentais que a razão ergue o edifício do conhecimento. Portanto, esse edifício está fundado no absoluto, em Deus.<sup>125</sup>

Pode-se complementar a compreensão do que Santo Agostinho concebe como verdade (diretamente relacionada com o cognoscitivo) através da explicação de Hessen. Eis o ato de confessar-se, mas não apenas isso. A voz interior é conduto de ensinamentos, é manifestação do conhecimento. O exercício de cognição está presente na reflexão que se volta para dentro do indivíduo e, também, em direção ao seu passado, aos seus primeiros anos de vida. E assim é possível ver em suas próprias experiências o material com o qual, no caso de Agostinho, uma prática pedagógica, referenciada é pensada e elaborada.

O livro primeiro de *Confissões* é solução que anteciparia quaisquer cobranças a respeito de sua coerência sermonária: o Bispo de Hipona expõe sua própria vida pregressa. Tomado pelo compromisso de se exprimir sem recorrer a artifícios, sem intenção de enganar e, principalmente, sem disfarçar seus pensamentos e sentimentos, Santo Agostinho revela seu entendimento do papel da verdade no processo de formação da criança, seu propósito

<sup>125</sup> HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 72.

pedagógico-catequético: a busca de uma situação de harmonia entre o conhecimento das coisas do mundo e dos valores fundamentais que constituem a condição moral do espírito. Segundo Cambi:

O projeto educativo de Santo Agostinho, pensado em tempo dramáticos e por um pensador fortemente inquieto, permaneceu – na sua mescla de platonismo, filosofia plotiniana e cristianismo paulino – como um dos grandes modelos da pedagogia cristã, ao qual se continuou a recorrer durante séculos (pense-se em Lutero, no jansenismo, Rosmini) e que desfraldou – pela primeira vez em toda a sua altura/complexidade – a bandeira da educação cristã, destacando suas diferenças radicais em relação aos itinerários da *paidéia* clássica: seu caráter pessoal, sua dramaticidade, sua oscilação entre cultura e ascese, sua referência a um Mestre supremo (Cristo, modelo de humanidade sublime), sua colocação dentro da história como responsável pelas suas culpas e expectativas, com espírito, ao mesmo tempo, penitente e profético.<sup>126</sup>

O pensamento pedagógico agostiniano representa bem a intimidade da relação religião (prática catequética) e educação (prática pedagógica). A manifestação de uma sem a outra, antes da consolidação do pensamento pedagógico laico é fato incomum. As linhas dedicadas ao Bispo de Hipona neste estudo devem funcionar como referências de sustentabilidade à hipótese levantada, no aspecto de uma não acomodação no cenário histórico geral.

Compreende-se, defende-se e reitera-se epistemologicamente<sup>127</sup>, aqui, no presente estudo, a necessidade técnica da genealogia das práticas pedagógico-catequéticas e a contraposição dos dados afirmativos desse proceder em relação à não aplicação e a não sistematização da formação pedagógica cristã católica detectada em Sergipe Del Rey, durante o período colonial, mais notadamente nos séculos XVI, XVII e XVIII. Insiste-se neste exercício comparativo, tomando-o mesmo como parte da metodologia de pesquisa, para que não se percam as linhas de percepção da problemática dada e as respectivas implicações teórico-metodológicas.

O período do medievo é prolífico em propostas pedagógicas<sup>128</sup>, e é preciso que se afirme esta realidade histórica, ainda que esta pesquisa não tenha a intenção (inclusive pela

<sup>126</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 137-138.

<sup>127</sup> O termo, na condição de advérbio de modo pretende representar, neste trabalho acadêmico: a busca da compreensão do pensamento humano em sua referência objetiva, em seu relacionamento com os objetos. A relação de todo pensamento com os objetos, é o objeto formal da teoria do conhecimento. (HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 133).

<sup>128</sup> A criança, na Idade Média como em todas as épocas, vai à escola. É, em geral, a escola de sua paróquia ou do mosteiro mais próximo. Com efeito, todas as igrejas agregam a si uma escola; o concílio de Latrão, em 1179, faz-lhes disso uma obrigação estrita, e é uma disposição corrente, ainda visível e, Inglaterra, país mais conservador do que o nosso, encontrar reunidos à igreja, o cemitério e a escola. (PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997, p. 95).

ciência dos limites técnico-teóricos) de cobrir todos ou a maior parte dos discursos voltados para as práticas pedagógicas neste espaço de tempo. E sobre o valor deste tempo diz Cambi:

A Idade Média não é absolutamente a época do meio entre dois momentos *altos* do desenvolvimento da civilização: o mundo antigo e o mundo moderno. Foi, sobretudo, uma época da formação cristã e da geração dos pré-requisitos do homem moderno (formação da consciência individual; do empenho produtivo; da identidade supranacional, etc.), como também um modelo de sociedade orgânica, marcada por forte espírito comunitário e uma etapa de evolução de alguns saberes especializados como a matemática ou a lógica, assim como uma fase histórica que se coagou em torno dos valores e dos princípios da religião, caracterizando de modo particular toda esta longa época: conferindo-lhe conotações de dramaticidade e de tensão, mas também aberturas proféticas e fragmentos utópicos que nos apresentam uma imagem mais complexa e mais rica da Idade Média; e também uma identidade mais próxima de nós e de nossa sensibilidade.<sup>129</sup>

Estudiosos, saberes, discursos pedagógicos: elementos que se renovam e se definem numa época em que uma nova fase do processo de formação da identidade européia começa a se firmar.<sup>130</sup> Nesse contexto, a Igreja se faz presente em diferentes campos. Mas é no campo das práticas educativas que revela seu poder mediante um discurso francamente formador. Segundo Cambi:

A Europa, de fato, nasceu cristã e foi nutrida de espírito cristão, de modo a colocá-lo no centro de todas as suas manifestações, sobretudo no âmbito cultural. Caso exemplar é o da educação, que se desenvolve em estreita simbiose com a Igreja, com a fé cristã e com as instituições eclesiais que – enquanto acolhem os *oratores* (os especialistas da palavra, os sábios, os cultos, distintos dos *bellatores* e dos *laboratores*) – são as únicas delegadas (com as corporações no plano profissional) a educar, a formar, a conformar. Da Igreja partem os modelos educativos e as práticas de formação, organizam-se as instituições *ad hoc*<sup>131</sup> e programam-se as intervenções, como também nela se discutem tanto as práticas como os modelos. Práticas e modelos para o povo, práticas e modelos para as classes altas, uma vez que é típico também da Idade Média o dualismo social das teorias e das práticas educativas, como também tinha sido no mundo antigo.<sup>132</sup>

Por muito tempo, mesmo em culturas e sociedades pretensamente laica, a escola reproduziu modelos pedagógicos surgidos no medievo. A universidade, não obstante características próprias de cada tempo pelo qual passaram, a partir do Renascimento,

<sup>129</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 142-143.

<sup>130</sup> Iniciou-se então a expansão territorial cristã sobre regiões pagãs — que se estenderia pelos séculos seguintes — reformulando o mapa civilizacional da Europa\*. Por fim, como resultado disso tudo, deu-se a transformação do latim nos idiomas neolatinos, surgindo em fins do século X os primeiros textos literários em língua vulgar. (FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.16).

<sup>131</sup> Criadas para esta finalidade.

<sup>132</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 145-146.

mantiveram, como ainda hoje, procedimentos que buscam suas origens na Idade Média. Incluindo, nesta realidade, sendo o aspecto de maior interesse no presente estudo, por causa das implicações produzidas pelo mesmo, a presença constante da Igreja Católica.<sup>133</sup> Segundo Cambi:

Também a escola, como a conhecemos, é um produto da Idade Média. A sua estrutura ligada à presença de um professor que ensina a muitos alunos de diversas procedências e que deve responder pela sua atividade à Igreja ou a outro poder (seja ele local ou não); as suas práticas ligadas à *lectio* e aos *auctores*, à discussão, ao exercício, ao comentário, à arguição etc.; as suas práxis disciplinares (prêmios e castigos) e avaliativas vêm daquela época e da organização dos estudos nas escolas monásticas e nas catedrais e sobretudo nas universidades. Vêm de lá também alguns conteúdos culturais da escola moderna e até mesmo contemporânea: o papel do latim; o ensino gramatical e retórico da língua; a imagem da filosofia, como lógica e metafísica.<sup>134</sup>

E este discurso, longe de significar uma oposição estéril e direta aos propósitos do *tempo moderno*, é parte de sua referência formativa. Ciente dessa realidade, Cambi se utiliza do termo *moderno* para sustentar suas observações sobre a importância das práticas educacionais na Idade Média:

A visão religioso-cristã do mundo, edificada na Idade Média, permanece também como um fator central no politeísmo ideológico do Moderno, no qual desempenha – especialmente no nível popular – um papel de consciência arquetípica da coletividade.<sup>135</sup>

Outra observação de Franco Cambi se apresenta, para o presente estudo, como de fundamental importância, tendo em vista que o objeto de pesquisa do qual se trata nesta dissertação se constitui na análise do papel das ordens religiosas nas práticas educativas na capitania de Sergipe Del Rey:

Todo o universo da educação sofre uma transformação no sentido burguês: especializa-se, articula-se, socializa-se e, gradativamente, também se laiciza,

<sup>133</sup> Havia um monopólio da cultura intelectual por parte da Igreja. A educação era feita de clérigos para clérigos, devido às necessidades do culto. Nas escolas catedrálcias e, sobretudo, monásticas, praticamente as únicas existentes, ensinavam-se as chamadas sete artes liberais, as únicas dignas de homens livres, por oposição às artes mecânicas, isto é, manuais, próprias de escravos. Na primeira parte, ou *trivium*, estudava-se Gramática (ou seja, latim e literatura), Retórica (estilística, textos históricos) e Dialética (iniciação filosófica). Na segunda, ou *quadrivium*, passava-se para Aritmética, Geometria (que incluía a geografia), Astronomia (astrologia, física) e Música. Cumpridas essas duas etapas, de duração variável, conforme as condições pessoais e locais, passava-se para o estudo da Teologia, o saber essencial da Idade Média, ao qual os clérigos se dedicariam por toda a vida. (FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. São Paulo : Brasiliense, 2001, p.143).

<sup>134</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 146.

<sup>135</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 149.

se separa do predomínio eclesiástico, pondo em ação os primeiros germes da Idade Moderna.<sup>136</sup>

A investigação sobre a ausência de práticas pedagógico-catequéticas das ordens religiosas na capitania de Sergipe Del Rey se dá nesse o período da Idade Moderna<sup>137</sup> que se inicia. Segundo os historiadores, com a queda de Constantinopla, em 1453, finalizando em 1789 (Revolução Francesa). A importância dessas observações é determinada pela localização espaço-temporal da pesquisa. Se o *universo da educação* sofre, a partir da alvorada da modernidade, uma laicização gradual, o discurso pedagógico catequético da Igreja também se mantém. Pois é impensável, no âmbito da produção intelectual acadêmica, subordinada às normas que regem o discurso da cientificidade, desconhecer as possibilidades produtivas (em quaisquer que sejam os campos) de uma dada época em nome de uma supervalorização intuitiva de outra (anterior ou posterior).

No presente estudo, em que a análise, a leitura crítica, do papel das ordens religiosas nas práticas educacionais localizadas em Sergipe, durante o período colonial, é o ponto em torno do qual gravitam as demais considerações; sabendo-se das influências exercidas pelas idéias pedagógico-catequéticas provenientes do medievo sobre as práticas educativas desenvolvidas no seio da Igreja na Idade Moderna, vale ressaltar a seguinte afirmação de Franco Cambi:

Os efeitos históricos da Idade Média – da qual indicamos apenas alguns pontos – constituirão também, no campo educativo, estruturas de longa duração: tais serão as universidades e seu modelo didático; a formação profissional artesanal ligada ao saber corporativamente organizado, separado da cultura geral: embora seja este um aspecto herdado do mundo antigo; as instituições sociais de caráter religioso que, também no Estado moderno são prepostas como núcleos de formação de base; a família vista como investida de um dever essencial de educação, colocado antes de qualquer intervenção pública, sendo, por isso, fundamental; o nascimento de instituições caritativo-educativas que organizam de maneira nova o empenho da sociedade em relação às diversas classes de indivíduos que nela convivem, de modo a atingir até mesmo os mais marginais.<sup>138</sup>

É a partir da referência supra apontada por Cambi (*as instituições sociais de caráter religioso que, também no Estado moderno são prepostas como núcleos de formação de base*), que

<sup>136</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 152.

<sup>137</sup> A Idade Média Central é, portanto, um momento histórico de grande maturidade e de florescimento dos diversos setores da sociedade, que, após chegarem ao limite de seu desenvolvimento no final do século XIII, preparam, ao entrarem em crise, os primeiros passos da sociedade e do Estado modernos. (BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o nascimento do Estado moderno**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2008, p. 30).

<sup>138</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 153

também se reafirma o foco do presente estudo: a hipótese de que as ordens religiosas cristãs católicas presentes na capitania de Sergipe Del Rey, entre os séculos XVI e XVIII, não produziram uma prática pedagógica ampla, densa e sistemática. Mesmo os jesuítas, religiosos que se destacam historicamente em diversos campos de conhecimento (da literatura à astronomia), apresentam uma produção educacional incipiente. E a questão, a partir desta hipótese é a seguinte: por que, apesar de uma longa, histórica e consolidada tradição pedagógico-catequética, a qual se consolida e ganha amplitude na Idade Moderna, não se percebe, em Sergipe Del Rey, ações pedagógicas, mesmo e principalmente sob as orientações salvacionistas, redentoras e pacificadoras? A documentação (cartas, ementas, representações, requerimentos, solicitações) produzida na época (fontes primárias) é acessível em quantidade. E esse aspecto é que provocou a inquietação, motor primeiro da pesquisa explicitada no presente estudo: em mais de quatrocentos documentos, alguns poucos trazem indícios da atuação das ordens religiosas na educação em solo sergipano. Em tempo: as ordens são, sim, citadas.

Contudo pouco se encontra, entre os documentos, que permita relacionar ordem e educação. Ver-se-á, no segundo capítulo, que os agentes estruturantes, padres, freis, irmãos e seculares se encontravam, durante o período e no local estudados, envolvidos nas situações mais complexas e ou mais banais que se dão numa sociedade e cultura embrionárias. A atuação dos religiosos é relevante no que concerne às atividades econômicas, políticas e sociais em grau que extrapola os compromissos do *habito*. É bem a prática que manifesta concretamente os ideais de conquista, domínio e civilização europeus a partir do final do século XV.

### **Vozes da *paidéia* cristã – educação para a transcendência.**

Franco Cambi, em *História da Pedagogia* destaca a atuação de, pelo menos, oito filósofos religiosos educadores: <sup>139</sup> *Pseudo-Dionísio* (Séc. V): “A mística de Dionísio permaneceu como uma constante na teologia e na pedagogia medievais, como um desafio ao pensamento racional que, entretanto, outros autores procuraram aplicar também ao estudo dos modelos educativos”; <sup>140</sup> *Mânlio Severino Boécio* (480-525): [...] “Foi o intérprete de um modelo de formação racional, nutrido pelo pensamento de Aristóteles e, portanto, atento à lógica e ao papel ‘consolador’ da filosofia, mas também em fixar as *auctoritates* no

---

<sup>140</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 163.

pensamento antigo”;<sup>141</sup> *Isidoro de Sevilha* (560-636): “Dedica-se à construção de um saber enciclopédico, ordenado através do estudo das etimologias, que nos faz conhecer a verdadeira essência das coisas (homem = *homo* = *húmus* = terra) e valoriza um conhecimento como análise”;<sup>142</sup> *Rábano Mauro* (776-836): [...] “Escreve o *De clericorum institutione* em que conecta Escritura e artes liberais (gramática e literatura, retórica e dialética que ‘ensina a ensinar aos outros’ e ‘a descobrir a verdade’, ‘a tirar conclusões’) e atribui um papel fundamental também às disciplinas do quadrívio”;<sup>143</sup> *Escoto Erígena* (810-875): [...] “Publica o *De divisione naturae* em cinco livros, além de outros escritos sobre a predestinação etc. [...];<sup>144</sup> *Geberto d’Aurillac* (930-1003): [...] “Perito em aritmética, música, ciências (através de relações com o Islã) e lógica” [...]; *São Pedro Damiano* (1007-1072) : “O verdadeiro conhecimento é *meditatio* e pensa o mundo em Deus, como afirma São Pedro Damiano nos seus escritos, desde *De perfectione monachorum* até *De santa simplicitate* e *De divina omnipotentia*”;<sup>145</sup> *Santo Anselmo de Aosta* (1033-1109): “Escreve obras teológicas fundamentais, como o *Monologion* e o *Prosologion*, e outras de assunto religioso (sobre o pecado original, a Trindade, o Espírito Santo) e filosófico (sobre a verdade e o livre-arbítrio)”.<sup>146</sup>

Cumprir observar que Franco Cambi não cita (o que não significa demérito, mas, sim, antes, uma escolha do autor) pelo menos mais quatro filósofos religiosos educadores de considerável importância no cenário educacional da Idade Média: *Cesário de Arles* ou *São Cesário* (470-543): “Nota-se, a cada passo [em seu discurso pedagógico-catequético], a intenção educadora da Igreja, lutando contra os hábitos da embriaguez, rixas e outros entulhos do paganismo ainda não totalmente desarraigado num povo rude e grosseiro que mistura devoção com pancadaria, sinal-da-cruz com aguardente, piedade com superstição”;<sup>147</sup> *Rusticus Helpidus* (séc. VI): Autor de uma poesia que pode ser denominada *poesia didática*. Valoriza o exercício mnemônico, de acordo com a orientação pedagógica da época “que via na memória o tesouro por excelência, e por isso desenvolveu formas de ensino dirigidas a protegê-la”;<sup>148</sup> *Petrus Alphonsus* (1062 - ?): “Petrus Alphonsus foi um erudito judeu que – após converter-se ao Cristianismo (em 1106) – compôs, com o intuito de ajudar na formação do Clero, a *Disciplina Clericalis*, importante obra voltada para a educação moral, com uma

<sup>141</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 163-164.

<sup>142</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 164.

<sup>143</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 164.

<sup>144</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 164.

<sup>145</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 165.

<sup>146</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 165.

<sup>147</sup> **Cultura e educação na Idade Média**. LAULAND, Luiz Jean. Org. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 42.

<sup>148</sup> **Cultura e educação na Idade Média**. LAULAND, Luiz Jean. Org. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 101.

série de provérbios, relatos e fábulas em grande parte de proveniência oriental”.<sup>149</sup> *Bernardo de Claraval* (1090-1153): “O sermão 36 e a pedagogia de Bernardo – Neste sermão, Bernardo tinha se proposto falar de duas ignorâncias: a ignorância de si mesmo e a ignorância de Deus, ambas caminho da perdição”.<sup>150</sup>

O pensamento desses homens, com as devidas exceções, estava voltado, quase que exclusivamente para a transcendência. Sua pedagogia visava à salvação via *contemplatio* e, portanto, os saberes levados em conta eram predominantemente de ordem e de natureza intelectual.

Pode-se situar os nomes supracitados, relacionados com as práticas pedagógicas do período medieval, como pré-escolásticos. O presente estudo desloca-se, gradativamente, da Alta para a Baixa Idade Média. Este é, também, um tempo de inovações. Não apenas técnicas, mas, também, morais e funcionais.

O crescimento demográfico urbano se faz sentir, ainda que timidamente e, com isso, por exemplo, é preciso apresentar soluções para o problema de fornecimento de alimentos. A sociedade da época não fica inerte diante dessa nova realidade. Segundo Cambi:

Certamente a Idade Média – sobretudo depois do Ano Mil – também iniciou uma série de inovações no plano técnico (pense-se no moinho de água, existente desde os albores da Idade Média, mas só firmado a partir do século X; na técnica agrícola dos três campos que favorecia uma maior produtividade; na doবাদoura<sup>151</sup>; na bússola; no ‘peitoral’ para os cavalos, etc.), mas não mudou em relação ao trabalho, que permaneceu conotada por uma relação, sobretudo servil.<sup>152</sup>

A educação também passa por mudanças. As perspectivas de formação levam em consideração a necessidade de formar uma massa trabalhadora composta de artífices, ou seja, trabalhadores que produzem algum artefato ou que professam alguma das artes.

Contudo, ao lado desse novo segmento trabalhista, prossegue a educação proposta pela Igreja. E é esta a que interessa ao presente estudo. Pois é a Igreja que responde pela aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento intelectual e moral de do homem no medievo. E, nesse momento em que se aproxima o *outono da Idade Média*,<sup>153</sup>

<sup>149</sup> **Cultura e educação na Idade Média.** LAULAND, Luiz Jean. Org. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 241.

<sup>150</sup> **Cultura e educação na Idade Média.** LAULAND, Luiz Jean. Org. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 258.

<sup>151</sup> Artefato em que se dispõem as meadas de lã, algodão etc. para se processar a doবাদagem, ou seja, enrolar (fio de meada de lã, algodão etc.), formando novelo.

<sup>152</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999, p. 165.

<sup>153</sup> Expressão atribuída à Jan Huizinga, citada por Franco Cambi e adotada como título para o livro de Philippe Wolff, *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* (Ver: WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988).



apresenta-se um movimento de conseqüências históricas percebidas até os dias de hoje (conseqüências estas reconhecidas e altamente consideradas pelos estudiosos, *verbi gratia*: Jacques Le Goff): a Escolástica.<sup>154</sup>

### Conservação e transmissão do saber – A Escolástica e a Universidade

Interessa sobremaneira ao presente estudo, o movimento filosófico e educacional denominado Escolástica, o qual surge no século XIII, Baixa Idade Média. O saber, não obstante ainda preparar o aspirante a *intellectual*, seja o ordenado ou o leigo, para a *contemplatio*, alça, no âmbito do pensamento cristão baseado na tentativa de conciliação entre um ideal de racionalidade (corporificado especialmente na tradição grega do platonismo e aristotelismo) e a experiência de contato direto com a verdade revelada, tal como a concebe a fé cristã, a condição de instrumento. E a principal referência desse saber instrumental é o *livro*.<sup>155</sup> A Escolástica eleva o *status* deste objeto pleno de significados e simbologias. Segundo Jacques Lê Goff: “O livro universitário é um objeto completamente diferente do livro da Alta Idade Média. Ele se liga a um contexto técnico, social e econômico completamente novo. É expressão de outra civilização”.<sup>156</sup>

O livro é tomado aqui, neste estudo, na perspectiva de uma busca em se entender o conceito de educação que toma forma a partir do século XIII, como a materialidade de um discurso educador que manifesta, expõe os elementos próprios da construção de um pensamento que os utiliza. No caso deste estudo, é o pensamento pedagógico que deve ser levado em consideração:

---

<sup>154</sup> Inicialmente, no século XVI, o termo era usado de forma depreciativa, em relação ao sistema de filosofia praticado nas escolas e universidades medievais. Os escolásticos procuraram dar sustentação teórica à verdade da doutrina cristã, assim como reconciliar pontos de vista contraditórios na teologia cristã; e, para esse fim, desenvolveram um método extremamente requintado de investigação das questões filosóficas e teóricas. Na história inicial da escolástica, muito material teológico foi organizado de forma sistemática. No século XII, os escolásticos estavam coligindo Sentenças, que eram citações ou sumários de dogmas compilados da Bíblia e da literatura patrística; ao interpretá-los (*expositio*, *catena*, *lectio*), eles adotaram gradualmente uma discussão sistemática de textos e problemas (*quaestio*, *disputatio*). Isso deu finalmente lugar a um sistema que tentou oferecer uma visão abrangente da “toda a verdade atingível” (*summa*), um desenvolvimento que coincidiu com uma clara progressão no sentido da autonomia intelectual, com pensadores da envergadura de Alberto Magno e Tomás de Aquino. Os escritos sobre lógica tiveram um importante efeito sobre a escolástica; por volta de 1200, a “nova lógica” de Aristóteles, baseada em traduções de seus Analíticos, Tópicos e Refutações Silogísticas, tinha produzido uma teologia “científica” em contraste com os escritos bíblicos do século XII. Tomás de Aquino, por exemplo, acreditava que só a razão era necessária para entender verdades básicas acerca de Deus e da alma, embora a revelação divina ampliasse tal conhecimento. A ênfase atribuída à razão foi rejeitada em certa medida no século XIV, por homens como Guilherme de Ockham e João Duns Scotus. (LOYN, Henry R **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997, p. 132).

<sup>155</sup>

<sup>156</sup> LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 72.

Nas *scholae*, e depois nas universidades, foi-se também reelaborando o pensamento pedagógico, ou seja, aquela reflexão teórica em torno da sua inserção social, de que tinham sido intérpretes supremos Platão e Aristóteles, mas que através do helenismo, de Plutarco ou Cícero, depois, Quintiliano, Plotino, etc., foi depois transcrita em termos cristãos por Santo Agostinho, verdadeiro patriarca da pedagogia medieval, com retomadas e interpretações de Escoto Erígena ou Santo Anselmo. Assim, a Escolástica prepara uma releitura da educação que envolverá de modo radical e inovador tanto os processos de formação quanto dos de aprendizagem.<sup>157</sup>

O novo pensamento pedagógico exige sistemática para que se reconheça sua funcionalidade, sua eficiência. As universidades desempenham importante papel nesse processo. Os estudos são organizados de forma atender melhor o alunado. Os próprios mestres aprendem a desenvolver metodologias que permitam, inclusive, preparar os discípulos para o embate que se dará entre correntes diversas, estas defendidas ou atacadas, a depender do discurso de cada ordem religiosa.<sup>158</sup> Franco Cambi assim ilustra essa situação:

Serão as duas grandes ordens mendicantes que delinearão os diversos modelos de teorização: o primeiro – típico dos dominicanos – ligado à valorização da razão em si, e como instrumento para penetrar e desenvolver o significado da fé; o segundo ligado aos franciscanos – destinado a sublinhar a superioridade da fé em relação à razão, a sua “superabundância” também cognoscitiva e, portanto, o privilégio da via mística para conhecer a realidade e formar o homem.<sup>159</sup>

A Igreja, mediante as ordens religiosas, toma a si, de forma ainda mais ampla, a responsabilidade pela disseminação do discurso pedagógico. E o investimento na educação não se resume apenas aos filhos de nobres. Estes detêm inúmeros privilégios, inclusive o de aprender na segurança de seus castelos, face suas condições materiais superiores. A população em geral, enfrentando a escassez em diversos níveis, situação característica da pobreza, era obrigada a prover seus jovens com a educação em meio a grandes riscos. Contudo isso não

<sup>157</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 186.

<sup>158</sup> O curso universitário que gozava de maior prestígio, apesar de toda a laicização da sociedade e da cultura que ocorria no século XIII, era sem dúvida o de Teologia, especialmente o de Paris. O conhecimento nessa área mantinha-se virtualmente o mesmo dos séculos anteriores, com o termo então utilizado (sacra doctrina) indicando que ela abarcava apenas o que tinha sido revelado direta ou indiretamente por Deus: Bíblia, decisões de concílios, comentários há muito aceitos pela Igreja. Na expressão de Santo Anselmo, era “a fé em busca da inteligência”. Com Pedro Abelardo essa busca pôde avançar, e a própria palavra teologia ganhou com ele, em 1123, um sentido mais amplo, de estudo, reflexão e debate de questões religiosas a partir dos textos sagrados. A Teologia reaproximava-se da Filosofia. (FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do ocidente** São Paulo : Brasiliense, 2001, p. 163.

<sup>159</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 186.

impediu que gente humilde tivesse acesso ao ensino com qualidade:

Podemos perguntar-nos se, nestas condições, o povo era tão ignorante, na Idade Média, como em geral se supõe; tinha ao seu alcance, incontestavelmente, os meios de se instruir, e a pobreza não era um obstáculo, uma vez que o decurso dos estudos podia ser inteiramente gratuito, da escola da aldeia, ou antes, da paróquia, até a Universidade. E ele aproveitava-se disso, uma vez que abundam os exemplos de pessoas humildes tornadas grande clérigos.<sup>160</sup>

Testemunhos como este, concorrem ainda mais para fomentar a insatisfação intelectual diante da realidade histórica que se anuncia a partir das leituras de documentos da época (séculos XVI, XVII e XVIII), relacionados às atividades sócio-econômicas, culturais e políticas na capitania de Sergipe Del Rey: a ausência das ordens religiosas nas práticas educacionais.

Ensinar, formar, orientar: ações próprias do arcabouço pedagógico construído pela Igreja desde (e principalmente) a Idade Média, notadamente em seus últimos tempos. Ações que terão continuidade na Idade Moderna, como se verá. Levando-se em consideração que outros aspectos próprios do período medieval ainda serão mantidos.<sup>161</sup>

A problemática persiste e se reafirma mediante constatações de que o discurso pedagógico cristão se mantém forte (ainda por um longo tempo), não obstante os renascimentos e movimentos de reforma e contra-reforma. Ou seria ainda mais lícito afirmar que o discurso se mantém justamente por causa desses movimentos. Todavia, em Sergipe Del Rey esta prática pedagógica não mede altura com as demais atividades com as quais se envolvem os religiosos. E nem todas, sob a perspectiva moral católica, recomendáveis.

A vaga pedagógico-catequética, cujo movimento já se percebe nos primeiros momentos do Cristianismo, ganha força no medievo e mantém seu deslocamento ao longo da Idade Moderna. O Sergipe colonial mal se dá conta de poucas marolas: no período aqui analisado, a dimensão das práticas pedagógico-catequéticas na capitania se revela quase que insignificante. O movimento pedagógico conversor e formador passa ao largo da capitania. A presença das ordens religiosas nesse território não reflete uma compreensão de prioridade quanto à ação pedagógica sistemática. Gentios e colonos pouco são expostos ao discurso educador. Não fazem parte ativa de um processo de grande proporção que toma praticamente toda a Europa, parte das Américas e até regiões do extremo oriente. Processo este que toma

<sup>160</sup> PERNOUD, Regine. **Luz sobre a Idade Média**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997, p. 104.

<sup>161</sup> Depois dos meados do século XII, as sociedades européias afastaram-se definitivamente do tipo feudal. No entanto, mero momento numa evolução contínua no seio de agrupamentos dotados de memória, um sistema social não poderia morrer completamente nem numa só vez. A feudalidade teve os seus prolongamentos. (BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 488).

maior impulso a partir, principalmente, do século XVI e ao qual a capitania não reflete proporcionalmente.

### **O discurso pedagógico-catequético na modernidade**

Mesmo que se reconheçam traços de continuidade da cultura medieval na modernidade que se instala no continente europeu, mais notadamente na França, Alemanha, Inglaterra e Itália, o período que se segue ao medievo traz o valor da renovação. Segundo Franco Cambi:

A ruptura da Modernidade apresenta-se, portanto, como uma revolução, e uma revolução em muitos âmbitos: geográfico, econômico, político, social, ideológico, cultural e pedagógico; de fato, também no âmbito pedagógico. Como revolução geográfica, desloca o eixo da história do Mediterrâneo para o Atlântico, do Oriente para o Ocidente; e com as viagens de descobrimento e a colonização das novas terras, prepara contato bastante estreito entre diferentes áreas do mundo, entre etnias e culturas, entre modelos antropológicos diferentes (como ocorre com os “selvagens” reconhecidos ora como indivíduos inferiores em estado pré-civil ora como herdeiros diretos do homem natural).<sup>162</sup>

Entretanto, a ruptura não é absoluta, como também não foi o discurso pedagógico anterior. Sem dúvida deve se reconhecer as revoluções, inclusive no campo educacional. Mas o pensamento filosófico do medievo se faz presente mediante referências presentes nos projetos educativos da Igreja, a qual sanciona o surgimento de novas ordens que a representarão nos quatro cantos do mundo:

Com a instituição do colégio (no século XVI), porém, terá início um processo de reorganização disciplinar da escola e de racionalização e controle do ensino, através da elaboração de métodos de ensino/educação – o mais célebre foi o *Ratio Studiorum* dos jesuítas – que fixavam um programa minucioso de estudo e de comportamento, o qual tinha no centro a disciplina, o internato e as “classes de idade”, além da graduação do ensino/aprendizagem.<sup>163</sup>

É emblemática a citação do método pedagógico dos jesuítas por Cambi. Não obstante generalizar o processo de institucionalização dos espaços colegiais. E ainda que o movimento de ruptura implique em visões de mundo distanciadas da proposta pela Igreja, esta se faz

<sup>162</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 196 -197.

<sup>163</sup> CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 205.

presente e atuante, oferecendo modelos, como no caso do conceito de disciplina.<sup>164</sup> O caso dos *Jeromitas* ou *Irmãos de Vida Comum* ilustra bem a Constancia da atuação da Igreja nas práticas pedagógicas:

Os Jeromitas ou Irmãos de Vida Comum constituíram uma congregação religiosa fundada por Gerardo de Groot (1340-1341), natural de Rotterdam, na Holanda. Depois de estudos filosóficos e teológicos em Paris e Colônia tornou-se pregador. Gerardo deu-lhes um regulamento pelo qual deviam dividir seu tempo entre o estudo e a oração. Aos poucos, a comunidade cresceu, ocupando-se ainda da instrução dos estudantes pobres, aos quais fazia copiar manuscritos em troca de lições gratuitas. E foi assim que os discípulos de Gerardo acabaram por se dedicar inteiramente à educação da infância e da juventude. Com a invenção da imprensa, os Jeromitas instalaram tipografias nas principais casas da ordem e foram os primeiros a publicar manuais escolares e edições de obras clássicas para uso dos estudantes. Mas o que os celebrou e cobriu de glória foi a sua extraordinária e eficiente atividade educacional. Suas escolas dividiam-se, geralmente, em duas seções: a *seção primária* (chamada *escola latina*), cujo programa compreendia a educação elementar, e a *seção secundária* (chamada *escola alemã*), onde eram ensinadas, não só as humanidades, como todas as ciências consideradas úteis aos alunos. Eram utilizados no ensino trechos dos autores clássicos, ao lado de extratos das Escrituras e dos Padres da Igreja.<sup>165</sup>

É possível, assim, a partir da citação supra, perceber, no presente estudo, uma das orientações críticas deste: entender que o discurso pedagógico-catequético não implica, por sua natureza mesma, em negar o discurso da modernidade, notadamente sobre o que diz respeito às inovações técnico-mecânicas. Produzir em série os exemplares de seus manuais pedagógicos, por exemplo, valendo-se do maquinário tipográfico apropriado, não representa a negação dos dogmas, nem do valor sagrado das Escrituras. Este é um aspecto de grande importância neste trabalho de pesquisa, pois, demonstra que a problemática levantada, vale dizer, o estranhamento manifestado ao longo do processo de leitura e análise dos documentos quanto a ausência das ordens religiosas no campo educacional em Sergipe no período

---

<sup>164</sup> A partir do século XV, e sobretudo nos séculos XVI e XVII, apesar da persistência da atitude medieval de indiferença à idade, o colégio iria dedicar-se essencialmente à educação e à formação da juventude, inspirando-se em elementos de psicologia que eram encontrados e que hoje reconhecemos em Cordier, na *Ratio* dos jesuítas e na abundante literatura pedagógica de Port-Royal. Descobriu-se então a necessidade da disciplina: uma disciplina constante e orgânica, muito diferente da violência de uma autoridade mal respeitada. Os legisladores sabiam que a sociedade turbulenta que eles comandavam exigia um pulso firme, mas a disciplina escolar nasceu de um espírito e de uma tradição muito diferentes. A disciplina escolar teve origem na disciplina eclesiástica ou religiosa; ela era menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual, e foi adotada por sua eficácia, porque era a condição necessária do trabalho em comum, mas também por seu valor intrínseco de edificação e ascese. (ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, RJ: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981, p. 5).

<sup>165</sup> SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954, p. 225.

colonial, entre os séculos XVI e XVIII. A Igreja não respondeu ao discurso humanista com o retraimento e o silêncio. Pelo contrário, permaneceu operante no campo pedagógico, mantendo ações continuadas e organizadas de formação escolar. No caso dos *Jeromitas*, estes são considerados precursores dos padres da Companhia de Jesus. Grandes pensadores receberam seus primeiros ensinamentos nas escolas abertas pela ordem dos Irmãos de Vida Comum. A exemplo de Erasmo de Rotterdam, Thomas de Kempis e Sturm. Os professores dessa ordem souberam conciliar linhas de pensamento e de visão de mundo:

Os Jeromitas conciliaram a cultura humanista com a educação cristã, sendo, por isso, considerados como precursores dos Jesuítas. Nos seus métodos de ensino se inspirou, mais tarde, Sturm, ao organizar seu famoso ginásio de Strasburgo. Os jeromitas foram, assim, a partir do Renascimento, os primeiros e mais autênticos representantes do humanismo pedagógico cristão. Apesar de terem copiado seus processos de educação, os reformistas não respeitaram esses benfeitores da infância. Eles os perseguiram e se apoderaram de suas escolas. No século XVII, essa admirável sociedade de educadores, que tantos benefícios havia prestado às novas gerações, não mais existia. Mas o seu exemplo seria seguido por novos apóstolos da educação cristã.<sup>166</sup>

O testemunho de Miranda afigura-se como essencial como apoio à argumentação do presente estudo quanto a necessidade de uma **arqueologia** das práticas pedagógico-catequéticas. Mais de uma obra minimiza o papel da Igreja no campo pedagógico a partir do século XVI. O humanismo antropocentrista prevalece e a idéia de que o pensamento educacional liberta-se das sombras do medievo, caminhando em direção à laicização é tida como representação da condição esclarecedora em que se encontra o indivíduo:

Mudam assim os fins da educação, destinando-se esta a um indivíduo ativo na sociedade, liberado de vínculos e de ordens, posto como *artifex fortunae suae* e do mundo em que vive; um indivíduo mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas conseqüências. Mas mudam também os meios educativos: toda a sociedade se anima de locais formativos, além da família e da Igreja, como ainda da oficina; também o exército, também a escola, bem como as novas instituições sociais (hospitais, prisões ou manicômios) agem em função do controle e da conformação social, operando no sentido educativo.<sup>167</sup>

Entende-se caber ao presente estudo uma crítica a esta observação de Franco Cambi no que ela traz de intenção do absoluto. Ainda que não se tenha por que questionar a mudança ocorrida nos fins da educação, este processo não ocorre de forma tão profunda e generalizada

---

<sup>166</sup> SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954, p. 225-226.

<sup>167</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 198.

como se pretende freqüentemente. Indústria e comércio são campos que se expandem e se definem, pelo menos, em suas características mais elementares. Contudo, o discurso pedagógico-catequético se mantém e, em certas condições, permanece amplamente operante e fortalecido, como, por exemplo, quando a Igreja se alia ao Estado moderno nascente <sup>168</sup>. A necessidade de se proteger dos seus (não raro violentos) opositores, faz com que a Igreja tome o partido dos reis católicos. A estratégia, inclusive, exige que não se atenha apenas aos limites do continente europeu: “Revitalizada, em parte, com essas medidas, a Igreja católica buscou manter os espaços políticos que ainda possuía e ocupar novos espaços, em especial no Novo Mundo recém-descoberto, o que a levou a estar presente em todas as regiões do globo”. <sup>169</sup> O discurso religioso da Igreja Católica é também um discurso de poder, <sup>170</sup> assim, como uma instituição reconhecida em suas forças, é percebida e recebida pelo Estado, permanecendo viva e atuante na modernidade, impondo-se não como antípoda desse tempo, mas, sim, como parte dele, inserindo-se em outros campos.

No capítulo que se segue, realizar-se-á uma breve leitura e análise da presença da Igreja Católica no Brasil Colonial, mas especificamente das suas práticas pedagógicas. No mesmo capítulo iniciar-se-á a leitura e análise da presença das ordens religiosas na capitania de Sergipe Del Rey e o significado dessa presença no campo das práticas educacionais.

---

<sup>168</sup> A história tem um sentido? A filosofia cristã estabeleceu como linha de interpretação a vontade divina; é sob essa ótica que os historiadores pensam e escrevem durante a Idade Média e a Idade Moderna, desde Santo Agostinho até Bossuet. (CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 145).

<sup>169</sup> BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o nascimento do Estado moderno** – Aspectos históricos e teóricos. Injuí, RS: UNIJUI, 2008, p. 78.

<sup>170</sup> A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 43).

## Capítulo II

### A presença da Igreja Católica no Brasil Colonial e as Práticas Educativas – uma visão geral

A História da Educação no Brasil se confunde com a história de colonização do país e ambas com a presença da Igreja Católica em terras brasileiras. Considerando-se as informações sobre descoberta e os primeiros aldeamentos, leva-se em conta, também, a presença dos primeiros religiosos, agentes representantes de suas respectivas Ordens, em solo brasileiro:

A fé cristã e a Igreja Católica apareceram na costa brasileira, no raiar do século 16, pelas mãos do Padroado Português Ultramarino. Os portugueses que descobriram as terras brasileiras e que nela se estabeleceram, colonizando-a gradualmente, trouxeram também a sua fé cristã e transferiram para a colônia boa parte da organização eclesiástica que já tinham no reino, bem como aplicaram com grande desenvoltura o Regime do Padroado régio que devia ser introduzido nas terras ultramarinas de Portugal. A Igreja que nasce no Brasil do século 16 torna-se, a certo modo, uma extensão daquela Igreja Católica que existia em Portugal, com todas as suas características de expressar a fé cristã.<sup>171</sup>

Não há dúvida de que a Igreja Católica no Brasil irá reproduzir os significados de poder espiritual e temporal que vogam no Reino. Tanto mais quando o poder real português é amplificado pelo Chefe da Igreja:

Por decisão do próprio Romano Pontífice, o rei de Portugal, D. Manuel, fora constituído chefe e padroeiro de todas as igrejas nas possessões portuguesas ultramarinas, com responsabilidades eclesiásticas extremamente abrangentes. Sendo ele Mestre da Ordem de Cristo, tinha herdado uma série de privilégios que estavam vinculados a essa instituição eclesiástica, e que conferiram ao superior dessa Ordem Militar largos poderes e direitos sobre as terras do ultramar português. Dentre esses privilégios, o mais importante era a jurisdição eclesiástica sobre suas conquistas.<sup>172</sup>

A Igreja Católica, na época do descobrimento, era uma instituição estruturalmente relacionada com o poder temporal, a Coroa Portuguesa. Durante o período colonial, os reis de Portugal e de Espanha foram favorecidos com privilégios que a Santa Sé lhes concedeu. Tais privilégios também distinguiram a corte portuguesa no Brasil - Império.

---

<sup>171</sup> KUHMEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil**: de 1500 a 1552. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 25.

<sup>172</sup> KUHMEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil**: de 1500 a 1552. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 25.



Eis aqui um dos motivos que nos diferenciam do homem do século 16, de sua mentalidade política e do exercício dos poderes civis e eclesiásticos. Naquela época, seguindo os ditames de uma ordem social e política medieval, sob o regime da cristandade, as questões religiosas e políticas estavam intimamente entrelaçadas; os interesses religiosos e missionários da Igreja Católica e os interesses políticos e econômicos dos diversos reinos que compunham a cristandade européia eram tratados de uma forma confusa, sem que fossem feitas as devidas distinções entre aquilo que era de competência das autoridades eclesiásticas e o que era de competência dos príncipes.<sup>173</sup>

Nestas condições a Coroa tinha o poder de interferir, de gerenciar as atividades religiosas, principalmente no tocante às atividades relacionadas com a administração, com o Direito e a economia:

Representam os jesuítas, no século XVII e pelo primeiro quartel do XVIII, o que a iniciativa privada tinha de mais lúcido e engenhoso nas colônias tropicais; foram, deveras, os primeiros colonos que se ajudaram da ciência e exploraram tecnicamente as riquezas do solo; e deram aos demais moradores os tipos para o seu trabalho racional – que no século XVIII quase em nada se parecia já com o trabalho primitivo e indígena, do XVI. Os jesuítas eram, nos diversos climas, produtores de couros e peles (Piauí), de cacau (Pará), de açúcar (Maranhão e Bahia, Recife e Rio de Janeiro), de algodão (Goiarás, etc.), de erva-mate (Paranaguá e Missões); e tinham engenhos-modelos, um sistema de cooperação com os homens do campo, a sua distribuição movimentada pelo entendimento entre os colégios de todo o mundo, e conduzida pelo gênio mercantil, que os ilustrou no século XVII. Eram preferidos pelos moradores, e mesmo pelo governo, para depositários dos seus haveres, e as urcas<sup>174</sup> e caravelas da Companhia de Jesus navegavam as mercadorias produzidas em todos os seus estabelecimentos, desde os rios das Amazonas até as “reduções” meridionais. Aí, sem prejuízo dos seus fins religiosos, ou para melhor os cumprir entre as populações selvagens, imaginaram (1605–1610) a organização social, que lhes inspirara a história clássica – das missões uruguaias. Foram, nos séculos XVII e XVIII, as formas coloniais mais discutidas e admiradas do mundo civilizado.<sup>175</sup>

Ora, o *corpus* religioso da Igreja Católica percebe-se constituído por indivíduos reconhecidos (em seus direitos e deveres) como funcionários da Coroa, inclusive, os que vieram ao Brasil para participar do processo colonizador:

A Igreja delegava aos monarcas dos reinos ibéricos a administração e a organização da Igreja Católica em seus domínios. O rei mandava construir igrejas, nomeava os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa. Assim, a estrutura do Reino de Portugal e de Espanha tinha não só uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. Com a criação do Padroado, muitas das atividades características da Igreja Católica eram,

<sup>173</sup> KUHMEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil**: de 1500 a 1552. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 302.

<sup>174</sup> Embarcação a vela com dois mastros, larga e de fundo chato, usado principalmente pelos holandeses para transporte de carga.

<sup>175</sup> CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 120.

na verdade, funções do poder político, particularmente a Inquisição, que, nos reinos ibéricos, funcionou mais como uma polícia do que a partir da função religiosa inicial. Qual seria o sentido do padroado para a evangelização do Brasil nos primórdios da colonização? O sentido para a implantação da ordem do padroado no Brasil se convergia em dois motivos pertinentes, a expansão das fronteiras e a propagação da fé católica, como pressuposto necessários da colonização das novas terras descobertas. As normas impostas pelo padroado anulavam qualquer tipo de manifestação autônoma da Igreja no Brasil. É pertinente mencionar que a situação da Igreja, sob a égide do padroado português, durante aquele período fazia parte do processo de colonização desenvolvido pela metrópole.<sup>176</sup>

O que se conclui, portanto, é que a presença da Igreja Católica no Brasil Colonial e sua missão pedagógica, formadora, não podem ser pensadas separadamente. A realidade da colonização pressupõe inequivocamente outro: o da conversão. Esta, compreendida como uma mudança gradual (normalmente conflituosa) de crenças e costumes. Esta prática conformadora pensada de imediato, quando os primeiros colonos, incluindo os religiosos, aqui aportaram. Segundo Alceu Kuhnen:

Desde o tempo do descobrimento, já existia uma vaga intenção dos portugueses de conquistar os gentios das terras do Brasil para torná-los cristãos e sujeitá-los aos seus domínios. No primeiro período da colonização, de 1532 a 1549, pouco se fez para atrair os gentios. Mas, pouco a pouco, foi se impondo a idéia de pacificar, amansar e atrair os gentios, sujeitando-os ao domínio português, bem como transformá-los em súditos fiéis de sua majestade D. João III, e fazê-los partícipes da religião cristã.<sup>177</sup>

O processo de conversão implica que o conversor possa se comunicar eficientemente com o convertido. É preciso que o primeiro, através dessa comunicação, consiga inculcar novos valores, totalmente desconhecidos ao segundo, mas, que dali em diante, nortearão sua conduta pessoal, sua visão de mundo e sua convivência com os semelhantes. A conversão implica, portanto, num conjunto de métodos que asseguram a adaptação recíproca do conteúdo informativo aos indivíduos que se deseja formar. A educação não deveria ter em mira apenas a conversão dos pagãos, dos índios. Ao chegarem, os jesuítas se depararam, em Pernambuco, por exemplo, com grande movimentação e desenvolvimento. Isso os impressionou. Entretanto chamaram à atenção dos religiosos as condutas condenáveis manifestadas por leigos e clérigos que aqui já se encontravam. Segundo Kuhnen, os jesuítas:

<sup>176</sup> OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Entre a coroa e a cruz: a igreja colonial sob a égide do padroado. In *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008, p. 12-13.

<sup>177</sup> KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 311-312.

já tinham tomado a peito o propósito de purificar os costumes dos cristãos que estavam habitando as capitanias da costa brasileira. Por isso, assim que chegaram a Pernambuco, logo perceberam a grande desordem moral, expressa na prática generalizada da mancebia dos homens portugueses com as índias da terra. Ao lado desse pecado público, existia outro que se evidenciava mais fortemente aos olhos dos jesuítas, que era a prática da escravidão dos indígenas de forma ilícita e, conseqüentemente, injusta, por que capturavam os indígenas sem razão. Isso era, segundo o dizer dos padres, contrário ao direito romano e às normas canônicas.<sup>178</sup>

Numa concepção mais geral, pode-se entender o conceito de educação como: a aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano. No que diz respeito à educação no Brasil, notadamente nos primeiros momentos da colonização, buscava-se, antes de tudo, disseminar a cultura do europeu, católico, conquistador.

Os representantes religiosos dessa cultura estavam autorizados e preparados para se utilizar de uma poderosa (e principal) ferramenta nas práticas educativas: a palavra. Mais especificamente, iriam valer-se da sermônística, discurso capaz de inculcar com eficiência os novos valores, como já foi observado anteriormente.

É em Hansen que se encontra um exemplo do que o discurso pode realizar, e como um raciocínio que se realiza por meio de movimento seqüencial indo de uma formulação conceitual a outra, segundo um encadeamento lógico e ordenado, se fez valer entre os gentios. Os jesuítas, precursores das práticas educativas, ensinam para salvar, e tal objetivo responde às orientações da Ordem:

Como se lê nas cartas de Manuel da Nóbrega e na obra sermônística e teatral de Anchieta, no século XVI, a comunicação oral da doutrina para uma audiência compostas de índios, africanos e colonos portugueses punha em circulação os Exercícios Espirituais, de Inácio de Loyola, além de ritos e cerimônias da *tradio*, textos das *Escrituras* e comentários canônicos.<sup>179</sup>

Mas, além de defender os gentios das práticas pecaminosas (principalmente referente às índias) dos colonos portugueses, os jesuítas tratam, também, de estabelecer as bases pedagógicas que dão suporte ao discurso da conversão e salvação. Assim é que, de acordo com Kuhnen:

<sup>178</sup> KUHNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil**: de 1500 a 1552. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 350.

<sup>179</sup> HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 33

Assim que a igreja do Salvador foi inaugurada, no dia 1º de novembro de 1549, foi também ereta a primeira igreja matriz, tendo como paróquia toda a cidade de Salvador e suas imediações, e como vigário fundador o Pe. Manuel Lourenço. Somente em 1552, o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha viria a erigir a Igreja Nossa Senhora da Vitória em igreja matriz de Vila Velha. Os padres e irmãos da Companhia começaram a fazer os primeiros contatos com os gentios, fundando a sua escola de ler e escrever, e arregimentando os primeiros meninos para formar o colégio da Bahia. Esse colégio foi construído num terreno entre o muro da cidade de Salvador e a aldeia indígena mais próxima. No ano de 1551, o colégio começou a ser construído, bem como a igreja da Ajuda, que foi erguida ao lado do colégio.<sup>180</sup>

Outro trecho de *História da Civilização Brasileira*, de Pedro Calmon ilustra bem as práticas pedagógicas dos colonos jesuítas:

A instrução era jesuítica. Só os jesuítas fundaram colégio (“colégios” e “residências” chamavam-se as suas casas), só eles tinham “classes”, donde serem “clássicos” os autores aí estudados, só eles ministravam o ensino elementar, de acordo com o *Ratio Studiorum*, que modificara o método da Universidade de Paris – ensino integral, concêntrico, progressivo, aristotélico, igualmente de humanidades, moral e ginástica. Em 1681 os homens da governação da Bahia chegaram a pedir a el-Rei a equiparação do colégio local com a universidade de Évora, como lhes parecia justo... Por isso em Minas, onde não se estabeleceram jesuítas, em 1770 não havia sequer uma escola. Professores incomparáveis – bem o salientou Macaulay; uniformidade da sua pedagogia não podia, entretanto desenvolver idéias estranhas à disciplina moral e à ordem estabelecida. Fora do Brasil eles propagaram as maravilhas do nosso mundo e, por amor à catequese, o elogio do índio, causa inocente de uma revolução filosófica, qual a do século XVIII. No Brasil, ajudaram a florescer uma literatura paisagística e gongórica que cultuava a terra, fazendo-lhe o bem de reputar o clima tropical que os povos da Europa consideravam, vagamente, a zona hórrida dos calores e feras mitológicas.<sup>181</sup>

Contudo, outra Ordem religiosa, a dos franciscanos inicia seu trabalho de evangelização, o que inclui as práticas educativas. Kuhnen destaca um caso em que franciscanos são convocados a tentar a conversão de índios *tupiniquins*:

Para a conversão desses indígenas, o donatário conseguira trazer à sua capitania dois frades da Ordem de São Francisco. Conforme os autos da Inquisição de Porto Seguro, esses dois frades seria, Frei Jorge (ou Roque) e Frei Diogo, apresentados como dois virtuosos e muito respeitados sacerdotes da Ordem de São Francisco.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> KUHNNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 375.

<sup>181</sup> CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Cons. Editorial, 2002, p. 134.

<sup>182</sup> KUHNNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 390.

Entretanto os dois religiosos não lograram êxito. Pelo contrário, se desentenderam com o donatário, e um deles findou por morrer afogado ao tentar atravessar um rio.

O evento, entretanto, possibilita, aqui, neste estudo, que se assinale a desproporcional produção de estudos entre a ordem jesuítica e as demais ordens. Tal inquietação alcança vários pesquisadores.

É o caso Luiz Fernando Conde Sangenis, pesquisador que levanta a seguinte questão:

A História da Educação brasileira, dando ênfase ao exclusivismo da atividade missionária/educacional da Companhia de Jesus, a partir de sua chegada à Bahia, em 1549, marginalizou o protagonismo de “outras” Ordens Religiosas. Na cena educacional brasileira do período colonial, beneditinos, carmelitas, mercedários, franciscanos são praticamente ignorados ou silenciados. Quais as possíveis explicações para esse estranho e generalizado silenciamento sobre a matéria?<sup>183</sup>

Segundo Sangenis, tal silenciamento não se justificaria no campo dos estudos sobre a história da educação no Brasil, pois:

O franciscanismo, enquanto importante patrimônio da nossa tradição ocidental, é capaz de inspirar novos caminhos para a civilização. Por causa de sua plasticidade e de sua permeabilidade, é suscetível de amalgamar-se a uma série de outras formas de pensar. Nesse aspecto, o franciscanismo é fecundo em possibilidades instituintes. O universalismo franciscano, por sua própria essência, tende a realizar-se aberto à pluralidade e acolhedor à diferença, não obstante o universalismo também implicar a relativização de particularismos, à medida que enfatiza a valorização de identidades abstraídas das formas culturais que se julgam comuns.<sup>184</sup>

Sangenis registra as práticas educativas dos franciscanos a partir dos dados coletados em sua pesquisa. As informações quebram algo da linearidade dos estudos que pendem para a pedagogia jesuítica e dão pouca ênfase (quando citam) às práticas educativas exercidas por outras ordens que se estabeleceram durante o período colonial no Brasil:

Em 1585, quando foi criada a Custódia de Santo Antônio do Brasil, com sede em Olinda, Pernambuco, os franciscanos, ali chegados, logo encetaram a catequese entre os indígenas vizinhos a Olinda. Em 1586, fundaram um internato para os curumins onde, além de aprenderem a doutrina cristã, eram

---

<sup>183</sup> SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF – Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Aprovada em 22 de setembro de 2004.

<sup>184</sup> *Op. Cit.* p. 20.

ensinados a ler, escrever, fazer contas, cantar e tocar instrumentos musicais. Os alunos do internato acompanhavam os missionários nas viagens às diferentes aldeias ajudando no ensino do catecismo e encontrando os termos adequados e as comparações próprias para explicarem aos adultos os conceitos da religião cristã.<sup>185</sup>

Era uma época de descoberta entre culturas. Tempo de conquistas em nome de um poder que buscava assenhorear-se de bens materiais e recursos humanos em quantidade. No caso da colonização portuguesa no Brasil, esse processo implicou, também, na consolidação das bases da Igreja Católica nas novas terras. Segundo Kuhnen:

A formação da Igreja Católica no Brasil e sua expansão missionária aconteceram dentro do processo de colonização portuguesa e sob regime de Padroado do rei João III. Dentro desse sistema, levado a efeito pelo padroado português, as primeiras paróquias foram implantadas *pari passu* com as respectivas capitanias que foram criadas ao longo da costa. Ao mesmo tempo em que os capitães instalavam-se em suas capitanias, o Padroado Régio fundava nessas capitanias os benefícios paroquiais com seus respectivos vigários, conferindo-lhes a jurisdição sobre um território que correspondia, no início, ao território de cada capitania.<sup>186</sup>

A Igreja, também como um braço administrativo da Coroa, envolveu-se, através de seus agentes representantes, em vários aspectos da nova vida em sociedade que passava a existir na colônia. Os padres jesuítas deram-se conta de que deveriam agir como inspetores morais, dada à extrema lascívia das relações mantidas entre colonos e gentios. E entre os colonos que se encontravam nessas condições permissivas percebia-se um grande número de religiosos.<sup>187</sup>

O autor de *As origens da Igreja no Brasil*, contudo, observa (não obstante a subsequente ressalva) que os contatos sexuais entre colonos e gentios, aos condenados, redundou numa maior facilidade em se disseminar o discurso da Igreja Católica:

Em todo o caso, essas uniões dos portugueses com as índias, que trouxeram ao mundo uma enorme prole de mestiços, contribuiu fortemente para a propagação da fé cristã, fazendo com que todas essas índias e seus filhos fossem imediatamente batizados e integrados na Igreja Católica. Porém, essas conquistas religiosas que permitiram a propagação da fé cristã entre os gentios da terra, atraindo as índias e seus filhos mestiços à Igreja Católica pelo batismo, ao contrário dos mais elementares costumes cristãos, da moral

---

<sup>185</sup> SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF – Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Aprovada em 22 de setembro de 2004. p. 35

<sup>186</sup> KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552*. Bauru, SP: Edusc, 2005, 461.

<sup>187</sup> KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 468.

sexual e familiar, puseram a nu as contradições e ambigüidades desse método missionário aplicado pelos colonizadores. Por certo que era um método eficaz em termos de conversão, pois um grande número de gentios foi batizado e integrado na Igreja. Porém, tanto as índias convertidas quanto os cristãos portugueses que viviam maritalmente unidos a elas acabavam colocando-se à margem do caminho da salvação, perdendo a graça santificante – efeito supremo da conversão e do batismo – preferindo permanecer no pecado do adultério ou da mancebia.<sup>188</sup>

Diante desse quadro de graves distorções sociais e culturais que, por conseqüência, descambava no desvio espiritual, a *pedagogia da catequese* foi, finalmente, percebida como instrumento mais apropriado aos fins da Coroa e da Igreja:

Por fim, em 1549, foi enviado ao Brasil um grupo de três padres e dois irmãos da Companhia de Jesus. Estes não receberam provisão para exercer os cargos de vigário nem de capelão das igrejas já fundadas nos povoados portugueses, mas, segundo as orientações recebidas do monarca, deviam iniciar um trabalho missionário junto aos nativos, para convertê-los e trazê-los à fé católica. Os padres e irmãos jesuítas, sustentados por generosos sufrágios régios, podiam fundar casas religiosas e colégios para instruir os índios na doutrina cristã e nas letras. Além disso, nos primeiros tempos, enquanto se estabeleciam na terra e aprendiam as línguas dos nativos, os padres colocaram-se a serviço do povo cristão nas paróquias, auxiliando os vigários e capelães nas pregações, nas celebrações das missas e no atendimento das confissões. Em todos os lugares onde erigiram uma casa e um colégio, no meio das povoações portuguesas, também procuraram erguer uma igreja para melhor atender aos escravos e os indígenas que vinham até eles. Esses sacerdotes, movidos pelo zelo religioso e pela disponibilidade apostólica, promoveram um verdadeiro renovamento espiritual e moral das comunidades cristãs de toda a costa brasileira e fizeram um grande trabalho missionário com os indígenas dessa mesma região.<sup>189</sup>

Evidentemente, ao evangelizar, converter e, em termos, alfabetizar, os missionários reproduziam o discurso de dominação proposto pela Coroa e ratificado pela Igreja Católica. Salvar os indígenas da escravidão e da promiscuidade; atender melhor aos escravos e erigir casas, colégios e igrejas foram práticas elogiáveis, se vistas por certa perspectiva, já que as alternativas a isso poderiam se revelar (como de fato ocorreu) muito piores. Todavia, a presença dos religiosos jesuítas não pode deixar de ser percebida como uma representação do movimento de conquista:

A insensibilidade das autoridades eclesiásticas diante das diversas culturas, insistindo sempre numa uniformidade latina e romana, era vista, naquela

<sup>188</sup> KUHNNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 470.

<sup>189</sup> KUHNNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 501-502.

época, como uma característica essencial da catolicidade e da unidade da unidade da Igreja. Permitiam-se algumas exceções em certas manifestações da fé popular, nas quais os cristãos podiam se exprimir na sua própria língua e nas suas peculiaridades culturais.<sup>190</sup>

E Kuhnen continua concluindo que:

Isso quer dizer que, aos olhos do clero católico da época, era impensável fundar uma igreja que quisesse ser reconhecida católica, em qualquer ponto do ultramar português, radicada no meio de outros povos com diferentes culturas, que não mantivesse as mesmas características da Igreja Católica europeia e romana. Não havia nenhuma possibilidade para uma inculturação<sup>191</sup>, do modo como entendemos hoje.<sup>192</sup>

Tais práticas visavam, portanto, a monitoração, a fiscalização minuciosa, buscando se fazer obedecer, atendendo à determinadas expectativas alimentadas pela Coroa e pela Igreja, impondo novas normas e convenções sociais. Segundo a pesquisadora Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro,

Reverberando no Brasil colonial, a atuação da Igreja teve como premissa básica, essa ‘pedagogia’ que doutrinava, justificava a doutrina, fiscalizava e punia. Isso aconteceu, na maioria das vezes, por intermédio das ordens religiosas aqui instaladas, como as ordens dos carmelitas, mercedários, franciscanos, e, prioritariamente, os jesuítas, principais propagadores da fé e da Igreja Católica em todo o Reino Português. Estes últimos, com uma organização escolar mais ‘eficiente’, tiveram colégios espalhados por todo o Brasil e atuaram, não só na educação, mas, em todas as instâncias da vida colonial até o advento da política pombalina, quando foram expulsos, em 1759.<sup>193</sup>

Educando para converter e salvar, os religiosos de diferentes ordens traziam consigo a proposta de reorganização social, cultural, econômica e política. Pois, ainda que o discurso imediato fosse a coleta de almas trazidas à graça, direcionadas para Deus, o lastro dessa prática educativa era constituído por um conjunto de elementos concretos e abstratos, intelectualmente organizados e concebidos como crenças, objeto de reflexão, de convicção, unidos por uma doutrina. Sobre isso observa Casimiro:

<sup>190</sup> KUHNNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 506.

<sup>191</sup> O termo não é reconhecido pelos dicionários.

<sup>192</sup> KUHNNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p.506.

<sup>193</sup> CASIMIRO, A. P. B. S. Pensamentos Fundadores na Educação Religiosa do Brasil Colônia. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas - SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006, p. 5.



Nesse sistema, gozava de importância fundamental a educação religiosa<sup>4</sup>, que era ministrada indistintamente a todas as classes, porém com ênfases diferenciadas. Aliás, como já dissemos, além de uma educação religiosa ministrada nas obras da catequese, nas missões e nos colégios, havia, precedentemente, uma verdadeira pedagogia religiosa, que regulava toda a vida colonial. Na Bahia, garantindo a eficácia dessa pedagogia cristã, o ensino doutrinário era matéria prevista a partir de 1707, nas mencionadas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, constituindo-se como prática obrigatória e vigente, em todo o âmbito social, desde a época do descobrimento. Era o fermento e a justificativa maior da existência daquela formação social que se dizia predestinada para ‘Dilatar a Fé e o Império’ católicos. Dilatar a Fé era um compromisso da Igreja, mas era, também, um dever do Reino. Dilatar o Império era um objetivo conquistador do Reino, mas era inteiramente do interesse da Igreja, a qual via ampliar-se o espaço para a propagação da Fé, uma vez que, na visão da conquista, o ‘novo orbe cristão’ era aquele espaço no qual a Fé iria vencer a ‘infidelidade’. Entretanto, na preocupação com a dilatação do Império, muitas vezes a Igreja era atropelada nos seus princípios teológicos e objetivos evangelizadores, e submetida aos interesses temporais, em detrimento dos espirituais.<sup>194</sup>

A autora, não obstante defender que esse tipo de prática educacional privilegiava pequenos grupos, reconhece que a *pedagogia da catequese* alcançava a todos:

De modo geral, essa pedagogia religiosa (na sua essência), e essa educação religiosa, (de ordem prática, composta de catequese, normas religiosas impostas e obrigatórias, doutrinação, castigos, representações imagéticas, rituais, cultos e, prioritariamente, a pregação), no Brasil colonial foram, talvez, as formas mais eficientes de ‘educação para a vida’ daquele tempo, pois preparavam, simultaneamente, os senhores e os escravos, os possuidores e os despossuídos, os poderosos e os subjugados, os mestres e os alunos. Educavam, portanto, para a perpetuação da instituição Igreja Católica, para o êxito da empresa colonial, para a manutenção do *status quo* de um pequeno grupo e para a instauração de formas de mentalidades e representações que ultrapassaram as barreiras daquele período e que perduram, até hoje, como traços característicos da sociedade brasileira. Educavam, enfim, ‘para a maior glória de Deus e da Igreja’.<sup>195</sup>

Na verdade, se crê, neste trabalho, no qual se busca desenvolver o tema proposto (**As ordens religiosas e as práticas educativas em Sergipe Del Rey**: uma ausência pedagógica), que nem mesmo no período tratado as relações foram simplificadas em dois pontos extremos do corpo social, numa estratificação uniforme e seqüenciada. Considerando,

<sup>194</sup> CASIMIRO, A. P. B. S. Pensamentos Fundadores na Educação Religiosa do Brasil Colônia. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas - SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006, v., p. 6.

<sup>195</sup> CASIMIRO, A. P. B. S. Pensamentos Fundadores na Educação Religiosa do Brasil Colônia. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas - SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006, v. p. 7.

a título de exemplo, as informações dispostas por Kuhnen, as práticas condenáveis sob o conceito de conduta moral sustentado pela Igreja Católica não deixavam de ocorrer. Os agentes agiam, estruturavam ao tempo em que também eram estruturados. Campos<sup>196</sup> em intersecção interagem. Outros poderes, em maior ou menor grau (de acordo com o tipo de *capital* detido), respondem ao poder maior, este caracterizado pela detenção de grande capital cultural, social e econômico.

A interpretação dos  *fatos*  à luz de uma corrente teórica exhibe os traços desta corrente, realça seus gestos. Não parece caber, nesse estudo, uma dedicação à polêmica, ao embate pretensamente puro e simples. Guy Bois, em  *Marxismo e História Nova*  observa que:

Naturalmente, essas duas correntes não podem ignorar-se. Alimentadas, ambas, pela mesma rejeição de uma prática histórica antiquada, elas caminham lado a lado, por vezes misturam suas águas, mas, também, rivalizam tanto em ardor como em desconfiança recíproca. Sua confluência ainda parcial, confusa e tumultuosa será, talvez, o grande acontecimento historiográfico desse fim de século; ela já é um fenômeno fascinante, quando mais não fosse pelo entrelaçamento das relações de alianças e de conflitos que trazem consigo. Pode-se afirmar também que, a curto prazo, o destino do materialismo histórico dependerá em larga medida do desenlace de seu confronto com a “história nova”. Seus conceitos são submetidos à prova dessa renovação metodológica. Nos últimos vinte anos, a visão dos modos de produção pré-capitalistas modificou-se profundamente. Isso justifica um exame atento da confluência entre marxismo e “história nova”.<sup>197</sup>

No âmbito da pesquisa aqui pretendida, os documentos possíveis de ser considerados como tais se encontram em diversos formatos. Cartas, bilhetes, ementas, relatórios, solicitações, representações, requerimentos, consultas, provisões régias, pareceres, representações, avisos, certidões e outros. E, nestes, outras possibilidades documentais se revelam: as relações de poder, ganhos e perdas de capital social e cultural. Sobre o conceito de documento, diz Le Goff:

A memória coletiva e a sua formação científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os  *documentos*  e os  *monumentos* . De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do

<sup>196</sup> “A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada”. (BOURDIEU, Pierre.  *Os usos sociais da ciência* . São Paulo: UNESP, 2004, p. 20-21).

<sup>197</sup> BOIS, Guy.  *Marxismo e história nova* . In:  *História nova* . LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. Org. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 324-325.

mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores.<sup>198</sup>

O período histórico sobre o qual se debruça no presente estudo é marcado pelo processo colonizador. Época de conquistas e de dominação. No geral, não muito diferente de outros tempos na história. Entretanto, as ciências se colocam a serviço da evolução dos transportes náuticos e do armamento. Dispositivos de orientação (bússola, astrolábio, sextante, luneta) e de uma metalurgia em franca ascensão (evolução das técnicas de produção do aço<sup>199</sup>). O que significa maior poder de mobilidade, de sobrevivência, de persuasão mediante o uso do fogo de guerra.

No tocante à esta pesquisa, é o poder da palavra, o objeto de interesse. No processo de conquista e colonização, o discurso, a retórica, se revelam armas poderosas. Como já foi observado antes: o civilizar através do conjunto coerente de idéias fundamentais que dão corpo à doutrina.

A educação, nesse sentido, com íntima relação com a proposta salvacionista, é o processo que conforma socialmente um mundo recém-descoberto. Quanto a este aspecto lê-se em Michel de Certeau:

O saber se torna, para a sociedade religiosa, na sua catequese ou nas controvérsias, um meio de se definir. A ignorância designa uma indecisão ou um no *man's land* de agora em diante intolerável, entre os "corpos" em conflito. A verdade aparece menos como aquilo que o grupo defende, do que aquilo através do que ele se defende: finalmente, é o que ele faz, sua maneira de representar, de difundir e de centralizar o que é. Opera-se uma mutação que inverte os papéis recíprocos da sociedade e da verdade. Ao final, a primeira será o que estabelece e determina a segunda. Desta maneira se prepara uma relativização das "verdades". Mais precisamente, elas funcionam de um modo novo. As doutrinas logo serão consideradas como efeitos, depois como "superestruturas" ideológicas ou instrumentos de coerência próprios e relativos às sociedades que os produziram.<sup>200</sup>

Educar é, então, reafirma-se aqui, preparar o pagão para a conversão e, conseqüentemente, para o ingresso no universo da Cristandade. E, no caso, uma Cristandade Católica, representada nas colônias mediante suas Ordens. Coroa e Igreja dar-se-ão as mãos neste monumental projeto:

<sup>198</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525.

<sup>199</sup> Ficaram famosas na história as espadas feitas com aço toledano.

<sup>200</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.117.

É preciso observar em primeiro lugar que a idéia de implantar no Brasil a Cristandade, constitui uma das idéias fortes da presença dos religiosos no Brasil. Embora se deva acenar à presença esporádica de alguns religiosos nas primeiras décadas (sobretudo franciscanos), é a partir de 1549 que se oficializa a vinda dos religiosos com a chegada do primeiro grupo da Companhia de Jesus. O que vai caracterizar as atividades dos religiosos nesse período é a *dependência do projeto colonial lusitano*. É o rei quem dirige os destinos da Igreja do Brasil nos últimos séculos, por força do padroado. O catolicismo é a religião oficial trazida para a colônia. O Brasil se constitui assim numa cristandade “dependente” de Portugal, embora seja necessário destacar também suas características próprias. A Igreja se estabelece no Brasil mediante a orientação da Coroa, através da Mesa da Consciência e Ordens. A Cristandade une ao mesmo tempo interesses políticos e religiosos, e é em nome da cristandade que os religiosos colaboram com o poder civil nas guerras contra os franceses, os holandeses e os gentios.<sup>201</sup>

A união de poderes temporais, seculares, oferece garantias de estabilização às bases do poder espiritual, clerical. Segundo Azzi:

Até 1580, os jesuítas tiveram exclusividade na atividade religiosa no Brasil, como os missionários “oficiais” da Coroa. Caso se queira dar uma maior amplitude ao estudo dos religiosos na cristandade colonial, creio que 1580 é uma data importante para assinalar uma subdivisão, com a anexação da Coroa lusitana à espanhola. Como a atividade dos religiosos está inserida no projeto colonial, essa data marca o início de uma nova perspectiva. O período da união da Coroa lusitana à espanhola (1580-1640), constitui de fato uma porta aberta para o ingresso de novos institutos religiosos. Sua vinda se deve especialmente às solicitações dos moradores da colônia. Tal é o caso dos franciscanos, beneditinos e carmelitas. Ao mesmo tempo em que atendem às necessidades religiosas dos lusitanos aqui instalados, prestigiam com seus conventos as novas vilas em formação. Já no fim desse período, chegam os padres das Mercês, trazidos do Equador por Pedro Teixeira, em sua expedição pela Amazônia.<sup>202</sup>

Não obstante representarem duas forças atuando de forma integrada (ainda que não com os mesmo níveis de valor do capital social e cultural) ou, possivelmente, por esse motivo, Coroa e Igreja se encontrarão em crise de relação. Segundo Azzi, na metade do século XVIII o projeto colonial lusitano se vê ameaçado, principalmente pelas idéias liberais que surgem. A Igreja sente os efeitos dessa mudança:

A dependência de Portugal começa a ser sentida como um peso, e se iniciam os movimentos de luta pela independência, conhecidos sob o nome de

<sup>201</sup> AZZI, Rioldo. História dos religiosos no Brasil. In: **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. AZZI, Rioldo. Org. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 11-12.

<sup>202</sup> AZZI, Rioldo. História dos religiosos no Brasil. In: **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. AZZI, Rioldo. Org. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 12.

inconfidências, conjurações e revoluções. As idéias liberais, reforçadas pelo exemplo dos Estados Unidos (1776) e da França (1789), penetram na burguesia em formação, atraindo muitos clérigos letrados, tanto seculares como religiosos. É efetivamente o período da formação do clero liberal, com ampla participação de religiosos, dentre os quais a figura de frei Caneca emerge como um símbolo sintomático.<sup>203</sup>

Nos campos, os poderes se reconhecem, se medem, se aliam ou se enfrentam. No caso da Coroa e da Igreja, ocorrem as rupturas que se apresentam como movimentos no interior de cada campo, entre os campos e fora deles. Modificações na antiga configuração de poder implicam no rearranjo estrutural de cada poder. Observa Certau que:

A nação se normaliza como uma sociedade de ordens em torno da casa real, que lhe fornece ao mesmo tempo seu centro e, como um espelho, a possibilidade de se representar a ela mesma. Ocorre uma retomada das estruturas religiosas, mas em outro regime. As organizações cristãs são reempregadas em função de uma ordem que elas não mais determinam.<sup>204</sup>

Mas o reconhecimento e apoio mútuo estratégico podem permanecer entre um segmento de agentes representantes de cada campo. É o que demonstra Azzi ao informar que: “O episcopado, por sua vez, permanece fiel ao projeto colonial. Cria-se, assim, uma ruptura dentro da Igreja entre o episcopado defensor dos interesses lusitanos, e o clero liberal, propugnador da independência do Brasil”.<sup>205</sup>

A colônia não fica inerte diante do novo quadro. E isso terá efeitos produzidos, justamente, através da Educação. Pois são aqueles que foram estudar na Europa que trazem as lufadas de renovação característica do pensamento liberal:

Ao mesmo tempo, a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, abre uma nova perspectiva para a cultura luso-brasileira. Em seus estudos na Europa, clérigos e leigos deixam-se influenciar com frequência pelas idéias do iluminismo e do racionalismo, e passam a questionar a cosmovisão sacral da cristandade colonial. A crise não tem apenas dimensões políticas e econômicas, mas também envolve uma dimensão cultural, com reflexo nas concepções teológicas e filosóficas vigentes. O clero liberal nega-se a aceitar a “sacralidade” de uma sociedade que, em última análise, serve aos interesses da Coroa lusitana. Por sua vez, a influência da teologia galicana faz que o clero passe a questionar a legitimidade do poder da Santa Sé. Estabelece-se, assim, certa ruptura tanto em relação ao poder da Coroa como

<sup>203</sup> AZZI, Rioldo. História dos religiosos no Brasil. In: **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. AZZI, Rioldo. Org. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 13.

<sup>204</sup> CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.145.

<sup>205</sup> AZZI, Rioldo. História dos religiosos no Brasil. In: **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. AZZI, Rioldo. Org. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 13.

com relação à autoridade pontifícia. Naturalmente que isso precisa ser bastante matizado com relação a grupos e pessoas.<sup>206</sup>

Rompe-se, portanto, em parte, a servidão da Igreja para com o Reino. Perspectivas outras se anunciam, e o campo religioso sente a atração gravitacional que as convicções próprias do discurso de salvação, atemporal, exercem. As modificações histórico-sociais que se apresentam criam condições propícias para antinomias:

O agir se socializa: ele segue critérios proporcionados à ordem social que se apresenta. Tal é o deslocamento global que se opera – um deslocamento difícil de designar já que a distinção entre política e religião (e não apenas entre temporal e espiritual) é precisamente o que está se produzindo: é pois impossível contar com estes dois conceitos como pilares sólidos e permanentes, em função dos quais uma análise histórica poderia julgar a mudança em curso. Alguma coisa estranha ocorre, entretanto. Os comportamentos religiosos que manifestavam um sentido crítico numa prática social se quebram. Existe uma dissociação entre a exigência de dizer o sentido e a lógica social do fazer. A afirmação de um sentido cristão se isola num dizer e parece cada vez menos compatível com a axiomática das práticas.<sup>207</sup>

A realidade sócio-cultural da capitania de Sergipe Del Rey durante o período que interessa ao presente estudo parece espelhar o quadro descrito por Michel de Certeau. Os documentos que citam igrejas, paróquias e padres se caracterizam, em sua maioria, por solicitações ou avisos sobre situações cotidianas próprias ao campo do profano, do leigo, dos simples. A preocupação com um exercício pedagógico não foi notada.

### **Ordens religiosas e práticas educativas em Sergipe Del Rey – o vácuo pedagógico no discurso catequético**

Sergipe, como parte de uma extensa terra a ser colonizada, conquistada, não é uma exceção no que diz respeito às relações entre as práticas coloniais e as práticas educacionais. Os europeus vieram a estas terras com a intenção, ao que tudo indica, de, principalmente, realizar uma prospecção sobre as viabilidades econômicas do lugar. Tanto no que diz respeito a domesticar a própria terra, como para iniciar as atividades extrativistas. Contudo, não encontraram uma terra desabitada. Uma cultura já se encontrava aqui, na verdade, sendo esta mesma parte do território.

<sup>206</sup> AZZI, Riolando. História dos religiosos no Brasil. In: **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. AZZI, Riolando. Org. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 13-14.

<sup>207</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.150.

Sergipe era habitado, sem dúvida. Segundo a antropóloga Beatriz Góis Dantas:

O espaço geográfico que hoje constitui o Estado de Sergipe, foi ocupado por diferentes povos indígenas que, a exemplo dos demais índios do Brasil, tinham maneiras próprias de organizar-se para explorar a natureza e viverem sociedade. Seus modos de vida, suas línguas, suas culturas resultaram de processos de elaboração gerados no Novo Mundo ao longo de muitos séculos. Ainda hoje há no Brasil mais de cem línguas indígenas sendo faladas e cerca de mais de cento e cinquenta povos com estilos de vida próprios, sua visão de mundo, seus mitos e ritos. Uns vivem de caça, outros de pesca ou de agricultura e coleta, combinando muitas vezes essas atividades entre si. Há grupos grandes e grupos pequenos, uns sedentários, outros seminômades. Em resumo, além das diferenças nos modos de adaptação ecológica, as sociedades indígenas diferem entre si pelos aspectos sociais, culturais, lingüísticos e históricos.<sup>208</sup>

O panorama antropológico apresentado pela professora Beatriz Góis Dantas é, para os fins do presente estudo, satisfatório: trata do território, discute a diversidade grupal indígena, descreve levantamentos arqueológicos, a hierarquia disposta nas aldeias e práticas de guerra. A pesquisadora prossegue, tratando das relações entre europeus e índios. No que concerne à Sergipe, enquanto capitania, Dantas comenta sobre o olhar conquistador ocidental europeu deitado sobre os indígenas:

Iniciada em 1530 e de forma mais efetiva com o Governo Geral, a colonização marca uma mudança muito significativa nas relações entre índios e europeus.<sup>209</sup> Além do uso do trabalho indígena de forma continuada, ela implicava na ocupação das terras pelos portugueses, através do desenvolvimento da agricultura e outras atividades que entravam em choque com os interesses dos índios, terminando por destruir as bases da vida tribal e reduzir as aldeias à dominação do branco, quando não do extermínio.<sup>210</sup>

No que diz respeito, mais particularmente à Capitania de Sergipe Del Rey, o marco temporal remete-se ao ano de 1575.<sup>211</sup> Trata-se da chegada do padre jesuíta Gaspar Lourenço e do Irmão Salônio. Dantas se reporta à obra do historiador Felisbello Freire, o qual,

<sup>208</sup> DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: **Textos para a história de Sergipe**. Sergipe: UFS/BANESE, 1991, p. 19.

<sup>209</sup> Ver aspectos do contato dos europeus com os índios, na Capitania de Sergipe Del Rey, antes da consolidação do processo colonizador, em **Textos para a história de Sergipe**, p. 31-32.

<sup>210</sup> DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: **Textos para a história de Sergipe**. Sergipe: UFS/BANESE, 1991, p. 32-33.

<sup>211</sup> O ano é consenso entre as professoras e pesquisadoras Beatriz Góis Dantas e Maria Thetis Nunes. Ver: DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: **Textos para a história de Sergipe**. Sergipe: UFS/BANESE, 1991, p. 35; NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1884, p. 20.

no livro, reproduz a maior parte da conhecida carta do Padre Inácio de Tolosa. A antropóloga reproduz as informações de Freire, na seção 5 do texto *Os índios em Sergipe*:

Nas imediações do Rio Piauí, fundaram os jesuítas a primeira igreja dedicada a São Tomé. Aí teria funcionado também uma escola. Avançando em direção ao norte, ergueram outra igreja, a de Santo Inácio, nas margens do Vaza-Barris (provavelmente onde fica a atual cidade de Itaporanga) e mais outra, perto do mar, dedicada á São Paulo.<sup>212</sup>

Estas informações, com mais detalhes, se repetem na obra de Maria Thetis Nunes. E, se Dantas bebeu na fonte de Felisbello Freire, Nunes prefere citar a carta de Tolosa diretamente.<sup>213</sup>

Nunes chega a informar sobre o número de alunos que teriam freqüentado a escola do Irmão Salônio (provavelmente o primeiro professor de Sergipe): até cem crianças. Mas não oferece, todavia, dados sobre a permanência da escola, ou seja, quanto tempo durou desde sua fundação. Dantas também não avança muito e, percebe-se, trabalha a questão a partir do que coleta em Freire. As fontes: livros de historiadores contemporâneos e documentos produzidos na época em que se procedeu ao recorte espacio-temporal, produzem um *vácuo pedagógico* no discurso catequético. Não se percebe a sistematicidade nas práticas educativas e a ampliação do currículo, como, até então, fora a tradição das ações catequéticas da Igreja católica.

Entre as fontes pesquisadas, acercou-se o presente estudo da obra do Padre José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Nesta obra, o religioso, pertencente à Companhia de Jesus, relata que os primeiros representantes de uma ordem religiosa a chegarem à Bahia foram os franciscanos, que desembarcam em Porto Seguro:

Os primeiros religiosos que vieram ao Brasil forma da ordem de S. Francisco, os quais aportaram a Porto Seguro não muito depois da povoação daquela capitania, e fizeram sua habitação com zelo da conversão do gentio, e, ainda que não sabiam sua língua, de um deles se diz que lhe lia o Evangelho e, como lhe dissessem os Portugueses que para que lho lia pois não o entediam, respondia: “Palavra de Deus é ela, tem virtude para obrar neles”. Um deles na passagem dum rio se afogou donde lhe ficou o nome o rio do Frade.<sup>214</sup>

<sup>212</sup> DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: **Textos para a história de Sergipe**. Sergipe: UFS/BANESE, 1991, p. 35.

<sup>213</sup> Ver nota de rodapé número oito em: NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1884, p. 20.

<sup>214</sup> ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 312.



Anchieta também reporta que, entre 1560 e 1561 religiosos de hábitos brancos (“sete ou oito frades”) trazidos por Villegaignon, que recorreu à célula da Companhia de Jesus instalada na França. Sendo ele católico, segundo Anchieta, desejava erradicar a heresia que já começava a atuar nas terras conquistadas e afetar aos gentios.

O relato cita várias localidades e ordens. A do Espírito Santo, por exemplo, e mais São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Além dos jesuítas são mencionados os franciscanos e carmelitas.

No que concerne ao presente estudo, basta que se trate da parte do relato em que Anchieta descreve a chegada e a estadia do Padre Gaspar Lourenço à Capitania de Sergipe Del Rey. Segundo Anchieta, um gesto de paz feito pelo:

“Gentio do Rio-Real, que estava a 50 léguas desta cidade, e que sempre esteve de guerra com os Portugueses pelos saltos e agravos que lhe tinham feito, donde tinham mortos alguns Portugueses em sua defesa, como o tempo da salvação do mundo era chegado, vieram os principais daquela parte pedir padres, que lhes fossem pregar a lei de Deus.”<sup>215</sup>

Em resposta lhes foi enviado o Padre Gaspar Lourenço e um Irmão com a idéia de que estes religiosos poderiam realizar grande número de conversões. Chegando ao Rio-Real, Padre e Irmão cuidam de imediatamente construir sua casa e levantar igrejas. Segundo Anchieta:

Chegado o Padre ao Rio-Real, os Portugueses, que com ela iam, fizeram sua habitação na barra do rio, e o Padre passou deante às aldeias, que a primeira estava dali a seis léguas, as outras mais: foi o Padre recebido de todos os Índios com mostras de muito amor, mostrando o desejo que tinham de over e ouvir a palavra de Deus. Fez logo uma igreja de S. Tomé, e depois de estar com aquela gente, foi por deante visitar as outras aldeias, onde fez a igreja de Nossa Senhora da Esperança e outra de S. Inácio na aldeia de Curubi, que era o principal de toda aquela terra, muito nomeado e temido entre os Portugueses. Estas três igrejas andava o Padre visitando com muita consolação e quietação dos Índios, até que Nosso Senhor desse outro remédio.<sup>216</sup>

Chama a atenção o fato de, nesta parte do relato, Anchieta, além de comentar sobre as igrejas erguidas, fazê-lo, também, sobre as práticas educativas dos jesuítas na Aldeia de São Tomé, detalhando informações também contidas no livro *História da Educação em Sergipe*, de Maria Thetis Nunes. A pesquisadora fala de uma escola que chegou abrigar cem

<sup>215</sup> ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 371.

<sup>216</sup> ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 372.

crianças sob a orientação do Irmão Salônio, sendo ele, por isso, o primeiro professor de Sergipe. No relato anchietano não se fala disso. Mas é possível, através dele, compreender como estavam dispostos os ensinamentos:

Ensinam-lhes os Padres todos os dias pela manhã a doutrina, esta geral, e lhes dizem missa para os que quiserem ouvir antes de irem para suas roças; depois disto ficam os meninos na escola, onde aprendem a ler e a escrever, contar e outros bons costumes pertencentes à polícia cristã: à tarde tem outra doutrina particular a gente, que toma o santíssimo sacramento. Cada dia vão os Padres visitar os enfermos com alguns índios deputados para isso, e se têm algumas necessidades particulares, lhes acodem a elas, sempre lhes ministram os sacramentos necessários, e todas estas cousas se fazem puramente por amor de Deus sem nenhum interesse nem proveito, que deles tenham, pois que o provimento que os padres em lhes vai do colégio, e somente estão com eles por amor de suas almas pela necessidade em que estão.<sup>217</sup>

A alusão às práticas educativas, no que se referem a Sergipe Del Rey, se limitam a estas informações. No restante do documento é possível perceber que, principalmente em São Paulo (mas também em outras capitânicas), a pedagogia da catequese se manifesta com mais ênfase e é possível, também, detectar alguma sistemática.

Ao analisarem-se os documentos referentes ao período de estudo recortado para esta pesquisa não se tem notícia de ações outras semelhantes às descritas por Anchieta, nos anos seguintes. A publicação *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, rica em detalhes sobre a consolidação do processo colonizador, não apresenta indícios da ampliação das práticas educativas por parte dos jesuítas (entre os séculos XVI e XVIII) na Capitania de Sergipe Del Rey, e nem cita alguma outra ordem religiosa católica que esteja diretamente relacionada às práticas pedagógico-catequéticas. Em trechos anteriores da obra anchietana, as ordens franciscana e carmelita são mencionadas. Mas nada se diz quanto a algum trabalho pedagógico-catequético. E estas ordens, como se viu na genealogia da pedagogia da catequese trazem em seus corpos a tradição das práticas educativas aliadas ao discurso de conversão e salvacionista.

A perspectiva de estranheza quanto às rarefeitas relações existentes entre as ordens religiosas e a prática pedagógico-catequética na Capitania de Sergipe Del Rey durante o período pesquisado tem como referência dados fornecidos por estudos de outros lugares (futuros Estados) em que catequese e educação mantiveram-se bastante próximas. É o caso de Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais, da professora e

---

<sup>217</sup> ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 381.

pesquisadora Beatriz Vasconcelos Franzen. A autora apresenta uma “relação dos colégios jesuíticos no Estado do Brasil (Séc. XVI – Séc. XVIII)”:

Colégio da Bahia – Colégio de Jesus – 1556 (Carta Régia determina fundação do colégio).

Colégio de São Paulo – 1554-1631.

Colégio do Rio de Janeiro – 1568 (Carta Régia).

Colégio de Olinda – 1576 (Carta Régia).

Colégio de São Tiago, no Espírito Santo – 1551 – 1654.

Colégio de Jesus – Recife – 1619-1655.

Colégio – Seminário de São Gonçalo – João Pessoa – Paraíba – 1685.

Casa-Colégio de Ilhéus – Bahia – 1605-1720.

Casa-Colégio de Porto Seguro – Bahia – 1611.

Colégio São Vicente – 1550.

Colégio de Santos – 1653.

Colégio da Colônia do Sacramento – 1717.

Colégio de Fortaleza – 1723.

Colégio-Seminário de Paranaguá – 1738.

Colégio de Nossa Senhora do Desterro – 1750.

A relação acima evidencia que a prática pedagógico-catequética, principalmente por parte dos jesuítas era uma realidade, uma prática reconhecida oficialmente, legitimada pela vontade real. Tal clareza e objetividade não ocorrem quando se trata da Capitania de Sergipe Del Rey. Voltando à obra de Maria Thetis Nunes, percebe-se que, não obstante reproduzir a afirmação de outros autores sobre a existência de colégios jesuíticos em solo sergipano deixa-se lacunas, pois não há mais detalhes sobre estes colégios. Mesmo quando trata da expulsão dos jesuítas, não esclarece de quais colégios e onde estes estariam localizados.

O mesmo se dá no trabalho de pesquisa, publicado em formato livro, *A Vila de São Paulo de Piratininga – Fundação e representação*,<sup>218</sup> da pesquisadora e arquivista Cylaine Maria das Neves. Na obra citada, é possível encontrar, além da Aldeia de São Paulo, dados sobre os colégios da Bahia, e Pernambuco. Contudo, mais uma vez percebe-se a pouca

---

<sup>218</sup> NEVES, Maria das Neves. **A Vila de São Paulo de Piratininga – Fundação e representação**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

importância da Capitania de Sergipe Del Rey, no que concerne, dentro do espectro cronológico definido para a realização desta dissertação, com relação às práticas educativas operadas pelas ordens religiosas. O estranhamento legitima-se cada vez mais, o presente trabalho tem a segurança de afirmar que a *ausência* é também um discurso: o do esquecimento e negatividade. E se as práticas se deram, a julgar pelo que foi possível detectar em documentações e bibliografias, não foram devidamente registradas. *Esquecimento*<sup>219</sup> e *negatividade* são conseqüências. Aparentemente, a presença das ordens religiosas católicas na Capitania de Sergipe Del Rey, no que diz respeito à relação dessas ordens com as práticas pedagógicas é de pouco ou nenhum valor histórico, como não é, também, de valor funcional. Esta realidade subverte a idéia de que o fato de uma ordem religiosa católica se fazer presente em uma dada região implica automaticamente na aplicação sistemática de práticas pedagógico-catequéticas. Não é o que aparenta, julgando-se os documentos coligidos. E o presente estudo valer-se-á, dos dados organizados em quadros (século, ordem, documento) para demonstrar que as atividades detectadas das ordens religiosas remetem-se a outros campos que não o educacional e nestes revelam prioridade e considerável atuação.

Os dados e análises apresentados neste capítulo sustentam o fato de que a educação e a religião católica não foram pensadas separadamente. O discurso pedagógico-catequético percebido ao fim da Antiguidade, disseminado por toda a Europa e levado às colônias caracterizou-se por sua densa estrutura, composta esta por partes de natureza diversa. Assim, o estranhamento sobre a ausência do amplo e sistemático exercício da pedagogia da catequese em terras sergipanas, entre os séculos XVI e XVIII, mais que se justifica.

Sergipe Del Rey se apresenta como um *referencial de negação*, um virar as costas ao entorno, exercendo a não-atuação. Os séculos XVI, XVII e XVIII, na capitania, não oferecem contribuição alguma, no que concerne ao campo pedagógico, à História da Educação no Brasil.

---

<sup>219</sup> Sobre o tema diz Chartier: “O medo do esquecimento obcecou as sociedades européias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer”. CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar** – Cultura, escrita e literatura. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 9.

### Capítulo III

#### Leitura e análise dos dados referentes aos quadros representativos da presença das ordens religiosas em Sergipe: Jesuítas, Carmelitas, Franciscanos e Beneditinos.

Neste capítulo, apresenta-se o resultado da pesquisa que se encontra em andamento, sendo, portanto, um resultado parcial. A pesquisa, até o momento, se deu nas seguintes instituições: Acervo Público do Estado de Sergipe; Arquivo do Projeto Resgate da Universidade de Brasília; Cúria Metropolitana de Aracaju; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Na leitura e análise destas fontes, percebe-se que as ordens religiosas, em Sergipe, se envolveram, no mais das vezes, em atividades relacionadas à política, à economia, à ordem social, enfim aos aspectos diversos inerentes ao processo de colonização (e civilização, sob a ótica europeia) da nova terra. Muito pouco tendo a ver com práticas educacionais. Mesmo assim, apenas uma ordem, a dos jesuítas, demonstra alguma ação nesse sentido.

No Arquivo Público do Estado de Sergipe, foram localizados documentos pertencentes ao pesquisador Sebrão Sobrinho, os quais foram por ele doados à instituição. Em meio aos documentos doados, além de material produzido pelo próprio Sebrão Sobrinho, foi encontrada documentação outrora pertencente ao estudioso Carvalho Júnior. Neste material encontram-se documentos que fazem referência à Ordem dos Jesuítas: transcrições de escrituras de terra, comentários sobre a natureza da ordem, prestações de conta. Quanto a esta última, o documento registra dados sobre o patrimônio da Capella Senhor Bom Jesus dos Beijos. Contudo, até o momento, não foi possível identificar a que ordem a capela pertenceu.

A historiadora e pesquisadora Maria Thetis Nunes, em seu livro *História da Educação em Sergipe*, cita, pelo menos, quatro ordens: jesuítas, carmelitas, franciscanos e beneditinos. Comenta a chegada de Padre Gaspar Lourenço e de Irmão Salônio:

A presença dos inacianos em terras sergipanas data da primeira tentativa de colonização, em 1575, no governo de Luis de Brito. Os pioneiros foram o PE. Gaspar Lourenço e o Irmão João Salônio, fundando as missões de São Tomé (seis léguas distante do rio Real) e Sto. Inácio (10 ou 12 léguas para o norte, às margens do rio Vasa-Barris, provavelmente onde hoje se localiza a cidade de Itaporanga) e São Paulo ‘junto ao mar’. Nessas aldeias, aproveitando a numerosa população indígena, os jesuítas ‘logo começaram a ensinar-lhes a doutrina pela manhã, à tarde e à noite’.<sup>220</sup>

<sup>220</sup> NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1984, p. 20

Thetis Nunes prossegue, reproduzindo informações colhidas nos escritos do Pe. Aurélio Vasconcelos de Almeida:

‘Imediatamente, o Pe. Gaspar Lourenço abriu na Aldeia de S. Tomé uma escola para crianças. Foi a primeira que houve em Sergipe e chamou-se ‘Escola de São Sebastião’. Como primeiro mestre, o Irmão João Salônio ‘tomou a cargo da escola dos moços, que foram a princípio 50 e depois chegaram a 100’.

E conclui no parágrafo seguinte, valendo-se ainda dos dados complementares do Pe. Aurélio: “Teria sido, assim, o Irmão João Salônio o primeiro professor de Sergipe. ‘E o Pe. Gaspar Lourenço ao nomeá-lo para esse cargo e ao empossá-lo no magistério dessa escola representava, então, o papel de primeira autoridade escola de Sergipe’”.<sup>221</sup>

Para esta afirmação, Maria Thetis Nunes não se apóia na leitura direta de documentos da época. Toma como fato os dados fornecidos pelo Pe. Aurélio Vasconcelos, mais precisamente de sua obra *Vida do primeiro apóstolo de Sergipe*.<sup>222</sup>

Na monumental publicação dupla (Premio Clarival do P. Valladares/ODEBRECHT/Versal Editores): *A história do Brazil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do Século XVII*, de Maria Leda Oliveira, a Capitania de Sergipe é citada e, na mesma citação, faz-se menção aos “Padres da Companhia”. O trecho alude às “atitudes tomadas em relação à Guerra e à Justiça pelo governador-geral Mem de Sá”, personagem que recebe destaque na obra de Frei Vicente, *História do Brazil*:

Por todas as atitudes tomadas em relação à Guerra e à Justiça, Mem de Sá e seus descendentes mereceram destaque na História do Brazil. Note-se que o clã Correia de Sá descendia do bom governador, cristão e amigo dos jesuítas, Mem de Sá. Quando morreu, em 1571, foy sepultado em a capella da Igreja dos Padres da Companhia, que elle havia ajudado a fazer de penas as condenações aplicada pera a obra, e de outras esmollas, depois de ter declarado em testamento herdeira universal dos seus bens a sua filha, a condessa de Linhares, mas que se morresse sem deichar filho ou filha que a herdasse, do engenho, e terras, que cá tinha em serigipe ficasse a terceira parte à caza da Mizericórdia desta Cidade da Bahia, e outros dous terços aos Padres da Companhia, hum para elles, outro para repartirem em esmollas, e dotes de orphãos.<sup>223</sup>

<sup>221</sup> NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1984, p. 20

<sup>222</sup> ALMEIDA, PE. Aurélio Vasconcelos de. **Vida do primeiro apóstolo de Sergipe** – Pe Gaspar Lourenço. RIHGS, nº 21 (1951-1954).

<sup>223</sup> OLIVEIRA, Maria Leda **A história do Brazil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do Século XVII**. Rio de Janeiro: Versal Editorial; São Paulo: ODEBRECHT, 2008, 2v.

Os engenhos e terras localizados na Capitania de Sergipe Del Rey terão, se determinadas circunstâncias previstas no testamento virem a se manifestar, destino certo: a Companhia de Jesus. Mencionam-se atividades beneficentes (esmolas e dotes), mas nada se refere às práticas pedagógicas.

No volume, da supracitada publicação, em que se reproduz a obra de Frei Vicente do Salvador, é citada a “traição feita pelo gentio de Cirizippe”. Nesta citação menciona-se a Companhia de Jesus. Relata o religioso:

Grande contentamento recebeo o Governador-geral Manoel Telles Barreto coma as boas novas do sucesso destas guerras, e conquista por ver a boa eleição, que fizera em mandar a ellas o Ouvidor-geral Martim Leitão: mas como todos os contentamentos do Mundo são aguados o foy também este com húa grande traição, e engano, que lhes fes o gentio de cerigipe,<sup>224</sup> dizendo, que se querião vir pera esta Bahya à doutrina dos Padres da Companhia de Iezus; e tomando-os pera isto, por intercessores, e terceiros com o governador, para que lhes desse soldados, que os acompanhassem, e defendessem no caminho de seus Inimigos se lhe quizessem impedir; fes o governador sobre isto hua juncta dos officiais da Câmara, e outras pessoas discretas: onde o primeiro, que votou foy christovão de Barros, Provedor-mor da fazenda, dizendo, como experimentado nas traições deste gentio, que se lhes respondesse, que se querião vir, viessem embora e serião bem recebidos, e favorecidos em tudo; mas, que lhes não Davão soldados por que lhes não fizessem alguns agravos como costumão, e o mesmo votaram os mais experimentados.<sup>225</sup>

Os indígenas buscam a doutrina jesuítica, solicitam uma guarda armada para protegê-los dos eventuais inimigos com os quais possam encontrar no caminho em direção à Bahia. Nada porem é citado sobre práticas educativas adotadas pela ordem em “território sergipano”. Em outra parte da obra de Frei Vicente do Salvador, as terras de *cerigipe* serão citadas. E mais uma vez, a ordem jesuítica se faz presente. “Dous Padres da Companhia”<sup>226</sup> os quais, indiretamente, se vêem num conflito gerado a partir de assassinatos de autoria “da gente do Porquinho”.<sup>227</sup>

Como é possível observar, Frei Vicente do Salvador, não obstante ter produzido um documento de alta magnitude, tratando de diversos aspectos, não menciona qualquer dado referente à educação catequética em Sergipe Del Rey. Aparentemente, ao historiador

<sup>224</sup> Esta palavra é grafada por Frei Vicente do Salvador de duas formas: Cirizippe e cerigipe (com “c” minúsculo).

<sup>225</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil** (1560-1627). Rio de Janeiro: Versal Editorial; São Paulo: ODEBRECHT, 2008. Cap. XVII, Folha 119.

<sup>226</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1560-1627)**. Rio de Janeiro: Versal Editorial; São Paulo: ODEBRECHT, 2008. Cap. XXI, Folha 1125.

<sup>227</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1560-1627)**. Rio de Janeiro: Versal Editorial; São Paulo: ODEBRECHT, 2008. Cap. XXI, Folha 1125.

franciscano, qualificado pelo prefaciador da obra de Maria Leda Oliveira, José Esteves Pereira, como “zeloso e inspirado” não percebeu atividades dos Padres da Companhia voltadas para a educação em terras sergipanas.

Compreende-se, assim, no presente estudo, que tais práticas educativas ocorreram de forma incipiente e assistemática, sem alcançar amplitude que se fizesse chamar a atenção de um historiador. E trata-se de um historiador (pelas proporções da obra o presente estudo assim o considera) pertencente a uma ordem religiosa que traz em sua trajetória, uma relação ativa com a pedagogia da catequese. Trata-se igualmente de um produtor de conhecimento, hábil narrador, ou seja, de larga intimidade com o discurso, e é sabido a familiaridade dos franciscanos com as ciências.

Ao ver do presente estudo, práticas sistemáticas e amplas, que produzissem formação em grande escala, dificilmente escapariam à atenção de um estudioso como Frei Vicente do Salvador. A presença das ordens em Sergipe Del Rey se impõe nos séculos XVI, XVII e XVIII, mediante um discurso contrário ao da tradição catequética; enunciados escritos e orais que exercitam a conversão (dominação) a partir, muito mais, de referências de aspectos econômicos, estratégicos, morais e ideológicos do que calcados na pedagogia.

O aspecto econômico se encontra num alto grau de importância: no *Catálogo de documentação sobre Sergipe. Relatório final. 1720-1880. IHGS/UFS* há menção do *Cartório Jesuítico*, do qual se sabe de um documento sobre *Soldadas que pagam nesta safra de maio no Engenho de Sergipe*, engenho este pertencente à Companhia de Jesus. O documento é de 1616.

O aspecto moral tem referência, por exemplo, em documento localizado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, intitulado *Inquirição de Lisboa. Processo n.º 11.278. 1676. Assunto: Santo Ofício em Sergipe. Conteúdo: Denúncia de Frei Inácio da Purificação sobre desvios na fé e na moral de Sergipe*. O religioso pertence à Ordem dos Carmelitas. O assunto se refere a *desvios* no campo moral e religioso.

José de Anchieta, padre jesuíta, é uma referência no campo da educação. Afinal, é reconhecido como um dos fundadores da Vila de São Paulo do Piratininga, onde também foi erigido um Colégio. Segundo Cylaine Maria das Neves,<sup>228</sup>

A Anchieta cabe a perene ação apostólica, em cuja catequese consumiu o missionário 42 anos de sua existência, inteiramente consagrados aos Guaianazes de São Paulo, aos Tamoios do Rio de Janeiro, aos Tupiniquins

---

<sup>228</sup> NEVES, Cylaine Maria das. **A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007, p. 209.



do Espírito Santo, aos Aymorés em Porto Seguro e aos Tupiniquins na Bahia.

É, portanto, uma figura emblemática no campo da pedagogia da catequese. E é em suas “Cartas, informações” e em seus “Fragmentos históricos e Sermões”<sup>229</sup> que o religioso alude ao Padre Gaspar Lourenço, jesuíta convocado a mediar conflitos entre colonos e indígenas. Diz Anchieta:

Detiveram-se aqueles Índios por alguns meses nas igrejas desta Baía pera ver se s entendia deles virem com algum mau propósito, por ser gente que tinha pouco comércio com os Portugueses, mas entendendo-se isto ser chamamento de Deus, em janeiro de 1575 mandou o Padre Provincial com os ditos Índios o Padre Gaspar Lourenço e um Irmão,<sup>230</sup> tendo-se esperança de grande conversão naquela parte, pólo muito gentio que havia. Dali por deante mandou também o governador com o Padre um capitão com alguns Portugueses, para ver se naquela terra se podia fazer alguma povoação, porque diziam ter ele ali 10 léguas de terra, os quais Portugueses foram causa daquilo não ir por deante, e da guerra que se fez; porque pretendendo seu interesse, que são escravos, com enganos resolveram tudo.<sup>231</sup>

Salta aos olhos a discrepância entre os escritos (livros/documentos) no que diz respeito às informações sobre o Padre Gaspar Lourenço e o Irmão Salônio. Enquanto Anchieta descreve pormenores da estadia do Padre e do Irmão (o qual talvez já fosse ordenado padre), Frei Vicente do Salvador fala dos mesmos acontecimentos e locais, com riqueza de detalhes, mas omite a presença dos dois religiosos jesuítas. Buscar a razão dessa omissão no fato dele ser franciscano não encontra suporte, haja vista o mesmo ter citado mais de uma vez a Companhia de Jesus e, pelo menos uma vez, o Padre Luiz da Grã, jesuíta.

Contudo, o desencontro de informações não é o objeto de prioridade nesta dissertação. Mais do que isso, o que chama aqui a atenção é que a nota de número 503, da obra citada de José de Anchieta, não faz alusão a colégios nem apresenta Salônio como professor. Afirma, é

<sup>229</sup> ANCHIETA, José de, S.J. **1534-1597, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões / Padre Joseph de Anchieta.** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 371.

<sup>230</sup> Sobre o Irmão, citado por Anchieta, vale reproduzir aqui a nota 503 da obra citada: “Com o Padre Gaspar Lourenço seguiram o irmão João Solônio e vinte neófitos da aldeia de Santo Antonio (padre Inácio de Toloza, carta de 7 de setembro de 1575, na *História de Sergipe*, de Felisbello Freire, Rio, 1891, nota p. 6-13; F. Sacchino, *Historiae Societatis Jesu*, nos Apont. De A. H. Leal, p. 150). Partiram, de acordo com a *inf.*, em janeiro de 1575, precisando F. Sacchino que a chegada ao Rio Real foi na *5 kal. Februari* (28 de janeiro). Tolosa, porém, dá a partida da Baía em fevereiro e a chegada ao Rio Real no dia 28 deste mês. – Na *Synopsis* de A. Franco (*Apont.* De A. H. Leal, p. 233). João Salono (*sic*), catalão, vem mencionado como padre já em 1574, ano da sua chegada no Brasil. (ANCHIETA, José de, S.J. **1534-1597, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões / Padre Joseph de Anchieta.** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 392).

<sup>231</sup> ANCHIETA, José de, S.J. **1534-1597, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões / Padre Joseph de Anchieta.** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 371.

certo, que ele segue para o Rio Real acompanhado por vinte neófitos. Mas não acrescenta nada que leve a crer na fundação de escolas.

É certo que escolas e as práticas pedagógicas aplicadas pelos jesuítas são citadas no corpo mesmo da obra de Anchieta:

Ensinam-lhes os Padres todos os dias pela manhã a doutrina, esta em geral, e lhes dizem missa pera os que a quizerem ouvir antes de irem pera suas roças; depois disto ficam os meninos na escola, onde aprendem a ler, escrever, contar e outros bons costumes pertencentes à polícia cristã: a tarde tem outra doutrina particular a gente, que toma o santíssimo sacramento.<sup>232</sup>

Mas não houve como identificar as aldeias onde estes colégios funcionaram. Nem é mencionado o nome de algum dos jesuítas cujo nome é notado em linhas anteriores. Ou seja: numa empreitada pedagógica e catequética, onde conhecimento científico básico, elementar, (ler, escrever e contar) é ministrado concomitantemente ao santíssimo sacramento (ato religioso que tem por objetivo a santificação daquele ou daquilo que é objeto desse ato), não há registro de nomes que se destaquem nesse exercício. Difícil precisar se é da Capitania da Bahia ou de Sergipe Del Rey que o trecho da obra trata. O trecho, comparado ao volume total da obra, é de ínfima proporção. Portanto é mister observar que não se está aqui negando peremptoriamente a existência dos locais de ensino. O que se aponta no presente estudo é que: se existiram os locais, estes não foram suficientemente descritos para que se possa afirmar que houve uma prática pedagógico-catequética sistemática na capitania sergipana. Outra hipótese é dos relatores não saberem da existência das escolas. Coisa pouco provável diante da capacidade destes em coletar grande volume de informações.

Ao longo deste processo de pesquisa, também foram analisados 422 documentos digitalizados pelo *Projeto Resgate da UNB*. Apenas dois documentos (uma representação e um requerimento) mencionam claramente a Companhia de Jesus. Destes, apenas um trata de assunto referente à Educação:

“Requerimento dos moradores da Capitania de Sergipe Del Rey ao Rei [D. João V], solicitando a instalação de um Hospício, onde os Religiosos da Companhia de Jesus possam ensinar aos seus filhos as letras humanas”.<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> ANCHIETA, José de, S.J. **1534-1597, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões / Padre Joseph de Anchieta**. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 381.

<sup>233</sup> Capitania: **Capitania de Sergipe**. Local de Emissão: Sergipe Del Rey. Data de Emissão: [Ant. 1727], Janeiro, 23. Fonte: Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco

Não foi localizado documento em resposta concedendo ou negando o que foi solicitado. Caso similar é registrado pela pesquisadora Maria Thetis Nunes em *História da Educação em Sergipe*:

Apesar da longa permanência em Sergipe, os jesuítas nunca haviam enveredado pelo ensino das Humanidades, embora tentativas houvessem sido feitas pelos habitantes da terra desde 1684, quando os membros da Câmara da São Cristóvão pediram ao Rei a fundação de um colégio, que se tornava necessário para o bem de seus filhos. As autoridades portuguesas solicitaram informação ao Governador da Bahia acerca desse pedido. A resposta, porém, foi desfavorável, alegando que tal requerimento não era competência da Câmara mas da Companhia de Jesus, que não havia se manifestado sobre o caso.<sup>234</sup>

A situação de descaso se repete mais de quarenta anos depois, pois, segundo Thetis Nunes:

Novamente, em 1727, os moradores da Capitania de Sergipe se dirigiram à sua Majestade solicitando licença para que os padres jesuítas cuidassem da educação de seus filhos, pois ‘distantes da cidade da Bahia setenta léguas, e lhes é muito dificultoso e de grande dispêndio mandarem seus filhos à dita cidade aprender Letras Humanas’, e ‘outrossim padecem grande falta da doutrina cristã por não terem religiosos que tenham por profissão ensiná-la como a professam os Religiosos da Companhia de Jesus’. Apesar, porém, de se prontificarem, com esmolas, a garantir a manutenção dos padres, o pedido não foi atendido pela metrópole.<sup>235</sup>

O não entendimento entre os pais de família e religiosos nesse campo leva a pesquisadora concluir criticamente:

Percebe-se que não houve interesse dos inacionos em considerarem os interesses dos habitantes Sergipe de aí estabelecerem um colégio, onde fossem ministradas as Letras Humanas, o que equivaleria ao atual ensino secundário. As condições da população local, dispersa no interior em decorrência das atividades econômicas dominantes, constituindo uma sociedade em formação, sem núcleos urbanos importantes, tendo sua capital, a cidade de São Cristóvão, nos meados do século XVIII, apenas 1.595 habitantes para 390 fogos, não se coadunavam com o pragmatismo que norteou a Companhia de Jesus na localização dos cursos de Humanidades, que visavam a formar ‘letrados e casuístas’.<sup>236</sup>

<sup>234</sup> NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1984, p. 22-23.

<sup>235</sup> NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1984, p. 23.

<sup>236</sup> NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1984, p. 23.

Thetis Nunes sugere que justamente a baixa condição econômica da Capitania de Sergipe Del Rey contribuiu para o desinteresse dos jesuítas em estabelecerem colégios na região. Levando-se em conta o que indicam os documentos e a bibliografia, o fator econômico deve ter mesmo influenciado decisões de onde se instalar ou não instituições de ensino. E o fator econômico assume, nas leituras, peso considerável. Exemplo disso se encontra na obra de Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial*:

Constituía todo o país uma só diocese; o Bispo assistia na Bahia com o Cabido; dois administradores, um para as capitanias do Norte e estabelecido na Paraíba, outra para as capitanias do Sul e residindo no Espírito Santo, seguiam-se em hierarquia; cada capitania formava uma freguesia, com seu vigário e coadjutor, exceto a de S. Vicente, que contava as vigararias de Itanhaém, São Vicente, Santos e São Paulo; a de Espírito Santo, com as de Vitória e E. Santo; a da Bahia com as de Vila-Velha, Santo Amaro, S. Iago, Peruaçu, Paripe, Matoim, N. S. do Socorro, Sergipe do Conde, Taparica, Passé, Pirajá, Cotegipe, Tamari e Sergipe Del Rei; a de Pernambuco com as de Olinda, São Pedro, Recife, S. Lourenço, Igarçu, S. Antônio, Várzea, Moribeca, S. Amaro, Pojuca, Serinhaém e Porto Calvo; a de Itamaracá, com a da ilha e a da Goiana. A todo este pessoal o governo pagava ordenado e ordinária para a celebração do culto; para isso o rei arrecadava o dízimo, como grão-mestre da Ordem de Cristo.<sup>237</sup>

O depoimento de Capristano de Abreu é essencial como referência histórica para a construção desta dissertação. A arrecadação do dízimo, proporcionando capital às ordens religiosas era uma prática consolidada.

O presente estudo também se debruçou sobre o Livro de Tombo da Cúria Metropolitana de Aracaju, documento produzido pelo Cônego José de Araújo Machado. O manuscrito é rico em informações sobre as ordens religiosas (jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos) que se instalaram em Sergipe Del Rey, entre os séculos XVI e XVIII. Entretanto não há uma só menção a colégios ou qualquer instituição semelhante, no sentido de se descrever práticas pedagógicas.

A respeito do Padre Gaspar Lourenço e Irmão Salônio,<sup>238</sup> o Cônego apenas reproduz o pouco que se sabe e está documentado em outras obras. Informa, logo a seguir, que a Ordem Beneditina se instala em Sergipe Del Rey em 1603, “conforme carta de sesmaria que lhe é dada a 5 de agosto daquele ano”.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> ABREU, Capristano de. **Capítulos de história colonial - 1500-1822**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro, ano (?), p.41.

<sup>238</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 7.

<sup>239</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 9.

Quanto aos carmelitas, afirma o Cônego José de Araújo Machado, “adquiriram, em 1648, terras no sul do Estado”.<sup>240</sup>

Machado também faz alusão aos franciscanos, sobre esta ordem, o religioso afirma que:

Os franciscanos estabeleceram-se em 1657, por resolução do Capítulo de 26 de agosto de 1657. O lugar escolhido para a edificação da primeira igreja foi doado pelo Sargento-Mor Bernardo Correia Lima, a 29 de janeiro de 1619. O religioso incumbido de propagar esta Ordem em Sergipe foi frei Luis do Rosário, que faleceu em 1659, sendo sepultado na mesma igreja. Na administração do Provincial frei Estevão de Santa Maria lançou-se a primeira pedra para edificação do convento, em setembro de 1693.<sup>241</sup>

Percebe-se, pelo relato do Cônego Machado, que a ordem franciscana alcança força e estabilidade na Capitania de Sergipe Del Rey em um curto espaço de tempo, historicamente considerado. Ressalta o fato de já poderem contar com terras doadas, diferentemente dos jesuítas, que tiveram de impor suas presenças em meio aos *gentios* e erigirem igrejas em meio a aldeias. E não obstante contarem com um propagador da doutrina da ordem, e contando com um convento, aparentemente não desenvolvem práticas pedagógico-catequéticas, a julgar pelo relato do Cônego. Uma citação deste religioso, no Livro de Tombo da Cúria Metropolitana, apresenta-se como emblemático na perspectiva do presente estudo: “Infelizmente, com a riqueza e a falta de vigilância, foi arrefecido o espírito religioso, e o clero, em boa parte, se deixou levar e envolver pelos negócios temporãos”.<sup>242</sup>

O Cônego Machado também menciona a Paróquia de Itabaiana: “Foi erecta pelo governador do Arcebispado na ausência do Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça, em 30 de outubro de 1675”.<sup>243</sup> O mesmo diz da Paróquia de Igarapé, em 1679.<sup>244</sup>

A Paróquia de Porto da Folha mereceu mais algumas linhas:

Nas terras do chefe indígena Pindahiba, fundaram os conquistadores a missão de São Pedro de Porto da Folha, que foi entregue a sacerdotes capuchinhos e a jesuítas, fazendo parte integrante da freguesia de Vila Nova, criada em 1679, abrangendo cinquenta léguas de extensão da Barra do Rio São Francisco até a Barra do Rio do Sal.<sup>245</sup>

<sup>240</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 9.

<sup>241</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 9 e 9-A.

<sup>242</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 9-A.

<sup>243</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 10.

<sup>244</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 10.

<sup>245</sup> MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949, p. 10.

O Livro de Tombo da Cúria Metropolitana de Aracaju é um documento que se reveste de importância pela memória fixada a respeito do processo de instalação de ordens religiosas católicas em Sergipe no período colonial.<sup>246</sup> Todavia não traz uma única linha sobre práticas pedagógico-catequéticas desenvolvidas pelos religiosos. O que significa isso? Aparentemente, a julgar pelo que se auferiu de dados mediante a pesquisa, até o momento, as ordens religiosas não alcançam qualquer destaque na História da Educação em Sergipe nos séculos XVI, XVII e XVIII. Os resultados até agora contabilizados apontam para uma realidade que se desvia de toda a tradição da pedagogia da catequese: as ordens religiosas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, em Sergipe Del Rey, são, em sua maioria, e na maior parte do tempo, pelo menos, omissas quanto às práticas educativas.

Se não há dúvidas sobre a vinda e instalação de ordens religiosas em Sergipe Del Rey, por outro lado, o presente estudo se vê diante de uma possível realidade histórico-social: a exceção de seus próprios interesses, ou seja, da conquista de campos mediante dispositivos além da conversão, vale dizer, de estabelecimento em terras, gerenciando o cultivo nelas realizado, incluindo a pecuária, além da plantação de cana-de-açúcar, alimento dos engenhos que se multiplicavam, a prática pedagógica não constituiu prioridade, nem em menor e nem em maior grau, excetuando-se, em termos, jesuítas e franciscanos.

As ordens, não obstante trazerem em suas origens o culto ao conhecimento humanista e, em alguns aspectos, à ciência empírica, não compreenderam esta bagagem como algo a ser utilizado para a formação dos gentios e, pelo visto, nem dos colonos aqui presentes no período estudado.

O que pensar diante dessa realidade possível? Ainda que não haja pretensão, no presente estudo, de se apresentar um trabalho de historiador (tampouco de sociólogo), a problemática o remete a Michel de Certeau que, em *A Escrita da História*, assim reflete:

Quando se é historiador, que fazer senão desafiar o acaso, propor razões, quer dizer, compreender? Mas compreender não é fugir para a ideologia, nem dar um pseudônimo ao que permanece oculto. É encontrar na própria informação histórica o que a tomará pensável.<sup>247</sup>

A informação histórica neste caso encontra-se, na perspectiva desta pesquisa, na ausência de dados que levem a estabelecer relações entre as ordens religiosas presentes no período colonial de Sergipe e práticas pedagógicas flagrantes, isto é, que não podem ser

---

<sup>246</sup> O documento avança para outras épocas mais recentes, mas o presente estudo se deteve no período de interesse da pesquisa.

<sup>247</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.123.

contestadas. O que não ocorre, pois falta sustentação documental para isso. O contrário, contudo, se dá: as ordens desenvolveram atividades econômicas, estratégicas (o processo de colonização e de conversão implica em conflitos) e políticas. Não significa que tenham aberto mão da sermonística salvacionista, mas isso não redundava em um conjunto de elementos classificados e organizados entre si segundo critérios que estruturassem a orientação escolar.

Observe-se que se está tratando de uma época em que os poderes espiritual e temporal se encontravam em íntima união. No caso de Sergipe Del Rey, assuntos muito mais ligados à temporalidade do que à espiritualidade prevaleceram no campo de interesses dos religiosos. Mesmo e principalmente (de acordo com a documentação) no que concerne aos jesuítas, os quais, ao que parece, ainda se dedicaram a formar alunos entre os índios. Entretanto a documentação pesquisada apresenta a prevalência de situações inerentes às questões mundanas.

E é de se notar, também, e o presente estudo inclina-se a isso, que as ordens religiosas, trazendo consigo os discursos de conversão, salvação e, conseqüentemente, de dominação, tampouco estavam obrigadas, diante do Reino, a se dedicar a atividades educacionais. Em nenhum dos documentos pesquisados se percebe qualquer compromisso desse tipo. E a correspondência é consideravelmente volumosa. Pedidos constantes, feitos por párocos, de dinheiro para construir ou reformar uma igreja. Mas ao analisar-se a realidade de outras capitâneas, os compromissos das ordens religiosas com a Educação procedem e ganham espaço. A instrução não é proposta, é certo, com fins de esclarecimento crítico nem científico. Alfabetiza-se para que os signos do dominador, do conversor se tornem compreensíveis e assimiláveis. Segundo Michel de Certeau:

O saber se torna, para a sociedade religiosa, na sua catequese ou nas controvérsias, um meio de se definir. A ignorância designa uma indecisão ou um no *man's land* de agora em diante intolerável, entre os "corpos" em conflito.<sup>248</sup>

Este pensamento não foi, a julgar pela documentação analisada, levado em conta na realidade histórica colonial de Sergipe Del Rey. Não se afirma aqui que, por outro lado, a presença das ordens religiosas em terras sergipanas se afigurasse um obstáculo às práticas educativas. Nenhum documento analisado sugere algo nesse sentido. O que se constata é a falta de uma *memória pedagógica* pertencente ao período colonial, mais precisamente do século XVI ao XVIII.

---

<sup>248</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.133.

A constatação se baseia no que pode ser auferido das fontes de pesquisa, sejam elas primárias ou secundárias. O documento discursa mediante o que está presente e, também o que se percebe ausente. O documento detém o *status* de testemunho, pois, segundo Le Goff:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de "papel justificativo", especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo.<sup>249</sup>

As fontes documentais às quais esta pesquisa ainda recorre, conduzem a um repensar quanto ao papel das ordens religiosas e a educação em Sergipe, quando o território se encontrava na condição de capitania. A sociedade e a cultura<sup>250</sup> daquele tempo os produziram, e neles registraram o que julgaram importante; não necessariamente para perdurar por anos, conservados a espera de teóricos da educação. Mas, pelo menos, para aqueles contemporâneos, aos quais as informações tinham de ser passadas mediante cartas, consultas, representações, solicitações e requerimentos.

Os documentos abrigados no Projeto Resgate e que se referem à Capitania de Sergipe Del Rey, mais especificamente, os que fazem menção a igrejas e padres, tratam, em sua maioria, de situações econômicas ou hierárquicas. Nada trazem que se refira às práticas pedagógicas direcionadas aos gentios e aos colonos.

Segue, em anexo, quadro com a reprodução da descrição do conteúdo de documentos encontrados e que, de uma maneira ou de outra, cita padres, igrejas, capelas, além de outras fontes das quais esta pesquisa pode se utilizar. Ver-se-á que, salvo em (...) documentos, nos demais não trazem informação alguma que tenha como referência a escola ou, pelo menos, uma atividade pedagógica.

## **A presença da Igreja e a ausência da pedagogia**

<sup>249</sup> GOFF Jacques Le. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 536.

<sup>250</sup> “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. (GOFF Jacques Le. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 545).



O presente estudo, como já foi observado, tem como objetivo demonstrar a inexistência de uma prática pedagógico-catequética sistemática em Sergipe Del Rey (Sergipe Colonial) a partir do discurso mesmo das fontes consultadas. Mesmo quando a publicação menciona escolas fundadas principalmente por jesuítas, apenas afirma, mas não prova (os documentos produzidos no período estudado citam pedidos de abertura de escolas, mas não foi encontrado um só documento que registre a resposta por parte da Ordem a quem foi solicitado). Não aponta documentos originais que confirmassem a existência de escolas no período recortado por esta pesquisa.

Não se afirma aqui a não existência de documentos que atestem ações da Igreja, sua interação, em diversos aspectos, primeiramente com a sociedade indígena e, em seguida, com a nascente sociedade colonial. É indiscutível a presença e a força da Igreja, mediante suas Ordens em Sergipe Del Rey. No entanto, nessa terra, a interferência se deu muito mais no campo político e econômico do que propriamente o pedagógico. Os documentos produzidos entre os séculos XVI e XVIII atestam a presença religiosa católica. Notadamente, o testemunho detalhado, ainda que sucinto, do Padre Anchieta.

Ao longo da pesquisa, os documentos reviveram ocorrências nas quais, de uma forma ou de outra, a Igreja se fez presente. Baseando-se nas informações coligidas, determinou-se, neste estudo, uma seqüência de fatos não interligados, mas que testemunham as relações entre os campos religioso, social, econômico e político.

Oficiais da Câmara de São Cristóvão solicitaram verbas ao Rei para obras realizadas na Igreja Paroquial. Os Oficiais da Câmara de Sergipe Del Rey enviaram representação ao Rei, informando da pobreza dos moradores e da necessidade de dinheiro para obras a serem realizadas na Igreja da Matriz. Tributos sobre o vinho e a aguardente poderiam ser aumentados para que se dispusesse de verba a ser utilizada na construção da Igreja Matriz e da cadeia. Os Oficiais da Câmara de Sergipe Del Rey também solicitam verbas à Coroa para a edificação de *hospício* a ser dirigido pela Companhia de Jesus. Não foi encontrado documento algum que testemunhasse uma resposta, fosse negando ou concedendo. Um Ouvidor Geral envia carta ao Rei, em atenção à petição apresentada por um pároco, solicitando verbas para recuperação da Matriz de Nossa Senhora da Abadia, que se encontra em ruínas. O vigário da Matriz de Jesus, Maria, José e São Gonçalo de Sergipe Del Rey, propõe receber um salário de sessenta mil réis anuais para manter um cavalo, o qual se manterá pronto no intuito de facilitar o cumprimento da missão pelo religioso. Moradores da Capitania de Sergipe Del Rey solicitam à Coroa a instalação de um *hospício* para que os padres da Companhia de Jesus possam ensinar as letras humanas aos seus filhos. Não há indício de que a Coroa ou a

Companhia tenha respondido à solicitação. O padre responsável pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe pede Alvará de Mantimento.

Os pedidos, inclusive, se repetem, após intervalo de alguns anos. Aparentemente, ou a Coroa não envia as somas requeridas, ou as construções se depreciam com relativa rapidez. Mas este não é o ponto de análise aqui. Salta aos olhos o fato da ausência de atividade escolar. Não se afirma o campo educacional. No que concerne às práticas educativas, a capitania de Sergipe Del Rey encontra-se à margem. Se em outros Estados embrionários<sup>251</sup>, a Educação foi fundamentada a partir das ações realizadas pelas Ordens Religiosas, aqui o mesmo não se deu. Esse lugar foi percebido apenas como um campo de extração de riquezas, de demarcação territorial e de força de trabalho.

O pesquisador Luiz Antônio Barreto, logrando acesso aos arquivos da Biblioteca Nacional, registrou em artigo publicado no site Infonet, em 13 de abril de 2006:

Representação da Câmara da vila de Santo Amaro das Brotas, Comarca da cidade de Sergipe, pedindo sejam nomeados professores de Gramática Latina e Primeiras Letras; para estes cargos propondo os nomes do padre Félix Peixoto Álvares e do licenciado João Góis de Melo, com data de Santo Amaro, em 31 de janeiro de 1798 (Indicação de Catálogo: II – 32,29,33).<sup>252</sup>

Paradoxalmente, o documento registrado e comentado por Barreto, não obstante apontar para uma realidade educacional, reforça a hipótese desta dissertação. O ano de é 1798, restando apenas dois anos para adentrar-se ao século XIX. E não se registra resposta positiva ao pedido. E é um caso a somar-se com mais dois citados em documentos da época. Mas, após as considerações feitas a respeito do objeto-problema ao longo deste estudo, o isolamento desses fatos (solicitação de professores) torna-se emblemático.

---

<sup>251</sup> “Sabemos que raros eram os Índios que ascendessem até às aulas do Curso Médio, e contudo os Jesuítas abriram por toda parte aulas que ensinavam os Índios. De que seriam essas aulas se não eram de ler escrever?; CABRAL, PE. Luiz Gonzaga. **Jesuítas no Brasil (século XVI)**. São Paulo: Companhia Melhoramento de São Paulo, 1925, p.151; “Em 1556, os jesuítas instalaram o Colégio da Bahia, sob a direção do Padre Antonio Blasquez. Em 1567, é fundado o do Rio de Janeiro e, em 1575, o de Olinda, em Pernambuco, sob a direção de Luiz da Grã”. SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954, p. 489; “No século XVII, apesar dos obstáculos quase insuperáveis, resultantes da extensão do território colonial, da dificuldade do transporte e da distribuição rarefeita das populações, o sistema escolar dos jesuítas havia atingido a um alto grau de desenvolvimento e compreendia, não só numerosas aulas elementares e escolas para meninos, como os seguintes *colégios* propriamente ditos: o de Todos os Santos (Bahia, 1556); o de S. Sebastião (transferido de S. Vicente em 1567 e instalado com esse nome no Morro do Castelo, Rio de Janeiro); o de Olinda (1568); o de Santo Inácio, em São Paulo (1631); o de São Miguel, de Santos (1652); o de São Thiago no Espírito Santo (1654); o de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão; o de Nossa Senhora do Ó, no Recife (1678); o da Paraíba (1683) e o Seminário de Belém, da Cachoeira (1687). SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954, p. 490-491.

<sup>252</sup> [http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=45767&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=45767&titulo=Luis_Antonio_Barreto).

Este mesmo caráter simbólico, a estruturar uma comunicação<sup>253</sup> que se legitima como base-referência da hipótese aqui apresentada é percebido na publicação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, *Catálogo de Documentação Sobre Sergipe – Relatório Final – (1720 -1850)*.

Nessa obra somente um documento referente ao campo das práticas educativas é citado (ver quadro em anexo). É uma solicitação para que sejam nomeados professores de gramática latina para a Vila de Santo Amaro. O mesmo documento citado pelo pesquisador Luiz Antonio Barreto. E o ano é de 1798. Antes dessa data, há apenas o registro de outro documento também tratando de práticas educativas. Este pertence ao ano de 1726 e não consta no catálogo do IHGS supracitado, o qual, como aponta no título, cobre os anos de 1720 a 1850.

A importância dessas publicações e o cuidado com que foram elaboradas, contando com pesquisadores experientes, tecnologia e pessoal de apoio devidamente treinado, reafirma, na perspectiva desta dissertação, da estranheza que gerou referências para a hipótese. O documento registrado pelo Projeto Resgate da UNB, destacado pelo pesquisador Luiz Antonio Barreto, não consta no catálogo. Contudo, a mesma publicação é prolífica em ocorrências envolvendo representantes da Igreja Católica, ainda que não se encontrem especificadas nos textos dos documentos as ordens às quais estes religiosos pertenciam.

Os documentos atestam, sem dúvida, para ampla e diversificada atuação dos representantes das Ordens religiosas em Sergipe Del Rey, nos séculos XVI, XVII e XVIII. Estiveram presentes e influenciaram de forma determinante no *modus vivendi* da colônia. E foram também influenciados pelo meio no qual passaram a viver. Mas não se vislumbrou, à época, pelo que se pode deduzir da documentação levantada, a possibilidade, até o final do século XVIII, de se por em execução, em magnitude territorial, as práticas pedagógico-catequéticas. E menciona-se aqui a territorialidade por se entender que as práticas educativas capitalizariam a soberania, arquitetando a disciplina e fundamentando a hierarquia, promovendo a funcionalidade dos discurso formador.<sup>254</sup> Afinal, a formação pedagógica é uma orientação que visa inculcar obediência, vale dizer, dominação, ainda que de forma subliminar.

A imposição da presença religiosa ocorreu, é certo. E o envolvimento dos representantes das ordens religiosas nas mais diversas situações é coisa atesta com data e local

---

<sup>253</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 11.

<sup>254</sup> Ver FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

por muitos dos documentos coligidos. Não é, entretanto, uma presença que se distribua de forma semelhante pelo campo educacional.

### **Considerações finais**

O presente estudo ainda se encontra incompleto. Os quadros em anexo, pertencentes, por enquanto, a este capítulo, deverão sofrer acréscimos e correções. Foi preparado para ser submetido à avaliação da banca na defesa do mestrado. O que significa dizer que as “considerações finais” só o são no que refere ao até agora pesquisado, lido, analisado e incorporado ao trabalho ainda em andamento. Portanto, nada de conclusivo, no sentido de fechar-se a outras possibilidades de abordagem do objeto, foi buscado.

Em princípio, a hipótese em desenvolvimento no presente estudo é de que, sob a perspectiva de ações produzidas pelas ordens religiosas e direcionadas às práticas educacionais durante o período colonial (do século XVI ao XVIII) em terras sergipanas, a capitania foi mantida ao largo, sem alcançar uma condição de referência na História da Educação em Sergipe e no Brasil. Mesmo como território vizinho à Bahia; estando próxima a Pernambuco, esta terra não assistiu a realizações dignas de nota, a partir das ordens religiosas, no campo educacional a ponto de produzir quantidade considerável de documentação sobre o assunto.

Esta pesquisa se ressentiu disso. Vê-se diante de dificuldades extremas. Contudo é fato de que o caminho ainda não foi percorrido de todo. O que explica as diversas falhas constantes neste trabalho. Espera-se a correção de pelo menos a maior parte dessas falhas, incompletudes geradas pela escassez documental, à medida que se avance nos arquivos já visitados e que se busque onde ainda não foi possível chegar. Crer-se que, assim, seja possível consolidar ainda mais o pensamento que norteia este estudo, fazendo com que o mesmo opere como ferramenta de esclarecimento sobre a realidade educacional em Sergipe quando em situação de colônia, principalmente no que diz respeito a esta realidade relacionada com religiosos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos.

As fontes parecem afirmar que, se por um lado as ordens religiosas foram referência na disseminação da doutrina de salvação, por outro, negligenciaram a formação intelectual dos indivíduos constituintes de uma sociedade recente. Os relatos do Padre Anchieta, jesuíta, incluídos neste estudo parecem afirmar essa condição.

Já se observou aqui, então, mais de uma vez, a pouca quantidade de documentos (fontes primárias e secundárias) que apresentam testemunho de atividades pedagógico-catequéticas em Sergipe Colonial (séculos XVI, XVII e XVIII).

Busca-se, agora, baseando-se nesse fato, poder-se encerrar (temporariamente, pois a dinâmica da contraposição de perspectivas e interpretações em pesquisa permanece, e é motor mesmo da atividade científica) os argumentos em favor da hipótese da ausência de uma sistemática pedagógico-catequética na capitania de Sergipe Del Rey.

Crer-se que não há mais o que considerar no que concerne à hipótese apresentada nesta dissertação. Entretanto, não significa isso a percepção do *status* do trabalho como acabado e fechado em suas conclusões mesmas.

Nos quadros elaborados, e que constituem o anexo da dissertação, elencou-se fontes que registram atividades realizadas pelas ordens religiosas presentes na colônia. Não há número significativo de ações educadoras orientadas de forma a se reconhecer um plano pedagógico, aspecto tão comum, como se viu (capítulos I e II) no campo da Igreja ao longo de sua história.

Na História da Educação de Sergipe, do Nordeste e do Brasil, a Capitania de Sergipe Del Rey é um ponto nulo no espaço e no tempo. Essa terra não representou a menor interferência no fluxo histórico a não ser pela neutralidade, pela marginalidade na qual foi posta. Qualquer afirmação (salvo sustentada por documentos que desmintam o que foi afirmado no presente estudo) de uma realidade pedagógico-catequética em Sergipe Colonial, entre os séculos XVI e XVIII é discurso vazio. Sergipe Colonial é a negatividade do processo pedagógico conversor e formador que se disseminou por quase toda a Colônia pelas mãos dos religiosos. A tradição pedagógica de séculos, a mesma que justificou uma genealogia, remontando à queda do Império Romano do Ocidente, intimamente relacionada com o discurso catequético, foi interrompida em Sergipe Del Rey. Aqui as práticas educativas não desempenharam papel algum digno de nota. Mesmo que, ao lado, na capitania vizinha, a Bahia, ou em Pernambuco, escolas fossem instaladas.

Sergipe Colonial, no período recortado na perspectiva desta pesquisa, muito pouco tem a oferecer como referência de ações voltadas à Educação para o campo de estudo da História da Educação no Brasil.

## Referencias Bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- ANCHIETA, José de, S.J., 1534-1597, **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões / Padre Joseph de Anchieta**. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, RJ: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.
- AZZI, Riolando. História dos religiosos no Brasil. In: A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos. AZZI, Riolando. Org. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- BARRETO, Luis Antonio. <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler> , 2006.
- BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o nascimento do Estado moderno**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2008
- BEZERRA, Cícero Cunha. **Compreender Plotino e Proclo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.
- Bíblia Sagrada. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica). Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1999.
- BOIS, Guy. Marxismo e história nova. In: **História nova**. LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. Org. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: UNESP, 2004
- BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CAHILL, Thomas. **Como os irlandeses salvaram a civilização** – A heróica contribuição da Irlanda entre a Queda de Roma e o surgimento da Europa Medieval. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CASIMIRO, A. P. B. S. Pensamentos Fundadores na Educação Religiosa do Brasil Colônia. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas - SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

- CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar** – Cultura, escrita e literatura. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- CORETH, Emerich. **Questões fundamentais da hermenêutica**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1973
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Vol. II. São Paulo: Editora das Américas, 1961
- DANTAS, Beatriz Góis. **Os índios em Sergipe**. In: Textos para a história de Sergipe. Sergipe: UFS/BANESE, 1991
- EDINGER, Edward F. **O arquétipo cristão – Um comentário junguiano sobre a vida de Cristo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.
- ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- EVELYNE, Pantlagean. **A história do imaginário**. In **A história nova**. Org, Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001
- GILSON, Étienne. **O Espírito da filosofia medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2006
- GILSON, Etienne; BOEHNER, Philotheus. **História da filosofia cristã**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004
- HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998
- HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003
- HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- História da vida privada**. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). Volume 1, **Do Império Romano ao ano mil**. VEYNE, Paul. (Org.), 2002.

- JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo y paidéia grega**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1965
- JAEGER, Werner. **Paidéia – A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LAUAND, Luiz Jean. Org. **Cultura e educação na idade média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- KUHNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. Bauru, SP: Edusc, 2005
- WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MACHADO, Cônego José de Araújo. **Livro de Tombo**. Cúria Diocesana. 3 de junho de 1949
- MARROU, Henri-Iréné. **História da educação na antiguidade**. São Paulo: Editora Heder/Edusp, 1966.
- MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- NEVES, Cylaine Maria das. **A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007, p. 209.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005
- NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1984
- NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EDUSP, 1978
- OLIVEIRA, Maria Leda. **História e política no império português**, Vol 1.2008.
- PERNOUD, Regine. **Luz sobre a Idade Média**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997
- ROSA, Maria da Glória de. **A história da educação através dos textos**. São Paulo: CULTRIX, 1999.
- PELLISTRANDI, Stan-Michel. **O Cristianismo primitivo**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.
- ROSENSTOCK-HUESSY, Eugen. **A origem da linguagem**. Rio de Janeiro:Record, 2002.



SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brazil.**) Vol. II

SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de história da educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

VIRGÍLIO. Publios Virgílio Maro. **Eneida.** São Paulo: CULTRIX, 1988.

### **Revistas**

CASIMIRO, A. P. B. S. Pensamentos Fundadores na Educação Religiosa do Brasil Colônia. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira. Campinas - SP: Graf. FE: HISTEDBR,** 2006, v., p. 6.

OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Entre a coroa e a cruz: a igreja colonial sob a égide do padroado. In **Mneme – Revista de Humanidades.** UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

### **Tese de Doutorado**

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação: Franciscanismo e Jesuitismo na Educação Brasileira.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF – Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Aprovada em 22 de setembro de 2004.

### **DOCUMENTOS MANUSCRITOS**

SOBRINHO, Sebrão; GARCEZ, José Augusto. **Prestação de contas do patrimônio da Capella do Senhor Bom Jesus dos Beijos, pela administração.** Nº. de Ordem 04. Vol. 39. SS 343. (p. 64 do Catálogo de acervo particular – Carvalho Jr., José Augusto Garcez e Sebrão Sobrinho.

**Certidão** passada pelo Escrivão da Provedoria dos Defuntos e Ausentes Capelas e resíduos, Nicolau de Souza Furtado referente aos salários que costumam levar o Provedor e Escrivão das contas tomadas às Irmandades das Igrejas da Capitania de Sergipe Del Rey.

**Carta** do Ouvidor Geral Manuel Martins Falcato, ao Rei [D. João V], referente a petição de Padre.

**Cartório Jesuítico.** Informação sobre engenhos. Conteúdo: “Soldadas que pagam nesta safra de maio no Engenho de Sergipe. 1616 p. 1. In: Catálogo de documentação sobre Sergipe. Relatório final. 1720-1880. IHGS/UFS.

**Requerimento** do Provedor e Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. José I], solicitando os mesmos privilégios que goza o Hospital Real da corte e concedidos à Igreja da Misericórdia da Bahia

**Requerimento** do Padre José de Souza, Vigário Colado da Igreja Matriz de N. Sra. do Socorro da Cotinguiba, ao Rei [D. João V], solicitando uma esmola para construção da capela mor da referida Igreja

**Requerimento** do Padre João Gomes de Souza, Vigário Colado da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, ao Rei [D. João V], solicitando que se faça uma igreja Maior, pois a que existe é pequena e de taipa.

**Requerimento** de Manuel Cardoso de Loureiro, Vigário colado da Matriz de Nossa Senhora da Vitória, da Cidade de Sergipe Del Rey, em seu nome e dos seus paroquianos ao Rei [D. João V] solicitando recursos para acabar a construção da Igreja.

**Requerimento** do Padre Manuel Cardoso de Loureiro, Bacharel formado nos Sagrados Cânones, e Vigário proprietário da Freguesia e Matriz de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. João V], solicitando auxílio para as obras da capela mor da referida Igreja.

**Requerimento** do Pe. Manuel Cardoso de Loureiro, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. João V], solicitando Alvará de mantimento.

**Cartório Jesuítico.** Informação sobre engenhos. Conteúdo: “Soldadas que pagam nesta safra de maio no Engenho de Sergipe. 1616 p. 1. In: Catálogo de documentação sobre Sergipe. Relatório final. 1720-1880. IHGS/UFS.

**Inquisição de Lisboa.** Processo n.º11.278. 1676. Assunto: Santo Ofício em Sergipe. Conteúdo: Denúncia de Frei Inácio da Purificação sobre desvios na fé e na moral de Sergipe.

**Representação** dos Oficiais da Câmara da Capitania de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. João VI], solicitando licença para fundarem na Cidade de São Cristóvão um Hospício assistido pelos padres da Companhia de Jesus. Doc. 27559. 16 de agosto de 1722.

**Requerimento** dos moradores da Capitania de Sergipe del Rey ao Rei [D. João V], solicitando a instalação de um Hospício, onde os Religiosos da Companhia de Jesus possam ensinar aos seus filhos as letras humanas. Doc. ? Data: ?

**.Requerimento** do Padre Thomaz de Aquino e Faria, Vigário colado da Matriz de Jesus, Maria José e São Gonçalo de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. João V], solicitando auxílio de sessenta mil reis por ano para ter cavalo pronto a fim de cumprir sua missão

**Requerimento** dos moradores da capitania de Sergipe Del Rey ao rei [D. João v], solicitando a instalação de um hospício, onde os religiosos da Companhia de Jesus possam ensinar aos seus filhos as letras humanas

**Requerimento** do Provedor e Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. José I], solicitando os mesmos privilégios que goza o Hospital Real da corte e concedidos à Igreja da Misericórdia da Bahia.

**Requerimento** do licenciado Ventura Rabelo Leite de Sampaio, à Rainha [D. Maria I] pedindo licença para erguer uma igreja no seu engenho da Penha na Capitania de Sergipe Del Rey.

# ANEXOS

**QUADRO REPRESENTATIVO DA PRESENÇA DAS ORDENS RELIGIOSAS EM SERGIPE (SÉCULOS XVI, XVII E XVIII).  
RECORTE TOPOLOGICO: SERGIPE. RECORTE CRONOLÓGICO (SÉCULOS XVI, XVII E XVIII). ORDENS RELIGIOSAS:  
JESUÍTAS, CARMELITAS, FRANCISCANOS E BENEDITINOS.**

ANO/SÉCULO	ORDEM	LOCAL	FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA
SEM DATA	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	CARVALHO JÚNIOR. <b>Transcrição das escrituras de troca de terras com a Cia. de Jesus</b> (incompleto). Nº de ordem 02. Relação de documentos pertencentes à Carvalho Júnior, encontrados junto à documentação doada por Sebrão Sobrinho.
DATA A CONFIRMAR	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	CARVALHO JÚNIOR. <b>Uma página sobre a Cia. de Jesus em Sergipe</b> (Crônica dos tempos coloniais). Nº de ordem 41. Relação de documentos pertencentes à Carvalho Júnior, encontrados junto à documentação doada por Sebrão Sobrinho.
1796 <sup>255</sup> -XVII	( ? )	VILA DE ITABAIANA	SOBRINHO, Sebrão. <b>Prestação de contas do patrimônio da Capela do Senhor Bom Jesus dos Beijos, pela administração</b> . Nº. de Ordem 04. Vol. 39. SS 343. (p. 64 do Catálogo de acervo particular – Carvalho Jr., José A. Garcez e Sebrão Sobrinho).
XVII	JESUITA	CAPITANIA DE SERGIPE	OLIVEIRA, Maria Leda. <b>História e política no império português</b> , Vol 1. p. 150. 2008.
XVII	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	SALVADOR, Frei Vicente do. <b>História do Brazil</b> . Folha 119 -119v. (Cerigipe). Vol. II

<sup>255</sup> Outras datas surgem ao longo da leitura do documento: 1744, 1745, 1790 (?), 1800.

XVII	JESUITA (?)	CAPITANIA DE SERGIPE	SALVADOR, Frei Vicente do. <b>História do Brazil</b> . Folha 122 -119v. (Cerigipe) Vol. II
ANO/SÉCULO	ORDEM	LOCAL	FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA
XVII	JESUITA	CAPITANIA DE SERGIPE	SALVADOR, Frei Vicente do. <b>História do Brazil</b> . Folha 125 -126. (Cerigipe) Vol. II
1626-XVII	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	ANTT. <b>Cartório Jesuítico</b> . Informação sobre engenhos. Conteúdo: “Soldadas que pagam nesta safra de maio no Engenho de Sergipe. 1616, p. 1. In: <b>Catálogo de documentação sobre Sergipe</b> . Relatório final. 1720-1880. IHGS/UFS.
1676-XVII	CARMELITA	CAPITANIA DE SERGIPE	ANTT. <b>Inquisição de Lisboa</b> . Processo n.º11.278. 1676. Assunto: <b>Santo Ofício em Sergipe</b> . Conteúdo: <b>Denúncia de Frei Inácio da Purificação sobre desvios na fé e na moral de Sergipe</b> .
	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	ANCHIETA, José de, S.J., 1534-1597, <b>Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões</b> / Padre Joseph de Anchieta. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 371-381.
1575-XVI	JESUÍTA	RIO REAL	MACHADO, Cônego José de Araújo. <b>Livro de Tombo</b> . Cúria Diocesana. 03 de junho de 1949, p. 7.
1600-XVII	BENEDITINO	CAPITANIA DE SERGIPE	MACHADO, Cônego José de Araújo. <b>Livro de Tombo</b> . Cúria Diocesana. 03 de junho de 1949, p. 9.
1648-XVII	CLERO SECULAR	CAPITANIA DE SERGIPE	MACHADO, Cônego José de Araújo. <b>Livro de Tombo</b> . Cúria Diocesana. 03 de junho de 1949, p. 9.

1687-XVII	CARMELITA	CAPITANIA DE SERGIPE	MACHADO, Cônego José de Araújo. <b>Livro de Tombo</b> . Cúria Diocesana. 03 de junho de 1949, p.?
SEM DATA	FRANCISCANO	CAPITANIA DE SERGIPE	MACHADO, Cônego José de Araújo. <b>Livro de Tombo</b> . Cúria Diocesana. 03 de junho de 1949, p. 9-9a.
<b>ANO/SÉCULO</b>	<b>ORDEM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA</b>
SEM DATA	JESUÍTA	GERU	MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. <b>Dicionário da província de Sergipe</b> . Org. ALVES, Francisco José; FREITA, Itamar. Fundação Oviedo Teixeira. (p.46).
SEM DATA	JESUÍTA	GERU	MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. <b>Dicionário da província de Sergipe</b> . Org. ALVES, Francisco José; FREITA, Itamar. Fundação Oviedo Teixeira. (p.46).
1575-XVI	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	BOMFIM, José Rosendo. <b>Retratos da História de Santo Amaro das Brotas</b> . Santo Amaro das Brotas, SE: Edição do Autor, 2006, p. 32.
1700-XVIII	CARMELITA	SANTO AMARO DAS BROTAS	BOMFIM, José Rosendo. <b>Retratos da História de Santo Amaro das Brotas</b> . Santo Amaro das Brotas, SE: Edição do Autor, 2006, p. 37-38 (Incluindo nota de rodapé).
1721	CARMELITA	CAPITANIA DE SERGIPE	BOMFIM, José Rosendo. <b>Retratos da História de Santo Amaro das Brotas</b> . Santo Amaro das Brotas, SE: Edição do Autor, 2006, p. 39.
SEM DATA	JESUÍTA	(?)	BARRETO, João Prereira. <b>Limites de Sergipe e Bahia</b> (Síntese crítica histórica desses limites). Aracaju: Imprensa Oficial, 1920, 152. (S341 222 (813.71B 2731 (ou I) ).

1575-XVI	JESUITA, FRANCISCANO, CARMELITA, SECULARES	(?)	BEZERRA, Felte. <b>Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe</b> . Ed. Organizações Simões Rio, 1952, p. 18, 25, 28. (BICEN).
1603-XVII	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	FREIRE, Felisbello. <b>História de Sergipe</b> . Col. Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p.69.
1612 (13) –XVII	BENEDITINO	CAPITANIA DE SERGIPE	FREIRE, Felisbello. <b>História de Sergipe</b> . Col. Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p.94.
<b>ANO/SÉCULO</b>	<b>ORDEM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA</b>
(?)	CARMELITA	CAPITANIA DE SERGIPE	FREIRE, Felisbello. <b>História de Sergipe</b> . Col. Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p.129.
1698-XVII <sup>256</sup>	FRANCISCANO	CAPITANIA DE SERGIPE	FREIRE, Felisbello. <b>História de Sergipe</b> . Col. Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Gov. do Estado de Sergipe, 1977, p.185.
1703-XVIII	JESUÍTA	ALDEIA DE GERU	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 14.
1678-XVII	CARMELITA	ALDEIA DE JAPARATUBA	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 15.
1689-XVII	CARMELITA	RIO REAL	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 25.

<sup>256</sup> Data provável. Não ficou claro a este estudo qual o ano exatamente a partir da leitura do livro de Luiz Mott.



1703-XVIII	JESUÍTA	NEÓPOLIS	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 27-28.
NÃO CITADO	CARMELITA	ALDEIA DE JAPARATUBA	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Ed.UFS; Aracaju: Fund. Oviedo Teixeira, 2008, p. 29.
1658-XVII	JESUÍTA (?)	CAPITANIA DE SERGIPE	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 50.
<b>ANO/SÉCULO</b>	<b>ORDEM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA</b>
NÃO CITADO	JESUÍTA (?)	CAPITANIA DE SERGIPE	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 52.
1724-XVIII	NÃO CITADA	FREGUESIA DE COTINGUIBA	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 54.
1721-XVIII	FRANCISCANO	LAGARTO	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 55.
1721-XVIII	FRANCISCANO	LAGARTO	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 55.
1575-XVI	CARMELITAS	SÃO CRISTÓVÃO	MOTT, Luiz. <b>Sergipe colonial e imperial</b> – religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008, p. 57.

1597-XVI	JESUÍTA	MISSÃO DE SÃO TOMÉ	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 20.
1601-XVII	JESUÍTA	CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 20.
1684-XVII	JESUÍTA	VASA-BARRIS	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 20. (Ver também nota de rodapé: p. 20-21)
<b>ANO/SÉCULO</b>	<b>ORDEM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA</b>
1686-XVII	JESUÍTA	CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 22.
1724-XVIII	JESUÍTA	AINDA NÃO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Sec. de Educação e Cultura/UFS, 1984, p, 22. (Ver também nota de rodapé: p. 22)
1727-XVIII	JESUÍTA	AINDA NÃO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/UFS, 1984, p, 22. (Ver também nota de rodapé: p. 22).

1684-XVII <sup>257</sup>	JESUÍTA	CAPITANIA DE SERGIPE	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 23. (Ver também nota de rodapé: p. 22)
1600-XVII	JESUÍTA	CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 23. (Ver também nota de rodapé: p. 23)
1657-XVII	CARMELITAS	CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Sec. de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 24.
<b>ANO/SÉCULO</b>	<b>ORDEM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA</b>
1603-XVII	FRANCISCANOS	CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 25-26. (Ver também nota de rodapé: p. 25-26).
(?)	BENEDITINOS	NÃO CITADO PELA AUTORA	NUNES, Maria Thetis. <b>História da educação em Sergipe</b> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, 1984, p, 26.
[Ant.1725]	?	SERGIPE DEL REY	Requerimento do Padre Thomaz de Aquino e Faria, Vigário colado da Matriz de Jesus, Maria José e São Gonçalo de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. João V], solicitando auxílio de sessenta mil reis por ano para ter cavalo pronto a fim de cumprir sua missão

<sup>257</sup> O ano retrocede, interrompendo a ordem cronológica seguida pelo quadro em virtude de ser citado pela historiadora e pesquisadora Maria Thetis Nunes após as datas já registradas. Esta data em especial é citada na nota 21, à página 23 da obra de referência bibliográfica inserida no quadro.

ANT. 1727	JESUÍTAS	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento dos moradores da capitania de Sergipe Del Rey ao rei [D. João v], solicitando a instalação de um hospício, onde os religiosos da Companhia de Jesus possam ensinar aos seus filhos as letras humanas
1784	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento do Provedor e Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. José I], solicitando os mesmos privilégios que goza o Hospital Real da corte e concedidos à Igreja da Misericórdia da Bahia.
1762	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento do licenciado Ventura Rabelo Leite de Sampaio, à Rainha [D. Maria I] pedindo licença para erguer uma igreja no seu engenho da Penha na Capitania de Sergipe Del Rey.
<b>ANO/SÉCULO</b>	<b>ORDEM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA</b>
1762	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento do Provedor e Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. José I], solicitando os mesmos privilégios que goza o Hospital Real da corte e concedidos à Igreja da Misericórdia da Bahia
1748]	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento do Padre José de Souza, Vigário Colado da Igreja Matriz de N. Sra. do Socorro da Cotinguiba, ao Rei [D. João V], solicitando uma esmola para construção da capela mor da referida Igreja
1743	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento do Padre João Gomes de Souza, Vigário Colado da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, ao Rei [D. João V], solicitando que se faça uma igreja Maior, pois a que existe é pequena e de taipa.

1741	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento de Manuel Cardoso de Loureiro, Vigário colado da Matriz de Nossa Senhora da Vitória, da Cidade de Sergipe Del Rey, em seu nome e dos seus paroquianos ao Rei [D. João V] solicitando recursos para acabar a construção da Igreja.
1736	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento do Padre Manuel Cardoso de Loureiro, Bacharel formado nos Sagrados Cânones, e Vigário proprietário da Freguesia e Matriz de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. João V], solicitando auxílio para as obras da capela mor da referida Igreja.
1734	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Requerimento do Pe. Manuel Cardoso de Loureiro, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe Del Rey, ao Rei [D. João V], solicitando Alvará de mantimento.
1729	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Certidão passada pelo Escrivão da Provedoria dos Defuntos e Ausentes Capelas e resíduos, Nicolau de Souza Furtado referente aos salários que costumam levar o Provedor e Escrivão das contas tomadas às Irmandades das Igrejas da Capitania de Sergipe Del Rey.
<b>ANO/SÉCULO</b>	<b>ORDEM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FONTE DOCUMENTAL/BIBLIOGRÁFICA</b>
1723	?	CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY	Carta do Ouvidor Geral Manuel Martins Falcato, ao Rei [D. João V], referente a petição de Padre .